

Tiragem de 2.500 exemplares

ÉCOS DO TOCANTINS

Diretor: TRAJANO COELHO NETO

ANO 1 | | GOIÁZ PR M. 30 DE DEZEMBRO DE 1951 | | NÚMERO 23

Nosso Diretor

1951-1952



ESTAMOS VIVENDO AS HORAS CRUCIAIS DE 1951. OS ÚLTIMOS CLANDES DA SUA LUTABILIDADE MORNIBUNDA JÁ SE CONFUNDEM COM OS PRIMEIROS ALBOROS DO ANO 1952.

PARA TRÁS-SAI FICARIM OS PASSADO JÁ VIVIDO, DE LUTAS, DE ESPERANÇAS, DE REALIZAÇÕES, QUE LUTA, DE PRIMEIRO, OS SINALISMOS DE TANTAS RECEPÇÕES, INHERENTES À CONTINUA LARVIA DA HUMANIDADE; PARA A FRENTE É O MUNDO INOCENTE DO FUTURO QUE NOS ENCHA DE MANEIRAS ESPERANÇAS.

1951...O ANO QUE SE FINALIA 1952...O ANO QUE VAI NASCER!

TODAS AS ATENÇÕES SE VOLTAM PARA ESTE SIGNIFICATIVO MOMENTO DE TRANSIÇÃO. ENDA-SE UMA ÉRA, OUTRA ÉRA SE COMEÇA...

Na última campanha eleitoral, uma era, outra éra se começa... E SE RENOVAR INCUBANTE DE ANCIOS ELEVADOS, QUE SE MULTIPLICAM ATRAVÉS DAS VIBRAÇÕES DO SENTIMENTO HUMANO, E SE ENFORÇAM, QUANTAS VEZES, NO ENFORÇAMENTO DA VITÓRIA E DA AM...

A Narrativa Autonomista do Norte Goiano no Jornal

ECOS DO TOCANTINS

1951 - 1961

Aurielly Painkow



AYA EDITORA
2024

...a entregou-se à labuta de uma escolhida (P.R.P.), conhecida acaantins...

...Da nova barricada começou e...

...circunstancia de haver na Assom...

...Representantes do Povo que re...

...deberam menor numero de voto...

...em 1952...

...com sido executado com...

...não religiosa; nele se...

...todas as exigencias do...

...da verdade e da ética...

...esta nota «Ecos do Tocantins» deixa prestada...

...credencia...

...LO, AS CONDIÇÕES DO SEU CLIMA, A INTELIGENCIA, A CULTURA, A O-FERONIDADE E O CIVISMO DOS SEUS FILHOS - TODA ESTA SUA EXTRAORDINARIA VITALIDADE - EM FATORES DA SUA GRANDEZA PORTÉRA!

QUE PORTO NACIONAL NÃO SE DESERVE DA BRILHANTE TRAJETÓRIA QUE O DESTINO LHE TRAZOU, E QUE, EM NOME REGILO, VOLTE A DRAPEJAR A BANDEIRA BRANCA DA FRATERNIDADE E DA UNIÃO, ARREBANDO TODOS OS HOMENS DE

Costeada na 4ª. pagina

A Narrativa Autonomista
do Norte Goiano no Jornal

ECOS DO TOCANTINS

1951 - 1961

Aurielly Painkow

A Narrativa Autonomista
do Norte Goiano no Jornal

ECOS DO TOCANTINS

1951 - 1961



AYA EDITORA

2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita
Soares

Autora

Aurielly Queiroz Painkow

Capa

AYA Editora©

Revisão

A Autora

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

Acervo de Ecos do Tocantins 1951

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu
Basquerote Silva
*Universidade para o Desenvolvimento do
Alto Vale do Itajaí*

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês
Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
*Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da
Silva
Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de
Genaro Chioli
*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade
Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida
Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira
Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos
Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da
Silva
Universidade Estadual de Londrina
Prof.º Dr. Gilberto Zammar
*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus
Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues
de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca
Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes
Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.º Dr. Rômulo Damasclim Chaves dos Santos
Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora. A autora detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente a autora.

P147 Painkow, Aurielly Queiroz

A narrativa autonomista do norte goiano no jornal Ecos do Tocantins 1951 - 1961 [recurso eletrônico]. / Aurielly Queiroz Painkow. -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 163 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-606-5

DOI: 10.47573/aya.5379.1.312

1. Comunicação de massa e linguagem. 2. Jornalismo - Tocantins-
Linguagem. 3. Jornais brasileiros - Tocantins- Linguagem. I. Título

CDD: 302.2

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

À toda minha família, especialmente as mulheres, Geracina Barbosa de Aguiar (vozinha) (in memoriam) alfabetizada por professores rurais, e as suas três filhas, Aurimar Queiroz Painkow (minha mãe), Edmar Queiroz de Aguiar (in memoriam) e Edna Queiroz de Sá (in memoriam) (minhas tias maternas e minhas maiores referências no campo intelectual) as três filhas de Dona Geracina conquistaram ainda jovens a formação no antigo magistério, mas só vieram a ser professoras com curso superior completo após a criação do Tocantins, casadas e com a prole já grande. Ao meu filho João Lucas Painkow da Costa, o único homem a quem dedico este trabalho por acreditar na educação que lhe proporcionei e ter expectativa de que respeite e defenda as mulheres sem distinção de cor, credo, e nível social educacional. Assim espero!

AGRADECIMENTOS

Gratidão é virtude de almas nobres.

Como cristalandense de solo garimpeiro, que carrega ascendência histórica nordestina do Maranhão e de Pernambuco, tenho em mim também a coragem daqueles que enfrentam as tempestades de neve da europa e escolheram vir para o Brasil porque gostavam do calor e não queriam guerra com ninguém, sou híbrida. E como “garimpeira” de leituras e palavras, “cavei”, “analisei”, “revirei” a terra, à procura de inspirações, mas também tive que quebrar as “pedras” das “limitações”, a fim de lapidar esta dissertação e torná-la um cristal apreciável.

Eis aqui uma parte do eco da autonomia do Norte de Goiás pela ótica do Jornal Ecos do Tocantins. O caminho foi quebrando pedras e muitos me ajudaram a chegar até aqui, ou porque percorreram esse caminho antes de mim, ou porque me fizeram um ser melhor, ou porque me ensinaram, ou porque apostaram em mim, ou porque tiveram paciência comigo, ou porque me amaram e acolheram, ou porque rezaram por mim, por isso devo a estas pessoas minha eterna gratidão.

Ao meu pai Ennio Painkow por me transferir via DNA a convicção e a coragem. Aos meus avós paternos (*in memoriam*) Estefano Painkow e sua Alexandrina que viveram juntos por mais de 60 anos.

Aos meus irmãos, Janice Painkow, Jairo Painkow, Aurienia Painkow e Enilson Painkow meus parceiros de vida, caminhada e pescaria.

Aos meus 10 sobrinhos e três sobrinhos netos que amo, e por serem a continuidade de uma família cheia de defeito, mas cheia de amor, Jessica Painkow, Ennio Painkow Neto, Ana Lúcia Straus Painkow, Jackeline Straus Painkow, Jairo Painkow Junior, Juliana Painkow, Amanda Painkow, Alexandre Painkow, Luiz Antônio Painkow, Maria Luiza Straus Painkow, Joaquim, Ennio Bisneto e Júlio Neto. Aqui preciso agradecer de forma especial ao meu orgulho, a quase doutora, Jessica Painkow por ter me ajudado a escrever o pré-projeto que submeti a seleção do mestrado e fui aprovada, também sou grata às contribuições da minha engenheira, Ana Lucia Straus Painkow, que não poupou esforços para me ajudar no dia da minha qualificação, ao sobrinho-filho, o mestre, Ennio Painkow Neto, toda minha emoção e gratidão por sempre proferir palavras de incentivo e estar comigo, em casa, em dias de perrengue.

Às minhas primas-irmãs queridas e amadas, nossa relação é tão espiritual que quando estamos juntas nos sentimos mais fortes e completas, Josédna Queiroz de Sá, e Tatiana Queiroz de Sá e ao meu primo-irmão, Cristiano Queiroz Falcão por tanta bondade e orações.

Às minhas tias amadas Janete Painkow mulher trabalhadora, nunca vi ter preguiça, a Jenny Fank (irmã mais velha do meu pai), a mestre Vera Lucia Xavier professora pioneira da Unitins, a mulher mais jeitosa que conheço, e a Tia Ingrid Bringmann pelo carinho que me tem.

À minha irmã adotiva Gabrielle Borges e sua mãe, minha “irmã” Eva Borges por serem exemplos de convicção e amor para mim.

Aos meus sobrinhos de coração, Suellen Bringmann, Matheus Mendes Painkow mais um médico com um coração humano para me orgulhar, Juliana Oliveira da Silva e Cainã Salmon, meus dois sobrinhos postiços que me enchem de orgulho, porque são a prova viva de que com esforço e honestidade, aluno de escola pública também vira médico nesse país. André Michel Feroli exemplo de gente que tem mãe guerreira e vence na vida, uma das paixões do meu pai, Evelin Chayane Pantoja por ter entrado na minha vida em um momento de perdas, por colocar minha dissertação nos eixos, nas normas exigidas (ABNT), Francisco Pereira Bezerra por ser lindo, proativo e pronto a ajudar, por ter colaborado no dia da minha qualificação e por amar a Aninha. A José Antonio Silva de Sá pela disposição e inteligência.

À professora doutora Liana Vidigal, que me encontrou perdida em um deserto e não só pegou na minha mão, como foi minha orientadora e minha guia durante a travessia, me apresentando as lições de estar nesse lugar e condição.

À professora doutora Marina Hainzenreder Ertzogue por tanto contribuir com o mundo das pesquisas e ter me acolhido no PPGCom.

Às minhas eternas professoras Martinha Araújo Reis, Elza Araújo Reis, Rosária Reis, Regina Nishie, Dona Dilene Galvão. As inesquecíveis Tia Magnólia, Maria das Graças Araújo Reis e Tia Suely, minhas alfabetizadoras. Ao professor Francisco Alves Barbosa “Chida” filho de pessoas rurais e que sempre me inspirou.

Aos meus professores e professoras da graduação: doutora Juciene Ricarte, doutor Fábio D’Abadia, Jocyelma Santana, Jean Faber, Valdirene Cássia e a todos que se dispuseram e se desafiaram. Em especial a doutora Irenides Teixeira, meu exemplo.

À UFT e ao PPGCom na pessoa da querida e sempre disposta Rosana Moya Beltran.

À Unitins, instituição em que me graduei bacharel em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo, Rádio e TV, na pessoa da ex-pró-reitora Maria Luiza do Nascimento, e da atual vice-reitora, uma mulher que admiro, Darlene Teixeira.

Meus agradecimentos e reconhecimento a Seu Hermes Lino - diretor histórico do Colégio Estadual de Cristalândia, e seu irmão Raimundo Lino (*in memoriam*) por me conceder com tanta presteza e detalhes de informações a última entrevista sobre Ecos, antes da pandemia.

À minha mãe de coração Eva Aguiar (Dona Cici).

Aos meus padrinhos, Antônio Gomes dos Santos e Maria Gomes dos Santos por terem me oportunizado a estudar no sul de Goiás e assim conhecer *in loco* as diferenças culturais e regionais do norte para o sul.

Aos colegas da turma da graduação, que viraram amigos para o resto da vida, Rísia Lima e Lailton Costa pelas contribuições a esse trabalho, por me ampararem sempre e principalmente nos momentos mais difíceis.

À doutora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante por ser a pesquisadora que desbravou toda a história da Autonomia do Tocantins e por ter me inspirado.

Ao admirado psicólogo Sonielson Luciano Sousa pela contribuição a minha saúde mental tão importante durante o processo de construção desta dissertação.

À nobre amiga jornalista, minha primeira chefe, Ivonete Motta, um exemplo de profissional do jornalismo.

Ao jornalista, poeta, escritor e meu amigo José Sebastião Pinheiro, referência no jornalismo Goiano e Tocantinense.

Ao engenheiro civil, Luiz Carlos Oliveira Machado, especialista em ferrovia, intelectual, homem que fez a ferrovia Norte Sul entrar no trilho, ou seja, que também contribuiu com o desenvolvimento do norte deste país, meu eterno cunhado.

Ao meu vizinho irmão da Cristalândia “tio” doutor, José Luiz Cirqueira Falcão, filho de Dona Chiquinha, menino que cresceu nas ruas de “broquete”, igual a mim, mas que alçou vôos grandiosos, fez o seu cristal interior brilhar e sua luz chegar em outras plagas. “Meu espelho”.

Aos meus amigos e amigas de infância que orgulhosamente conservo até hoje, Luciana Aguiar, Izabela Souza, Claudio Sampaio, Alexandre Barros, Roberto Santos, Maya Olímpio, Paula Macedo Cortez, Núbia Almeida, por dividirem uma vida, histórias, choros, gargalhadas. Como amo vocês!

Aos amigos que a vida me presenteou, como sou grata porque sei que torcem por mim de verdade: Tânia Magalhães, Marciley Dias, Ana Claudia Sampaio, Eva Pereira. Aos jornalistas e meus queridos amigos Jefferson Alves do Nascimento e Major Valdenio Leite (*in memoriam*) pessoas que me fizeram felizes durante a convivência.

À minha “irmã” que na hora do choro sempre me dá colo e me aponta soluções, a grande profissional, Lina Maria Moraes Carneiro Cavalcante, estendo os agradecimentos ao seu esposo Nelito Cavalcante e a toda a família.

Aos indígenas (Javaé e Karajá - povo Iny) da Ilha do Bananal, meu lugar sagrado, em especial o meu irmão bacharel em direito, Kohalue Karajá, e ao líder Ijahure Karajá (*in memoriam*) que foi militante pela criação do Tocantins nos anos 80.

Aos filhos de Cristalândia, mestre padre Jairo Moreira e doutora Marciléia Bispo exemplos para os filhos de Cristalândia por suas contribuições intelectuais que muito me serviram de base.

Ao sábio e amigo Seu Euripedes Rosa, à minha amiga que me amparou durante minha gestação Lara Quintanilha.

Às minhas estagiárias Ana Carolina Monteiro e Giulia Moreira duas maravilhosas.

Às minhas cunhadas Amanda Aguiar, Liliamarques Lima e Enoeme Pereira da Silva por me presentear com meus sobrinhos e sobrinhas, amores da minha vida.

Aos meus anjos Kays Pereira e Ivane Barbosa pelo carinho e fidelidade.

Ao casal de amigos Liliane Mamprim e Júlio Giancursi pelo apoio em muitos momentos importantes.

Agradeço a troca de conhecimento a todos os colegas da turma do mestrado 19.1 nas pessoas dos jornalistas Adriano Fonseca, Rogéria Costa, Suzete Gaia e do administrador, Romário Rocha do Nascimento pela empatia desprovida de preconceitos.

Ao CRM-TO, instituição em que trabalho e que me permitiu fazer o mestrado, nas pessoas de Felipe Bincoletto que me auxiliou no ato da inscrição do mestrado via web e a advogada Francisca Saraiva, mulher nordestina, mãe solo (de uma jovem jornalista), a quem eu sei admirar e gostar de estar perto pelo bom humor e simplicidade.

À minha equipe do gabinete da Assembleia Legislativa do Tocantins (AL-TO) que na verdade eu chamo de família fora de casa, pessoas que gosto de

graça e admiro, na pessoa do chefe de gabinete Rafael Damasceno estendo a todos os meus agradecimentos pela compreensão, pelo companheirismo e fundamentalmente pela torcida. Rafael é ímpar, é mais que um chefe, é um irmão caçula que tem sabedoria para dar conselhos.

Ao deputado estadual, Nilton Franco, ex-prefeito de Pium por dois mandatos, coincidentemente cidade em que sediou Ecos do Tocantins, meu objeto de estudo. Ao Nilton, sua mãe Dona Lone, seu pai Propício de Aguiar Franco (*in memoriam*), minha eterna gratidão pelo carinho e respeito que tinham para com minha avó Dona Geracina Barbosa de Aguiar.

O meu agradecimento ao senhor Manoel Reis Chaves Cortez, (*in memoriam*), ex-prefeito de Cristalândia, pelas contribuições com minhas primeiras pesquisas há 20 anos atrás, me proporcionando acesso ao acervo do Ecos. Como prefeito e representante da região do Vale do Araguaia, ele foi um dos militantes políticos na década de 80 pela criação do Tocantins.

À minha amiga e irmã na caminhada rumo ao melhoramento comportamental Alessandra Franco, uma inspiração!

Às pessoas de Deus que ainda conhecerei e farão parte da minha vida.

Aos cristalandenses e pienses minha gratidão e alegria em poder contribuir com o resgate histórico do nosso lugar.

Aos freis e freiras franciscanas pelas grandes contribuições educacionais aos filhos do garimpo.

Ao povo brasileiro por pagar impostos e me proporcionar estudar em duas instituições superiores públicas.

Deixei por último aquele que foi o maior responsável pela minha retomada ao mundo acadêmico e as pesquisas no acervo de Ecos do Tocantins. Dom Heriberto John Hermes, O.S.B. americano do Kansas, monge beneditino e bispo católico emérito da Prelazia de Cristalândia. Por quase 20 anos, referendado como um dos principais entusiastas da implantação dos Centros de Direitos Humanos do Estado do Tocantins (CDH-TO). Ele fez chegar às minhas mãos os volumes encadernados do Jornal Ecos do Tocantins, de posse da Diocese de Cristalândia. Na época, meses antes da sua morte, que ocorreu no dia 03 de janeiro de 2018. Para mim ficou subentendido, sua preocupação com o valor histórico do acervo e a confiança a mim depositada, por ser jornalista, e entender a riqueza dos documentos. Acredito que ele temia que outros olhos enxergassem, aquele encadernado velho, dividido em uma espécie de três enciclopédias, ou seja, 10 anos de história, com um simples jornal. Em 2017, quando recebi o acervo, entendi

também as expectativas projetadas por ele, de que eu encontraria um meio para viabilizar a digitalização do material e não deixar tão importante bem esfarelado com as intempéries do tempo. Como tutora extraoficial, e atendendo pedido do então bispo (*in memoriam*), carrego essa responsabilidade, informo que já tenho um caminho percorrido, e negociações nesse sentido e com essa finalidade. Fica aqui registrada em letras garrafais GRATIDÃO, grande homem, possuidor de grande visão e empático a figura humana desprovida de poder e posses.

Salve a Imprensa e sua importância histórica. Salve Ecos do Tocantins! Salve Trajano Coelho Neto! Salve Ateneu Rego Santos! Salve Juca Machado! Salve Evelcino Barros! Salve Pelopidas Barros! Salve Dr. Feliciano Machado Braga! Salve Souza Porto! Salve João Pires Querido! Salve José de Moraes! Salve Dona Maroquinha! Salve todos os personagens históricos que construíram essa narrativa!

Ao criador do universo pelo dom da vida e por ser uma filha querida, como canta Maria Bethânia “não mexe comigo que eu não ando só...”

*É preciso perceber que o passado
tinha um futuro e que nós somos o
futuro desse passado.*

Paul Ricouer

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	18
PERCURSO METODOLÓGICO	20
Fundamentos Metodológicos	21
A Lapidação do Método	22
O Percurso pelas Análises	24
Corpus e Material Empírico	31
A IMPRENSA NARRANDO A AUTONOMIA.....	32
Jornalismo e Política: Sempre de Mãos Dadas.....	32
Contribuição da Imprensa para a Autonomia do Brasil ..	36
A Narrativa da Autonomia no Jornalismo Impresso	47
A IMPRENSA EM GOIÁS E O ECOAR DA EMANCIPAÇÃO .	55
Contextualizando a História (Sobre Goiás e a Imprensa) .	55
Cenário Territorial, Socioeconômico, Religioso e Político da Região Garimpeira	65
O Ecoar da Emancipação e os Movimentos Separatistas...	77
Autonomia dos Municípios	84

O JORNAL ECOS DO TOCANTINS	95
Um Líder Surge na Região Garimpeira.....	95
A Criação do Jornal e sua Vocação.....	99
O Engajamento na Causa Separatista.....	104
A Autonomia Silenciada.....	107
UM OLHAR ESTRUTURAL SOBRE A NARRATIVIDADE DE ECOS..	113
Um Eco Ressoando pelo Brasil.....	113
Narrativas Exitosas de 1953.....	117
Narrativas Emancipacionistas do Norte de Goiás em 1956.	129
Síntese da Narratividade	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS	147
ANEXOS	155
Anexo 1 - Transcrição dos Textos Analisados	155
Anexo 2 - Imagens dos Textos Selecionados para Análise dos Gêneros Jornalísticos 1953 e 1956	155
SOBRE A AUTORA.....	156
ÍNDICE REMISSIVO	157

APRESENTAÇÃO

Criado em 1988 o Estado do Tocantins possui uma historiografia crítica sobre os movimentos políticos existentes ao longo de séculos que narram o desejo de emancipação do Norte de Goiás. Apesar de iniciativas alvissareiras relacionadas ao estudo e ao registro de sua história, existe uma carência de estudos que reflitam a história da emancipação sob a ótica da imprensa, e o papel do jornalismo como protagonista no processo político emancipacionista. Analisar a participação de Ecos do Tocantins, jornal veiculado de 1951 a 1961, e sua produção narrativa em prol da autonomia do Tocantins é a engrenagem principal desta pesquisa, que por meio dos métodos, da Análise da Narrativa jornalística e da análise dos Gêneros Jornalísticos, investiga e evidencia a atuação do veículo como defensor da emancipação política dos municípios do Norte de Goiás, e protagonista na divulgação das ideias, necessidades e notícias sobre a divisão de Goiás, dando voz a “narrativa autonomista” do Tocantins. Ao analisar e categorizar os textos veiculados no jornal os resultados evidenciaram que Ecos do Tocantins nasceu de fato predestinado a contribuir com a bandeira desenvolvimentista de um território abandonado à própria sorte, como também com as ideias de luta pela divisão de Goiás e criação do Tocantins.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

A criação do Tocantins na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é tratada pela historiografia como o resultado de projetos separatistas inconclusos de outras gerações (Cavalcante, 2003, p. 13), a referência histórica data 1821, sendo esta a primeira manifestação sociopolítica pela divisão do Estado de Goiás e a criação de um estado independente ao norte.

Segundo Cavalcante (2003), há três levantes do movimento autonomista no norte de Goiás: em 1821 a 1823; 1956 a 1960; e o último na década de 80 do século XX (1985 a 1988), onde se tem êxito. Conforme a narrativa da autora (Cavalcante, 2003), em 1821, o ouvidor da Comarca do Norte, recém-separada da Comarca do Sul, na capitania de Goiás, Joaquim Teotônio Segurado, liderava o governo provisório da Comarca da Palma, ao norte de Goiás, e fez circular uma promulgação em que se declarou separado do governo central. As justificativas para a separação do Norte em relação ao centro-sul de Goiás eram, para Segurado, de natureza econômica, política, administrativa e geográfica. Com a repressão governamental o movimento autonomista foi silenciado por um longo tempo, sendo retomado com mais fervor de 1956 a 1960, segundo período histórico da classificação da historiadora.

A década de 50 é, então, o período histórico que compreende esta pesquisa, que traz o jornal *Ecos do Tocantins* (1951 a 1961) como fonte documental para investigar a hipótese de que o jornal supracitado desempenhou um papel importante, inclusive como protagonista, na causa emancipacionista do Estado e de municípios do norte goiano na década de 1950 ao publicar narrativas que reforçavam a necessidade de autonomia da região.

É notório que a imprensa local nesta época se mostrou favorável ao grito da autonomia e à criação do Tocantins. Os militantes sabiam que necessitavam do suporte comunicacional, isso talvez justificasse o nascimento de inúmeros jornais na década de 50 para dar sustentação às narrativas do movimento separatista. Este trabalho aventurou-se em uma pesquisa documental e qualitativa com a utilização do método de análise de conteúdo que respalda toda a análise de narrativa e análise dos gêneros

jornalísticos construída para entender a comunicação autonomista.

A análise narrativa realizada a partir dos textos veiculados no Ecos do Tocantins considerou os três conceitos do teórico Luiz Gonzaga Motta: plano da expressão; plano da estória; e o plano da metanarrativa para elucidar o papel de protagonista do jornal e de seu proprietário, o jornalista Trajano Coelho Neto, ao lado dos movimentos de luta, como personagens emancipacionistas. Pesquisas realizadas por ocasião do bicentenário da imprensa brasileira apontaram que Trajano acabaria assassinado e se tornaria um mártir da luta separatista do Estado e do jornalismo tocantinense (Painkow; Costa; Melo, 2002).

Conforme Motta (2013), o plano da expressão observa o uso estratégico da linguagem, com vistas à produção de sentidos. O plano da estória explica a significação da realidade pela forma como a intriga, os episódios e os personagens da narrativa são representados e articulados pela ação do narrador. E com plano da metanarrativa se alcança a instância final de análise levando em consideração os valores de fundo e a moral da história. Soma-se a essa análise, submetida a três planos, textos do jornal que traziam palavras-chaves como: Estado do Tocantins; Norte de Goiás; Emancipação Política; Norte esquecido; Divisão de Goiás; Criação do Tocantins. Tais termos foram categorizados quanto aos gêneros jornalísticos classificados pelos estudiosos Luiz Beltrão, Manuel Chaparro e José Marques como: informativo, opinativo, interpretativo e utilitário. A narrativa autonomista também ganha, nesta pesquisa, mais fundamentação quanto a observação amparada nas dimensões da política local, regional e nacional.

De que maneira o jornal Ecos do Tocantins contribuiu para a narrativa emancipacionista do Estado e de municípios do norte goiano na década de 1950? É a pergunta que este trabalho busca responder embasada nas pesquisas ao acervo documental e aferindo os métodos citados acima.

Ao longo dos anos 50, o jornalismo da região seria palco de textos denunciando a situação de descaso da administração de Goiás com o norte do Estado. Os textos revelavam as dificuldades de aglutinar as forças políticas em torno do movimento em prol da criação do Tocantins (Cavalcante, 2003). Contudo, segundo a historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante em seu livro *O Discurso Autonomista do Tocantins* (2003, p.63), o discurso autonomista na imprensa local não era propriamente a defesa da autonomia da região por nenhum partido, mas, manifestações pessoais de quem se deixavam influenciar por narrativas sobre a representação federal em razão da necessidade de se viabilizar a redivisão territorial do Brasil.

PERCURSO METODOLÓGICO

Edificar o conhecimento no campo científico individual e ter consciência do valor da pesquisa só provém da vontade após mergulho profundo na aprendizagem, somada ao amadurecimento gradual, respaldado em um alicerce construído por teóricos ao longo dos séculos.

São os programas de mestrado e doutorado os principais responsáveis pela consolidação das leituras, a prática da pesquisa e do lapidar investigativo conceitual dos métodos apresentados à comunidade acadêmica. São esses métodos os únicos critérios, não arbitrários, de validação das investigações científicas propostas pelos que se lançam nessas searas.

A doutora em ciências da comunicação, Cicilia Peruzzo (2018), em seu artigo intitulado “Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil” em que cita Fals Borda, explica nesse trecho aspectos do campo da ciência:

A ciência é um produto cultural do intelecto humano, produto que responde a necessidades coletivas concretas [...] e também a objetivos determinados por classes sociais que aparecem como dominantes em certos períodos históricos. Se constrói a ciência mediante a aplicação de regras, métodos e técnicas que obedecem a um tipo de racionalidade convencionalmente aceita por uma comunidade minoritária constituída por pessoas chamadas de cientistas, que por serem humanas, ficam precisamente sujeitas a motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações de seu desenvolvimento social específico. Por isso mesmo, não pode haver nenhum valor absoluto atribuído ao conhecimento científico (Peruzzo, 2018, p. 29 *apud* Fals Borda, 2013, p. 302).

No princípio, para pesquisadores iniciantes, o método parece labirinto, depois irrompe como o decifrar de um enigma, manifesta-se como guia para se chegar ao destino certo sem ocorrências desnecessárias. Peruzzo (2018, p. 28) diz que: “[...] há diferentes caminhos a partir de posições epistemológicas e de marcos conceituais para a geração do conhecimento científico”.

Neste capítulo, são descritas as etapas metodológicas que demarcarão a presente pesquisa. Recorre-se, neste tópico, à revisão de literatura sobre os métodos que contextualizam cada passo da investigação,

além da exemplificação do tipo de indagação, são apresentados também os procedimentos metodológicos que servem como pontos norteadores do trabalho científico que outorgam: “[...] ao saber a sua firmeza, a sua coerência, a sua validade, como princípio organizador em sua garantia” (Fachin, 2006, p. 29).

A opção de utilizar a análise de conteúdo como método de apuração teve profundo caráter reflexivo e se deu pela peculiaridade da informação jornalística, fator *sine qua non* na escolha teórico metodológica. Nos capítulos seguintes faremos o paralelismo do fundamento deste método ao estudo apresentado.

Fundamentos Metodológicos

O presente estudo científico pode ser classificado como um tipo de pesquisa qualitativa. Conforme Gibbs (2009), uma pesquisa qualitativa se define pela forma de explicar os fenômenos sociais, seja por meio de investigação documental, experiências de indivíduos ou grupos, análise de interação e comunicação desenvolvida. Além disso, o autor ressalta que uma parte significativa da pesquisa qualitativa é com base em textos e escrita, assim como se estrutura a pesquisa proposta.

A parte da combinação quantitativa da abordagem utiliza dados quantitativos para identificar quais são os gêneros jornalísticos e seus respectivos formatos publicados pelo objeto de estudo.

Segundo Michel (2009), mesmo quando o resultado a ser alcançado não é numérico, a pesquisa quantitativa serve como um modo de compilar e organizar as informações para que sejam analisadas qualitativa e criticamente. O método quantitativo busca, assim, garantir a precisão dos resultados e evitar distorções na análise dos resultados, podendo determinar a segurança para a pesquisa realizada. Este é um método utilizado frequentemente nos estudos descritivos, o qual também se aplica a este trabalho e pode auxiliar a investigação da relação entre as variáveis (Richardson, 2011).

A pesquisa descritiva, na qual se aplica este estudo, busca expor “a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características” (Cervo; Bervian; Da Silva, 2007, p. 61). Sendo assim, os autores ainda destacam que a pesquisa descritiva oferece, sem manipulação, diagnóstico dos fatos e fenômenos, observando e relacionando sua natureza e características.

A pesquisa descritiva pode ser utilizada ainda para análise da composição social, seja ela econômica ou política, além dos comportamentos individuais ou grupais. Contudo, o cuidado na pesquisa descritiva quanto aos dados deve ser sistemático, considerando que os dados ou fatos estão inseridos no ambiente comum do pesquisador, em sua realidade, o que pode obstar a imparcialidade do processo de pesquisa (Cervo; Bervian; Da Silva, 2007). Para se descrever, analisar e contextualizar dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos, é necessário que se tenha acesso a um material empírico.

A Lapidação do Método

Os pressupostos que estão contidos nesta abordagem apontam a Análise de Conteúdo como um guarda-chuva teórico que acolhe dois outros métodos, o de análise de narrativa e o de análise de gênero jornalístico, tanto Luiz Gonzaga Motta (2013), como os estudos de Luiz Beltrão aprofundados por José Marques de Melo (1998) se entrelaçam com as teses defendidas por Laurence Bardin e suas aprofundadas pesquisas sobre o método de análise de conteúdo.

Esta dissertação faz uma adaptação da análise de conteúdo dentro da narratividade e da análise dos gêneros jornalísticos. Segundo a estudiosa Bardin (2004), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados. O objetivo desse tipo de análise consiste na manipulação de mensagens para que se possa enxergar mais além do que, aparentemente, está dito no texto.

Conclui-se que a análise da narrativa está fundamentada na análise de conteúdo, um método com a abordagem mais ampla. Conforme Flick (2009), podem-se distinguir duas estratégias de como trabalhar com textos: a codificação de material, que tem o objetivo de categorizar ou desenvolver a teoria; e a análise sequencial do texto, que busca a reconstrução da estrutura do texto e do caso. Na primeira estratégia, encontram-se procedimentos como a codificação teórica, a codificação temática, a análise qualitativa do conteúdo e a análise global; enquanto, na segunda, constam a análise de conversação, a análise do discurso, a análise de gênero, a análise narrativa e a hermenêutica.

Convém, agora, estabelecer a noção de narrativa utilizada para justificar tal assertiva. Considere-se, como constatou Barthes (1976, p. 19), que a narrativa é inerente às realizações comunicacionais humanas.

[...] inumeráveis são as narrativas do mundo. [...] a narrativa pode ser sustentada pela linguagem, articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas essas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura [...], no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no fait divers, na conversação. Partindo-se desse pressuposto barthesiano, obviamente que se considera que o jornalismo integra o rol dos mecanismos de narração do cotidiano (Motta, 2014, p. 07).

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que se preocupa com a construção do acontecimento, com a narrativa orientada do mundo para o leitor, com o estabelecimento da construção de uma: “[...] história do presente imediato, uma história fugidia, inacabada, aberta, mas, uma história” (Motta, 2014, p. 23).

A narratividade dentro de Ecos levou em consideração:

- a) Palavras chaves como: Estado do Tocantins, Emancipação Política, Norte de Goiás ou “Norte de Goiás”, entre outras;
- b) Verbos: abandonar, expurgar, faltar, relegar; adjetivos: abandonado, relegado, desprovido, pobre.

No percurso da análise narrativa foram construídos dois caminhos, representados em duas planilhas no programa Excel que receberam os nomes de T1 e T2.

Na planilha T1 foi realizada a análise dos gêneros jornalísticos dos textos selecionados de acordo com os critérios estabelecidos e citados acima. Nesta planilha, foram criadas 12 colunas intituladas: data (dia/mês/ano), página, edição/número, gênero (opinativo, informativo, interpretativo ou utilitário), formato, temática, abrangência (local, regional e nacional), observação e comentário. Toda essa especificação de informações segue o método dos teóricos e pesquisadores Luiz Beltrão e José Marques de Melo. Da primeira planilha (T1) foram selecionados 10 textos, sendo cinco de cada ano.

A planilha T2 com base no método de Análise de Narrativa de Motta (2013), forma estabelecidas as seguintes categorias:

- a) No Plano de Expressão: analisar os textos de acordo com título, autor, personagens e palavras chaves;
- b) No Plano de Estória: analisar os elementos de linguagem, sentimentos e enredo;

c) No Plano da Metanarrativa: analisar temática, valor e elementos de luta.

O Percurso pelas Análises

Esta pesquisa parte do método de análise de conteúdo a fim de melhor investigar a especificidade do conhecimento jornalístico e seus impactos sociais, comportamentais e políticos. Submete sua hipótese ao método de análise de narrativa nas três instâncias conceituais estabelecidas pelo teórico Luiz Gonzaga Motta (2013): plano da expressão, plano da história e plano da metanarrativa; e arremata os dados com a categorização e análise dos gêneros jornalísticos embasada nos maiores estudiosos deste método no Brasil: Luiz Beltrão, Manuel Chaparro e José Marques de Melo.

Com a Análise de Conteúdo (AC) são apresentados, ao longo destas páginas, vantagens, problemas e perspectivas. Segundo Laurence Bardin (2011), uma análise de conteúdo é uma análise de significados, e ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

A Análise de Conteúdo surgiu nos Estados Unidos para aferir material jornalístico, tendo ganhado impulso entre 1940 e 1950, quando os cientistas começaram a se interessar pelos símbolos políticos, fato que contribuiu para seu desenvolvimento. Entre 1950 e 1960, a AC estendeu-se para outros campos do conhecimento (Lima, 1993). Para Caregnato e Mutti (2006, p. 682):

[...] a maioria dos autores refere-se à Análise de Conteúdo como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social.

Conforme esses autores: “[...] na Análise de Conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem” (Caregnato; Mutti, 2006, p. 682).

A Análise de Conteúdo também construiu um conjunto de procedimentos e técnicas para extrair o sentido de um texto por meio de unidades elementares: palavras-chave, léxicos, categorias e temas procurando, desse modo, identificar a frequência ou a constância dessas unidades para fazer inferências e extrair os significados contidos no texto a partir de indicadores

objetivos (Chizzotti, 2010). Segundo Bardin (2011, p. 37), a Análise de Conteúdo é uma técnica que pode ser utilizada tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, mas com aplicações diferentes.

Nesse sentido, Flick (2009, p. 291) aponta que: “[...] a Análise de Conteúdo é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”. Assim, a Análise de Conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos, sejam eles produzidos em pesquisa, a partir, por exemplo, das transcrições de entrevista e dos protocolos de observação; ou já existentes, produzidos para outros fins, como textos de jornais (Caregnato; Mutti, 2006).

Estudar as narrativas e as formas históricas do movimento separatista de emancipação política do Norte de Goiás, no *Jornal Ecos do Tocantins*, permitiu trazer vertentes intrínsecas ao que se entende como período histórico, após a conquista da criação do Estado do Tocantins.

Ao ser pensada pela temporalidade do acontecimento, a história pode ser vista como um fato distante, e sem a devida avaliação e valorização do apelo narrativo utilizado. Por isso, “[...] estudar as narrativas como representações sociais pode ensinar muito sobre as maneiras através das quais os homens constroem essas representações do mundo material e social” (Motta, 2012, p. 29). E quando um pesquisador se aventura a uma análise jornalística, de acordo com Motta (2005, p. 32), equivale a questionar: “[...] como se está construindo a história do presente. É resgatar o anterior e reuni-lo ao posterior para tecer os fios e recuperar as expansões para trás e para frente da história”.

Motta (2013) esclarece que o caminho da interpretação e da pesquisa empírica dependerá das categorias, recursos e instâncias discursivas e de linguagem que o analista pretende observar e destacar. É preciso compreender a situação narrativa, personagens, pontos de virada, enredo, trama, que envolve os produtos, sejam eles reportagem, conto, quadrinhos, dentre outros.

Esta pesquisa respaldada nessa defesa de Motta (2013) busca dissecar o acervo documental de um jornal que influenciou o povo de uma região garimpeira. A análise narrativa considerou 10 textos. A categorização dos textos, por meio do método dos gêneros jornalísticos delimitou os anos de 1953 e 1956 para análise, considerando os anos em que o jornal abraça com maior afinco a bandeira emancipacionista: em 1953, tendo êxito na emancipação política dos municípios de Pium e Cristalândia e, em 1956,

unindo-se aos movimentos separatistas que buscavam a autonomia do Norte de Goiás.

As narrativas foram delimitadas por palavras-chave: Estado do Tocantins, Norte de Goiás, Emancipação Política, Norte esquecido, Divisão de Goiás, Criação do Tocantins. Foram categorizadas quanto aos gêneros (Informativo, Opinativo, Interpretativo e Utilitário); quanto às temáticas mais usuais da época (política, cidade, educação, governo, saúde, sociedade, economia, mídia, turismo e religião) e a abrangência (Local, Regional, Nacional).

No Brasil, os gêneros jornalísticos são estudados desde 1960. O primeiro pesquisador a se debruçar sobre o tema, ainda que não tenha utilizado a palavra gênero, é Luiz Beltrão, ao dividir o jornalismo em três categorias, informativo, interpretativo e opinativo a partir da qual publicou a trilogia *Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1976) e *Jornalismo Opinativo* (1980).

Seguidor de Beltrão, José Marques de Melo defende a identificação dos gêneros jornalísticos na própria atividade jornalística e não dentro da academia, com os próprios profissionais estabelecendo os modelos e regras para compreensão da prática profissional. Outro pesquisador do tema é Manuel Carlos Chaparro, que traz como contribuição fundamental, com sua pesquisa, a separação do jornalismo opinativo e informativo nos formatos de texto (Melo, 2010).

Os gêneros possuem características estruturais comuns, mas no Brasil assumem uma caracterização própria, apresentando pequenos traços do jornalismo europeu ou norte-americano e não tem fronteiras rígidas (Melo, 2003). Provocado pelos pontos levantados por José Marques de Melo sobre gêneros jornalísticos, Manuel Chaparro desenvolveu uma pesquisa no Brasil e em Portugal estudando a evolução dos gêneros jornalísticos no Brasil e comparando as formas de escritas do jornalismo brasileiro e português (Costa, 2008).

Melo (2003, p. 64) entende os gêneros jornalísticos como “[...] um conjunto das circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público”, diferentemente de Luís Beltrão que considera os códigos em que a mensagem se expressa para identificar os gêneros. Já para Chaparro o jornalismo se constrói por meio das informações e opiniões e não se divide (Costa, 2008).

A preocupação quanto aos gêneros jornalísticos está aliada com um

empenho para entender o que se nomeia de propriedade discursivas e que possibilita apresentar as características da mensagem, os avanços na análise socioculturais e político-econômico que atravessam o jornalismo.

Historicamente os textos que apresentavam opiniões explícitas ao longo do tempo receberam a classificação como jornalismo opinativo ao passo que os textos de narrativa dos fatos em suas variantes, jornalismo informativo, mas ao longo do tempo novas classificações atualizaram a conceituação e formatos.

A tabela 1 ilustra as variáveis de conteúdo fixadas para a análises que passaram por análise estatística nesta pesquisa.

Tabela 1 - Categorias de análise dos gêneros jornalísticos.

Gênero	Formato	Frequência	%	% válida	Acumula- da %
Informativo	Nota				
	Notícia				
	Reportagem				
	Entrevista				
Opinativo	Artigo				
	Caricatura				
	Carta				
	Coluna				
	Comentário				
	Crônica				
	Editorial				
Interpreta- tivo	Resenha				
	Cronologia				
	Dossiê				
	Enquete				
Utilitário	Perfil				
	Cotação				
	Indicador				
	Roteiro				
	Serviço				

Fonte: Adaptado de Costa, 2008; Manuel Chaparro; Marques de Melo, 2010; Melo e Queiroz, 1998; Luiz Beltrão, s.d.

Cada publicação do Jornal Ecos do Tocantins é considerada material empírico de fonte primária que permite as análises e resultados. Dessa forma, estabelece-se como pesquisa documental o procedimento necessário. Antes da análise do material empírico, os documentos devem passar por um recorte, com a finalidade de se construir o corpus documental da pesquisa.

Nos dois anos adotados, o total de narrativas sobre o Estado do Tocantins publicadas em 1953 e em 1956 somam 58 unidades. Todas estas unidades textuais tiveram a inscrição registrada conforme descrito nos Procedimentos Metodológicos e resultou na montagem da tabela 2 que sintetiza os dados quantitativos com os achados das unidades quanto ao gênero e o formato usado pela redação do veículo.

Tabela 2 - Dados quantitativos observados nos anos de 1953 e 1956 sobre o Tocantins.

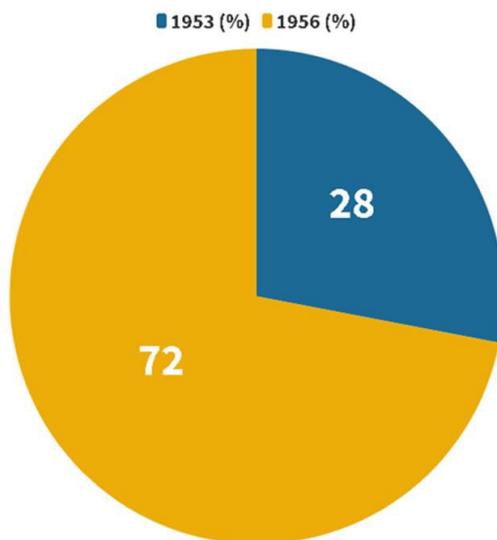
GÊNERO	FORMATO	1953	% 1953	1956	% 1956	TOTAL GERAL	% TOTAL
Opinativo	Artigo	11	69%	6	14%	17	29%
	Comentário	0	-	1	2%	1	2%
	Editorial	0	-	2	5%	2	3%
	Carta	1	6%	8	19%	9	16%
	<i>Subtotal</i>	12		17		29	
Informativo	Nota	1	6%	6	14%	7	12%
	Notícia	3	19%	17	40%	20	34%
	Reportagem	0	-	2	5%	2	3%
	<i>Subtotal</i>	4		25		29	
	TOTAL GERAL	16	100%	42	100%	58	100%

Fonte: Elaborada pela autora com os dados coletados nos exemplares do jornal.

Os dados mostram que em 1953 há 16 (dezesseis) publicações e, no ano de 1956, 42 (quarenta e duas). Ao mensurar a proporção das narrativas publicadas, chega-se ao percentual de 28% publicadas no primeiro ano e 72% no segundo ano analisado, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Levantamento quantitativo dos textos publicados em Ecos do Tocantins.

Textos publicados sobre o Estado do Tocantins



Fonte: A autora.

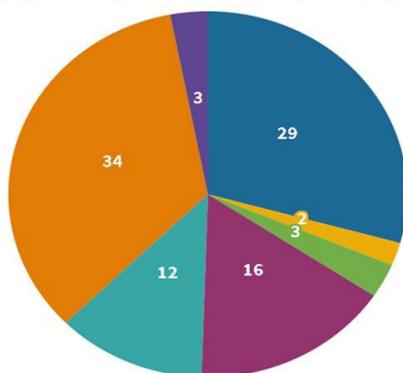
Ao comparar os dois anos, observa-se que do ano de 1953 para o ano de 1956 houve um crescimento na ordem de 163% – duas vezes e meia – na quantidade de narrativas tratando do Estado do Tocantins no jornal *Ecos do Tocantins*.

Quanto aos gêneros usados pelo veículo para a publicação dessas narrativas, observa-se que no ano de 1953 prevaleceu o gênero Opinitivo sobre o Informativo. O gênero Opinitivo representa 75% das publicações e o Informativo 25%. Em números absolutos são 12 unidades opinativas e 4 informativas, como pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Levantamento proporcional dos formatos opinativos e informativos no jornal.

Formatos usados nas narrativas sobre o Estado do Tocantins

■ Artigo ■ Comentário ■ Editorial ■ Carta ■ Nota ■ Notícia ■ Reportagem



Fonte: A autora.

No ano de 1956, com as publicações sobre o Tocantins mais do que dobrando em quantidade, a prevalência se inverte. O gênero Opinativo representa 40% das publicações detectadas enquanto o Informativo alcança 60% das unidades. Em termos absolutos são 25 unidades informativas contra 17 opinativas.

Em comparação de um ano para o outro, o gênero Opinativo sobe de 12 para 17 unidades de narrativas, um incremento de 42%. O gênero Informativo passa, em variação absoluta, de 4 para 25 unidades, o que equivale ao aumento, em valores proporcionais, de 525%.

Os números sugerem que havia a abertura para a divulgação de opiniões sobre o tema, com destaque para o formato Artigo, seguido por Cartas. Os dados mostram que o formato Artigo prevaleceu no primeiro ano, com 92% das ocorrências. O segundo formato é a Carta, com 8%. No gênero Informativo, em 1953, prevalecem as Notícias, com 19% das 16 narrativas seguidas por Nota, com 6% do total naquele ano.

No segundo ano analisado prevalece o formato Notícia do gênero Informativo, com 40% das ocorrências detectadas em 1956. A segunda unidade mais presente é Carta, com 19%, seguida de Artigos e Notas, ambos com 14% das ocorrências.

Como será demonstrado adiante, no capítulo da análise das narrativas, o ano de 1953 trata de um período em que o debate sobre a emancipação

dos municípios da região prevalece como pauta nas páginas do jornal, ao passo que o ano de 1956 o conjunto das narrativas analisadas indica adesão massiva do jornal ao movimento separatista de 1956, de Porto Nacional, quando a pauta da emancipação municipal é superada pela pauta da separação da parte norte de Goiás, para formar um estado independente.

Corpus e Material Empírico

Considerando fatores que garantam a representatividade e homogeneidade do corpus, a sua construção começa a se constituir, a priori, do material empírico de 600 edições do jornal *Ecos do Tocantins*, periódico veiculado de julho de 1951 a julho de 1961.

Cada edição do jornal teve as Unidades de Informação (UI) – todo texto publicado – identificadas no Protocolo de Identificação de matérias. Cada registro gera uma linha de uma planilha, catalogada por dados gerais e quantificada por gêneros. O protocolo guia a prévia classificação das unidades de informação categorizadas em uma planilha que quantifica cada ocorrência textual das edições, conforme técnica aplicada por Costa (2008).

Opta-se, nessa pesquisa, por uma amostragem não probabilística, uma vez que é mais frequente nas ciências sociais, podendo essa amostragem ser acidental ou racional, além de serem utilizados alguns critérios para escolha do sujeito (Richardson, 2011), o que implica estabelecer cem por cento (100%) de todas as edições disponíveis do jornal, enquanto esteve em funcionamento. Dessa forma, entendem-se como material do estudo, edições jornalísticas com predominância de análise no tempo (uma década).

A IMPRENSA NARRANDO A AUTONOMIA

Jornalismo e Política: Sempre de Mãos Dadas

Ao longo dos anos a imprensa tem exercido o papel de registrar, comentar e difundir informações sobre os mais relevantes acontecimentos históricos. A política, por sua vez, sempre foi agente e personagem principal na história dos registros e comentários da imprensa.

É possível notar que, desde o princípio, a relação entre jornalismo e política não é meramente de autor e personagem ou, em termos técnicos, de relator e fonte. Como dito pelo jornalista Carlos Chagas (2001, p.09), essa relação vai além:

Política e jornalismo interligam-se e se misturam à maneira das águas dos rios Negro e Solimões, para formar o Amazonas. A princípio, por questões de densidade, no mundo fluvial, e de presa, no universo jornalístico, elas buscam seguir separadamente. Relutam em se mesclar. Alguns quilômetros adiante, porém, prevalece a natureza das coisas no leito comum. Integram-se. Afinal, são apenas água, como política e jornalismo significam evoluções em torno do poder, na luta pela sua conquista. Aqui e ali surgem os afluentes da fama e da riqueza, ou os charcos da vaidade e da corrupção, mas é o poder que fascina jornalistas e políticos para tornar suas ações uma só realidade.

Por intermédio da imprensa trava-se: “[...] uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes” (Rossi, 1995, p. 07). “A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos” (Capelato, 1988, p. 15). Considerando tais colocações, fica evidente objetivos comuns tanto a jornalistas quanto a políticos que dessa forma comungam de uma estreita relação, unindo-se de acordo com seus interesses em determinados acontecimentos históricos.

Seja por meio de manipulação; do grau de influência de alguns agentes públicos sobre o jornal; ou por interesse, particular ou mercantil, dos proprietários de veículos de comunicação, a relação jornalismo-política e política-jornalismo sempre acontece.

Artimanhas de sedução do público são indispensáveis quando se trata dos interesses políticos e lucrativos da grande imprensa. Todavia, independentemente de sua estrutura, os pequenos jornais começam, quase sempre, movidos pelas melhores intenções. Entretanto, para permanecerem em circulação acabam cedendo a interesses que viabilizem o suprimento de suas necessidades básicas, quando não se contaminam com o sistema pela vulnerabilidade de seus administradores, é o que defende Sodré (1999).

A estreita relação entre imprensa e políticos pode acontecer por laços sociais e de amizade com jornalistas e editores, ou via troca de favores que envolvem investimento financeiro nos jornais através de publicidades e matérias pagas. Referindo-se à “imprensa”, Capelato (1988, p. 09) afirma que: “[...] os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso bajulam, vigiam, controlam e punem os jornais”, um claro jogo de interesses entre quem detém o poder de disseminar informações críveis e quem detém o poder de controlar grandes investimentos que garantem a manutenção da imprensa. Chagas (2001) defende que jornalismo e política existem completamente integrados, completando um ao outro como braços de uma mesma vertente.

Tem-se ainda o fato de muitos políticos serem empresários da comunicação, muitas vezes escondidos atrás de outras pessoas que comandam redes de TV, rádios, jornais impressos e portais de notícias ou têm excelentes relações com os proprietários de grandes veículos. Dines (2001) vê nesta relação o maior problema da imprensa no Brasil, ou seja, sua vinculação direta com o poder, afirmando que a liberdade de imprensa só acontece quando atrelada aos interesses do proprietário do veículo de comunicação.

Diante de tal cenário de relações uma questão torna-se gritante: jornalistas escrevem para si mesmos, para seu público leitor ou para os políticos?

A convivência da imprensa com os políticos e com o sistema é muito bem retratada no livro Notícias do Planalto, no qual Conti (1999) discorre sobre o funcionamento das redações da grande imprensa e como são influenciadas pelos laços estabelecidos entre jornalistas e o poder político.

Diante desse contexto desenha-se uma inevitabilidade de atrelamento da imprensa e dos jornalistas aos políticos e à política por um fator: a sobrevivência. Isso acontece porque:

Predominam no homem comum estratégias de defesa e de sobrevivência baseadas na dissimulação e redução de riscos, tais como a sobrevivência, a omissão, [...] especificamente entre jornalistas a autocensura e a renúncia à autonomia intelectual em troca de um maior conforto funcional (Kucinski, 1998, p.18).

Por esses motivos, é possível que o profissional de jornalismo, muitas vezes, se exima de noticiar fatos ou acontecimentos de interesse da sociedade. É muito comum esbarrar em personalidades que foram jornalistas e políticos ou políticos e jornalistas. O difícil é não encontrar relação entre ambos, seja de ódio ou amor, a verdade é que ela sempre existiu.

Dos grandes jornalistas políticos, Assis Chateaubriand se destacou ao construir o maior império jornalístico da história da imprensa brasileira, não poderia sair isento dessa relação. O primeiro jornal comprado por Chateaubriand foi *O Jornal*. A partir daí Chatô, como era popularmente conhecido, começa a construir sua cadeia jornalística, que expandiria com lances de ousadia. O desenvolvimento da imprensa era marcado pelo aparecimento de novos jornais. O *Diário da Noite*, pertencente a rede de jornais de Chateaubriand, começa a se expandir, foi este veículo também um dos responsáveis pelo desenvolvimento da cidade de São Paulo.

A relação dos grandes empresários da comunicação com os políticos e a política é um fato permanente e certo. Chateaubriand foi empresário e depois político. Eleito senador, Chatô não só articulava conchavos, mas também era quem sempre dava o furo de todas as informações políticas na época. Capaz de decorar os discursos dos colegas, para no dia seguinte noticiá-los em seus jornais, e das maiores manobras políticas em favor do que defendia e pensava. Chatô tornou-se uma das figuras de maior destaque do jornalismo, em seu período de projeção foi também político, mas antes de tudo jornalista, em determinados momentos o prazer de noticiar falava mais alto.

O prestígio que Chateaubriand desfrutava junto ao alto comando aliancionista não era apenas um reconhecimento aos serviços prestados por seus jornais e por Cruzeiro à causa da Aliança Liberal. Ele era efetivamente considerado um dos membros do primeiro e mais fechado círculo da conspiração, privilégio que muitas vezes torturava sua alma. Conviver com segredos e não

publicá-los nos jornal era a negação absoluta daquilo que ele mais se orgulhava ser: um repórter. [...] Muitas vezes ele não resistia à tentação, e sua metade jornalista falava mais alto que Chateaubriand político (Chagas, 2001, p. 09).

Assim como Chatô existem e existiram muitos, Arnon de Mello foi um deles, mesmo aparentando maior afinidade com a política Arnon teve sua passagem pelo jornalismo como repórter de *A vanguarda* (RJ), foi o primeiro trabalho que encontrou após ter se mudado para o Rio e ter gastado todo dinheiro que trazia. Posteriormente trabalhou nos *Associados*, mais precisamente no jornal *Diário da Noite*, onde teve destaque como correspondente de guerra.

Retornou à sua terra, Alagoas, como diretor do *Jornal de Alagoas*, cargo esse oferecido por Assis Chateaubriand logo após ter comprado o referido jornal. Com a demissão do jornalista Dário de Almeida Magalhães, Arnon envia uma carta a Chatô pedindo demissão em solidariedade ao amigo injustiçado. Logo depois Arnon de Mello candidata-se a governador e é eleito com 57 mil votos. Depois de sua projeção política e social, Mello torna-se o maior empresário da comunicação em Alagoas. Conti (1999) afirma que ele era melhor nos negócios que na política.

Outro grande exemplo de homem envolvido com a política e o jornalismo é o ex-presidente da República, Tancredo Neves, que exerceu a profissão de jornalista durante 14 anos. Tancredo foi repórter do *Estado de Minas*, e após quatro anos de trabalho neste jornal resolveu retornar à cidade natal, São João Del Rei, lá colaborou durante um bom tempo em um jornal, no qual não poupava críticas a quem achava que merecesse. Quando foi eleito presidente, no pós-ditadura, Tancredo, em um de seus discursos, expôs claramente a importância da imprensa na reconquista da democracia e da liberdade.

Nesse mesmo período, em Goiás, tivemos grandes nomes que se destacaram, o jornalista e político Alfredo Nasser é um deles. No jornalismo foi um dos diretores da Associação Goiana de Imprensa (AGI). Foi um líder político liberal por sua pregação doutrinária em defesa das liberdades públicas, ganhando notoriedade como nome das oposições. Pertence à União Democrática Nacional UDN e à Arena, de 1930 a 1960, tendo como principal opositor Pedro Ludovico Teixeira. Atuou como articulador do golpe militar de 1964, em Goiás, e se destacou como deputado pela autoria da lei que federalizou a faculdade de Direito. Conseguiu projeção nacional como

ministro da justiça e senador da república, sendo o primeiro goiano a participar do alto escalão federal e a chefiar um gabinete no Senado. Apesar de ter sido um homem público, Alfredo Nasser saiu pobre da política. Foi indicado por 18 intelectuais goianos da contemporaneidade como um dos goianos mais influentes do século XX.

No então Norte de Goiás, atual Tocantins, quem se destaca é o empresário, jornalista e político Trajano Coelho Neto, um personagem que contribuiu com o desenvolvimento da imprensa e conseqüentemente da região Tocantina. Proprietário e diretor responsável pelo Jornal *Ecos do Tocantins*, que nasceu em Pium e circulou de 1951 a 1961, ele se destacou pela convicção, inteligência e retórica. Trajano deixou um legado de empreendedorismo, foi um dos maiores empreendedores da comunicação, senão o maior da região, ele acreditou e lutou pela emancipação política do Norte de Goiás durante a década de 50. Sua carreira política teve início nesse mesmo ano, quando se candidatou a deputado estadual pelo Partido de representação popular (PRP) e, posteriormente, em 1954, pelo Partido Social Democrata (PSD). Em 1960, se candidatou e foi eleito prefeito de Pium.

Contribuição da Imprensa para a Autonomia do Brasil

Notadamente, em um país cujas premissas do progresso se desenvolvem a partir da chegada da família real, não é possível tratar de imprensa livre ou desatrelada do poder regencial. Como salientou o filósofo francês Jean Paul Sartre no livro “*O que é literatura?*”, ele escreve, documenta e mantém vivo, e isso é, fundamentalmente, escrever positivamente sobre o poder soberano e sobre o rei. Inclusive escreve-se para continuar escrevendo (Sartre, 2004).

O caso do Brasil situa-se justamente nesse contexto de controle, ou melhor, de censura aos meios de comunicação. Isso porque, de modo geral, os primeiros veículos impressos no Brasil são órgãos oficiais, ou seja, ligados ao governo. Esse tipo de organização comunicacional se desenvolveu de tal modo que muitos estados tiveram revistas influenciadas.

Essa perspectiva é narrada com clareza por Rossi na introdução do seu livro *O que é Jornalismo?*

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e

corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista política e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa (Rossi, 1995, p. 02).

O autor mostra que não é possível pensar o jornalismo fora dos jogos de interesse e das disputas políticas, pois, a imprensa é um meio de estabelecimento ou quebra de poder. Por isso mesmo a censura e o forte controle do que circular nas ruas era algo comum. Outras formas eram jogadas para a ilegalidade.

Essa censura não é difícil de ser compreendida, pois, o que estava em jogo era justamente a manutenção de um *status quo* monárquico totalmente coordenado pela imprensa régia. Os serviços de impressão deveriam ser alinhados com os desejos monárquicos (Sodré, 1999; Lustosa, 1998).

Antes de 1821, os jornais existentes: “[...] circulavam sobre rigorosa censura e nunca falavam sobre política” (Lustosa, 1998, p. 169), o que já mostra claramente uma condição, ou melhor, uma postura política. Isso não quer dizer que depois de 1821 a imprensa tenha se tornado oficialmente livre. Pode-se dizer que as premissas de controle saíram das mãos dos portugueses para ficar a cargo do império. Mas, é preciso ter mais cuidado sobre essa questão pois, a própria ideia de censura nesses períodos é diferente do que se entende hoje.

A ênfase à censura e ao oficialismo para caracterizar o surgimento da imprensa no Brasil, embora compreensível e justificável, pode conter elementos anacrônicos, isto é, quando tratamos de um período passado direcionando abordagens e preocupações para questões de nosso tempo recente, como o corajoso combate aos autoritarismos e censuras oficiais do século XX. Em certa medida, tal ênfase alimentou-se também do nacionalismo antilusitano que marcou boa parte da intelectualidade brasileira nos séculos XIX e XX. E, apesar do valor empírico e interpretativo de muitos trabalhos, eles podem deixar de lado, por conseguinte, uma compreensão mais específica da dinâmica e de certos aspectos de uma sociedade que, em princípios do século XIX, era ainda marcadamente organizada e concebida nos moldes absolutistas (com seus diferentes graus de ilustração), em crise e transformação (Martins, Luca, 2012, p. 14-15).

Aprofundando essa questão, as autoras continuam:

Dessa forma, parece ser sugestivo compreender que a primeira geração da imprensa periódica produzida no Brasil não surge no vazio, numa espécie de gestação espontânea ou extemporânea, mas baseada em experiências perceptíveis. Além da já citada cena pública complexa onde ela se inseria, havia uma tradição de atividades impressas da nação portuguesa, à qual o Brasil pertencia, sem esquecer a possibilidade de os primeiros redatores propriamente brasileiros terem aprendido e convivido, ainda que informalmente, com a imprensa de outros países. Foi o caso dos estudantes brasileiros em Coimbra que circulavam pela Europa ou de emissários enviados pela Coroa portuguesa aos quatro cantos do mundo, sem esquecer comerciantes, traficantes de escravos e navegadores. Questiona-se, assim, a noção, às vezes apresentada de forma simplista, que procura contrapor o florescimento da imprensa às repressões do absolutismo. A imprensa, periódica ou não, surgiu e se consolidou sob determinadas condições e características, que não eram, evidentemente, as de uma democracia moderna, de sociedades industriais ou de uma cultura de massas (Martins; Luca, 2012, p. 15).

Feitos esses esclarecimentos, passa-se a falar dos jornais mais importantes da história brasileira. Aqui, no entanto, é preciso esclarecer que essa importância pode ser relativizada a depender do modo como o investigador observa os acontecimentos. Mas, o fato é que os jornais aqui mencionados são reconhecidamente importantes por promoverem impactos nas relações políticas brasileiras.

Dentre esses jornais pioneiros a circularem no Brasil está o *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*, datado originalmente a partir de 10 de setembro de 1808. Sob a direção do Frei Tibúrcio Jorge da Costa, esse periódico apareceu em terras brasileiras com 27 páginas em seu primeiro exemplar (Chagas, 2001; Sodré, 1999). Esse jornal noticiava, fundamentalmente, notícias europeias, aliás, era uma cópia quase que perfeita da *Gazeta de Lisboa*, periódico que obviamente preocupava-se com notícias da Europa, com o que se passava do outro lado do Atlântico. Como Argumenta Lustosa (1998), seus periódicos noticiavam, com frequência e fidelidade, o estado de saúde e as datas natalícias da família real europeia, o que já naquela época não eram notícias de interesse dos brasileiros e daqueles que viviam aqui.

Segundo Sodré (1999), o fato de serem pautadas apenas notícias europeias causou certo mal-estar, pois os problemas do Brasil não eram

mencionados. O que, de fato, não era possível de ser expresso em um documento que reportava as ações de além mar. Sodré (1999) faz o seguinte questionamento acerca dos queixumes que em si mesmo já é resposta:

Claro que havia queixumes. Como expressá-los, porém, numa folha cujo material era extraído da Gazeta, de Lisboa ou de jornais ingleses, tudo lido e revisto pelo conde de Linhares, depois, pelo conde de Galveias, e que não tinha outra finalidade senão agrada à Coroa que tão estreitamente dependia? (Sodré, 1999, p. 20).

Enquanto saíam as primeiras edições da Gazeta nascia também um dos primeiros periódicos, por assim dizer, nacionais. Surge o *Correio Brasiliense*, do gaúcho Hipólito da Costa. Foi ele o primeiro jornal independente no Brasil, e também o que teve respaldo e reconhecimento da população brasileira, acredita-se que pela ampla abordagem política de caráter crítica e questionadora.

Ainda assim o jornal sofria muitas críticas, pois era produzido na Inglaterra e entrava no Brasil clandestinamente. Pelo fato de ser elaborado no exterior o *Correio Brasiliense* era criticado, pois se mantinha e não dava atenção devida ao país, como se esperava. O máximo que se fazia, como argumenta Lustosa (1998, p. 170), era comentar “abertamente aspectos da política portuguesa relativa ao Brasil”.

Do ponto de vista estrutural e de formato o *Correio Brasiliense* diferenciava-se sistematicamente da forma dos jornais atuais, era constituído de uma: “[...] brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo e de preço muito mais alto” (Sodré, 1999, p. 22). Tratava-se, portanto, como assevera Hipólito, seu editor, de um periódico cujo princípio era liberal e que, portanto: “[...] pretendia preparar o Brasil para as instituições liberais e melhorar os costumes políticos” (Chagas, 2001, p. 25).

Apesar de ter sido considerado o melhor jornal em circulação na colônia, naquele período, o *Correio Brasiliense* também enfrentava críticas e incomodava muita gente, especialmente aqueles a quem suas críticas eram direcionadas como, por exemplo, D. João VI, certamente um dos que se sentia mais incomodado. Isso resultou em várias ações em desfavor do veículo, na tentativa de neutralizar sua ação ou boicotar o jornal de Hipólito.

Ao tempo em que determinava a censura, D. João VI forneceu amplos recursos a um nobre português, cujo nome se perdeu na história, para ir a Londres e, de lá, providenciar a impressão de

outro jornal, de características idênticas ao oposicionista, só que para louvar o seu governo... O nobre, pela crônica, ficou com o dinheiro e jamais retornou ao Brasil, deixando de imprimir o *AntiCorreio Brasiliense* (Chagas, 2001, p. 25).

Diante do exposto, observa-se que a *Gazeta do Rio* e o *Correio* são em suas origens antagonicos. De acordo com Sodré (1999, p.22), enquanto o segundo empreendia a: “[...] pesar na opinião pública, ou o que dela exista no tempo”, fundamentalmente questionando a coroa, “[...] a *Gazeta* não tinha em alta conta essa finalidade”. Como todos os órgãos de governo do tipo joanino, na época do absolutismo, a *Gazeta* não se preocupava com isso”. Tal fato ocorria, entre outros fatores, “[...] por que não tinha que disputar a outros órgãos, de orientação antagonica, que não existiam, a preferência de leitura” (Sodré, 1999, p. 22).

De todo modo o *Correio* não passou ileso, pois, muitas foram as tentativas para diminuir o prestígio do jornal oposicionista. Ainda assim, o correio circulou: “[...] intermitentemente até dezembro de 1822, num total de 175 números, durante 14 anos” (Chagas, 2001, p. 26).

Carlos Chagas (2001, p. 27) argumenta, ainda, que o que de fato fazia do *Correio* um alvo era justamente sua posição mais liberal em determinadas questões, esse era o seu crime grave. Logo, o problema do *Correio Brasiliense* não era: “[...] denunciar os horrores da escravidão, nem os massacres de índios, sequer o de se colocar contra a tortura, a corrupção e os desmandos da corte”. Seu problema era ser liberal e até mesmo profundo crítico da monarquia, então, o que lhe tornava alvo era justamente o fato de que: “[...] sustentava princípios liberais para o comércio, criticando a discriminação contra a entrada de produtos estrangeiros e investindo contra o monopólio português das importações” (Chagas, 2001, p. 27).

Ainda assim é preciso reconhecer que em determinado período tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* estiveram bem próximos do ponto de vista dos posicionamentos. Martins e Luca nos advertem para deixarmos isso claro nas nossas memórias:

É comum colocar-se, em estudos históricos, a contraposição entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* (enquanto jornal oficial) e o *Correio Braziliense* (que fazia críticas ao governo). Porém, uma comparação atenta indica que, além dessa evidente dicotomia oposição/situação, existiam convergências entre estes dois periódicos. Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança),

apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração (Martins; Luca, 2012, p. 16).

Aprofundando os esclarecimentos teóricos sobre as questões do liberalismo, as mesmas autoras destacam as relações no contexto do Brasil e a sua vinculação com a geopolítica do período:

Além desses fatores, uma leitura sistemática indica como, a partir de meados de 1821 (após a Revolução do Porto e com o ministério de José Bonifácio e convocação da Constituinte brasileira), a *Gazeta do Rio* (o título é reduzido) passa a defender o liberalismo e a modernidade política (citando Rousseau e outros da mesma linha). E acompanha de perto o processo de separação entre Portugal e Brasil, posicionando-se a favor da independência deste antes mesmo do *Correio Braziliense*, que levava a desvantagem da distância geográfica e das comunicações demoradas entre os dois Hemisférios. Ou seja, é possível enxergar nuances nessa polarização, às vezes maniqueísta, entre esses dois jornais luso-brasileiros, vistos mais tarde como brasileiros apenas. Os dois faziam parte do mesmo contexto político e mental e, ainda que com diferenças, partilhavam um universo de referências comuns (Martins; Luca, 2012, p. 16).

Notadamente esses dois periódicos tiveram importância na formação da imprensa nacional, mas, essa história não se resume apenas a eles. Outros periódicos e pessoas se destacaram na história da imprensa brasileira, seja em nível nacional ou regional. Um personagem importante é Cipriano Barata, que entrou para a história por sua coragem e agitação no período da independência. Seu jornal se chamava *Sentinela da Liberdade*. “Este incendiário que se dizia liberal” (Lustosa, 1998, p. 184) tinha uma atitude política considerada a mais avançada na época, sendo taxado de democrata. Cipriano Barata ficou enclausurado boa parte da sua vida, da guarita onde ficava escrevia o jornal *Sentinela da Liberdade*, de modo que “[...] o subsequente nome *Guarita* correspondia ao da prisão onde Barata estivesse preso” (Lustosa, 1998, p. 185). Em seus textos ele deixava explícito o combate aos portugueses e fazia apologia intransigente à Liberdade.

Obviamente que muitos outros jornais foram surgindo, por todo o Brasil, uns mais articulados politicamente, outros nem tanto. Entre esses jornais destacam-se os seguintes: *A Idade do Ouro* (BA); *A Malagueta* (RJ);

Typhis Pernambucano, de Frei Caneca, (espírito revolucionário e indomável considerado um dos grandes jornalistas brasileiros); e *A Abelha do Itacolomi* (MG), entre muitos outros.

O período de proximidade da independência foi efervescente em relação ao surgimento de veículos impressos. Nessa época, o *Diário Constitucional* ganhou destaque por ser o primeiro a defender as causas brasileiras (Sodré, 1999). Pode-se dizer que ele teria quebrado a monotonia do que vinha circulando durante anos nas terras tupiniquins. Nascido em 4 de agosto de 1821, o *Diário* era um dos periódicos cujo papel foi criticar a imprensa da metrópole e influenciar nas escolhas políticas.

Em 1830 surge a primeira caricatura em jornal impresso no Brasil:

Há consenso em atribuir-lhe a veiculação da primeira caricatura no Brasil, em desenho de Rafael Mendes Carvalho, impressa no *Jornal do Commercio*, no ano de 1837. O tema? Uma cena de suborno, metáfora prenunciadora e recorrente até nossos dias da corrupção no país. Em 1844 lançaria um dos primeiros jornais de caricatura do Brasil monárquico, irônico e engraçado: *A Lanterna Mágica – Periódico Plástico-Filosófico* (Martins; Luca, 2012, p. 32).

Na esteira desse primeiro passo, jornais e jornalistas logo acabaram por investir nesse gênero, que superava as antigas imagens dos periódicos régios por tratar as coisas com humor e ludicidade.

De acordo com Sodré (1999, p. 192), durante esta década surgem também as primeiras revistas culturais e os jornais passam a publicar obras de grandes escritores, “[...] os homens das letras faziam imprensa e teatro”. Mas, o que estava em jogo para esses artistas não era apenas a possibilidade de simplesmente escrever notícias. Na imprensa o artista “[...] encontrava liberdade relativa para as suas criações literárias, não para os impulsos políticos [no teatro], porém nem tudo era favorável”. As dificuldades ocorriam porque “[...] qualquer peça a ser levada à cena, devia passar pela censura do Conservatório e receber vistos da polícia” (Sodré, 199, p. 192). Mesmo diante dessas condições, a imprensa tornou-se um meio de fazer circular os textos de grandes autores.

Obras como *o Guarani* de José de Alencar, *O cruzeiro* de Machado de Assis e de muitos outros escritores foram frequentes nas páginas dos jornais nesse período. Mas, como diz Sodré (1999) o que estava em jogo não era uma pura e simples ascensão da liberdade de imprensa ou de uma brasilidade na qual o povo de fato tomasse as rédeas das decisões. Ao

contrário, nessa época dos anos 1860: “[...] a imprensa reflete a estagnação dominante” (Sodré, 1999, p. 200) que se só viria a enfraquecer nos anos seguintes.

Essa condição ocorreu em função das conturbações sociais. São as palavras de Sodré sobre a questão:

No fim da segunda década da última metade do século XIX, as alterações da fisionomia do país começam a avultar e manifestam-se em acontecimentos políticos. Da maioridade à conciliação tudo fora sem tropeços para latifúndio escravista, superada a grave crise de Regência; a esquerda liberal fora esmagada; as rebeliões provinciais reprimidas com inaudita violência. Os anos cinquenta anunciam o auge do poder imperial, que removeu todos os obstáculos e não receia que reapareçam [...]. Mas os anos sessenta começam a denunciar mudanças [...] (Sodré, 1999, p. 200).

Especialmente depois da guerra do Paraguai a imprensa começa a se agitar. Surge, em 1862, o primeiro *Diário Oficial* que trazia artigos sobre comércio e política, atos oficiais e notícias dos acontecimentos de interesse geral. É relevante atentar-se para uma questão crucial que foi o recrutamento e o modo como a imprensa pensou esse processo.

Sobre os impactos causados por essa guerra, adverte Sodré:

O recrutamento, mesmo em tempos normais, era um problema candente e os debates constantes a esse respeito mostram como assim era. Esses debates, nas Câmaras e na imprensa, tinham razão de ser: o recrutamento tocava de perto a propriedade, diretamente à servil. Com a guerra e sua crescente premência de efetivos, o problema assumiu proporções muito mais sérias. As desapropriações de escravos para as fileiras, cada vez em maior número, apesar de bem pagas – talvez essas alforrias tenham representado a maior despesa da guerra – traziam inconvenientes, pois a substituição era difícil, no trabalho das lavouras, quando não eram impossíveis. Outro efeito, que passava despercebido no momento, estava no estímulo implícito que o processo conferia à extinção do escravismo: esse efeito tornou-se evidente logo depois de finda a guerra. [...] (Sodré, 1999, p. 202).

Nos anos 1870 é fundado no Rio de Janeiro por republicanos e abolicionistas o Jornal *A Província* que posteriormente passaria a ser *O Estado de São Paulo*. Nesse período surge, ainda, a *Revista Ilustrada* trazendo

charges em favor da campanha pela libertação dos escravos, como narra Sodré (1999), que trazia, também, as primeiras fotos da imprensa brasileira retratando crianças nordestinas castigadas pela seca.

Mas, o ano de 1870 marca uma espécie de sinal republicano no Brasil. O que está em jogo são os levantes em defesa da república, seja por meio do advento de jornais ou por meio da criação de partidos com essa premissa. No rastro da fundação do Partido Republicano ocorre a criação do jornal *A República* e o lançamento do *Manifesto Republicano*, redigido pelo bacharel e jornalista Quintino Bocaiúva. Segundo Sodré (1999), o manifesto era secundado por outros bacharéis e jornalistas, como Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça, que balizavam o uso exaustivo da imprensa a serviço da propaganda da causa republicana.

Essa propaganda republicada por meio de uma imprensa partidária, empregada entre 1870 e 1885, fez poucos correligionários, mas possibilitou a ideia de a República ser encampada e divulgada pela imprensa alinhavada com o Partido Republicano Paulista (PRP) (Sodré, 1999).

O ideal republicano se aproximava e os jornais narravam essa perspectiva, bem como tomavam posição política clara sobre a questão. Tratava-se, pelo menos ao que parece, de uma luta pela república. Mas, é em 1891, com a república já instalada, que surge, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil*, uma publicação livre, de caráter independente, sem vínculos políticos (Sodré, 1999). É importante compreender que as mudanças no regime político não alteraram o desenvolvimento dos jornais.

Os grandes jornais continuaram os mesmos, com maior prestígio e força os republicanos, com mais combatividade os monarquistas. Alguns grandes jornalistas seriam chamados a funções eminentes: Salvador de Mendonça e Rui Barbosa, que não eram, a rigor, homens da imprensa, contribuíram com a área às vésperas da queda da monarquia; e Quintino Bocaiúva, a figura mais importante do periodismo republicano, foi chamado ao ministério do Governo Provisório onde, sob chefia de Deodoro, organizaria a mudança de regime (Sodré, 1999, p. 251).

No início do século XX, já com a república efetivada, outros jornais surgiram no cenário brasileiro. Em 1907 é editado o primeiro jornal em cores no Brasil, o carioca *Gazeta de Notícias*. No ano seguinte, 1908, é fundada no Rio de Janeiro a *Associação Brasileira de Jornais* (ABI) por Gustavo de Lacerda.

Em 1920 surge o *Jornal do Povo*, em Natividade, então distrito de

Porto Nacional, cidade localizada no norte de Goiás, esse foi o terceiro jornal da região norte. A maior cadeia jornalística os *Diários Associados* é criada em 1924 pelo paraibano, político e jornalista, Assis Chateaubriand. Considerado o maior império jornalístico no Brasil, a empresa os *Diários Associados*, que reúne entre outros jornais, revistas, estações de rádio e TV. Nesse contexto, foi criada a *Organização Globo*, em 1925, após a compra do jornal *O Globo*, feita pelo jornalista Irineu Marinho. Para explicar esses movimentos é preciso compreender o surgimento de um novo modo de organização que se estabelecia no Brasil, da virada do século XIX para o XX. Como argumenta acertadamente Sodré (1999):

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena a grande imprensa. Os pequenos jornais, de estruturas simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua fundação. Se é assim afetado o plano de produção, o da circulação também o é, alternando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão da burguesia, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista de maior ou menor porte (Sodré, 1999, p. 275).

A ascensão de grandes grupos de mídia só se explica, como argumenta Sodré (1999), por meio da ação do capital e do seu *modus operandi*. Nesse sentido, as práticas de monopólio começam a se apresentar de maneira mais clara no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Seja por meio da racionalização dos processos de produção, impressão e venda seja por meio das novas relações com os anunciantes, tudo estava organizado no limiar de uma sociedade burguesa capitalista.

É importante destacar que essa divisão, aliada ao desenvolvimento das novas práticas, definiram como seria a atividade jornalística na capital e no interior. “O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias” (Sodré, 1999, p. 275).

Obviamente isso afeta o volume dos periódicos, que tenderão a serem reduzidos ou então vinculados a uma grande empresa, o que pode produzir

o monopólio de uma narrativa única, pois: “[...] as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas” (Sodré, 1999, p. 275-276). O fato é que, diante desse cenário, no início do século XX era muito mais fácil adquirir um jornal do que no século XIX.

Os primeiros anos do século XX, portanto, apresentam uma reviravolta sociocultural que afeta decisivamente a imprensa, de modo que o primeiro sindicato dos jornalistas no Brasil nasce em 1934, em Juiz de Fora (MG). Logo depois Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), instituiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por vetar [...] o registro de 420 jornais e 346 revistas: apenas publicações ligadas politicamente ao presidente são autorizadas a circular.

Foi um período crítico na história da imprensa, pela ausência da liberdade de pensamento. Mas houve os que se favorecessem em meio à crise: “[...] DIP distribuía verbas a jornais e emissoras: jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam o quanto era possível enriquecer-se e corromper-se raríssimo foram os que não se corromperam” (Sodré, 1999, p. 382).

De modo geral, o DIP foi pura e simplesmente um órgão de repressão que agia para fazer o controle do que seria ou não publicado. Nesse sentido, pode-se dizer que a ditadura do estado novo cria um órgão específico para a censura, pois, o “[...] famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos”. Observe-se, por exemplo, que: “[...] nos estados, foram instalados os Departamentos Estaduais de Imprensa, DEI, que faziam o mesmo serviço” e que, “[...] nos dias mais agudos da ditadura, esse controle de imprensa destacava censores em cada jornal e nenhum original descia às oficinas sem o visto do fiscal do governo” (Sodré, 1999, p. 381).

O que estava em jogo não era apenas suprimir a imprensa, a ação tinha por objetivo calar quem criticasse práticas governamentais.

Portanto, essas irregularidades, via de regra, eram suposições do governo ou em outros casos, com a nítida impressão de terem sido forçadas. Há pelo menos dois exemplos de como a censura foi utilizada durante o Estado Novo: o primeiro é o aberto ataque às caricaturas, que vinham ganhando espaço nas últimas décadas; o segundo foi a invasão, pela política militar, à redação do Estado de São Paulo, em 1940, sob a acusação de que os proprietários teriam armas, afirma Sodré (1999). Algum tempo depois o jornal reapareceria sob a coordenação do DIP, que distribuía verbas, fazendo com que os jornais empresariais se corrompessem muito facilmente.

Ainda na conturbada e efervescente década de 1940, Carlos Lacerda, lança o jornal *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, no qual faz oposição ao presidente Getúlio Vargas. Esse período ficou conhecido como a crise da imprensa brasileira.

No auge da crise, iniciada pelo conflito entre o jornal *Última Hora*, lançado por Samuel Wainer em 12 de junho de 1951, e *Tribuna da Imprensa*, diário de Carlos Lacerda fundado em 27 de dezembro de 1949, uma briga de imprensa compõe o contexto que influencia a morte de um presidente da República, fato inédito na história do Brasil. A controvérsia entre Wainer e Lacerda transcende a Guerra Fria e é muito mais do que um conflito entre esquerda e direita protagonizado por dois jornalistas (Martins; Luca, 2012, p. 86).

Esse conflito levaria à morte de Getúlio, o que configurou em um ineditismo e inesperado fato na história do Brasil. Sobre isso falaremos mais à frente, quando tratarmos dos jornais na década de 1950.

A Narrativa da Autonomia no Jornalismo Impresso

Motta (2004) considera o jornalismo como uma atividade mimética, ou seja, uma atividade que imita algo ou reproduz um comportamento. Sob essa perspectiva podemos considerar que o jornalismo se adapta quase que organicamente à realidade, não apenas relatando objetivamente, sob uma pretensa imparcialidade, mas se confundindo com a realidade e reproduzindo-a.

O jornalismo representa a vida, as ações dos homens, dos bons e maus homens, relatam os dramas, as tragédias, as sagas e as epopeias contemporâneas. As notícias são relatos fragmentados e contraditórios sobre a nossa existência, sobre as nossas dores e os nossos amores, nossos sofrimentos e gratificações, sobre os acasos e contingências que nos afetam. O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações (Motta, 2004, p. 36).

Considerando o que diz Mieke Bal (2001, p. 12-17) sobre relatar histórias, quando um agente faz uma narração dá-se a construção de um texto narrativo que, segundo ele: “[...] é uma história que se conta através da

linguagem, isto é, uma história que se converte em signos linguísticos. Isto implica dizer que o texto narrativo é aquele no qual se relata uma história, mas o texto não é a história”.

Na mesma linha, Silva (2007, p. 52) considera que a existência de uma: “[...] sequência temporal da narrativa é importante para definir o processo da função referencial, mas nem toda recapitulação de experiência é uma narrativa”.

Para entender melhor essa ideia, observemos a definição de Motta (2004, p. 25), para quem a narrativa é um: “[...] procedimento representativo dominado pelo relato de eventos que configuram o desenvolvimento de uma ação temporal (cronológica) que estimula a imaginação (a diegese da história)”. Todavia, segue dizendo que a pretensão do jornalismo e/ou o jornalista está mais relacionada à descrição objetiva de fatos ocorridos na realidade não pretendendo contar histórias, quer sejam realistas ou ficcionais, mas, apenas, representar um momento procurando, “[...] de forma direta, clara, precisa e concisa cria o efeito de real mais do que estimula imaginários” (Motta, 2004, p. 27). Todavia, narração e descrição não se distinguem totalmente na prática, estando sempre uma incrustada na outra.

Sendo assim, o jornalismo, apesar de sua busca pela objetividade, participa da estruturação de narrativas sociais e, intencionalmente ou não, interfere na construção da realidade não apenas relatando-a, mas provocando uma ou outra reação a partir do recorte de fatos que expõe em seu texto informativo.

No caso do jornal *Ecos do Tocantins*, aqui analisado, é possível perceber desde o nome do periódico, um posicionamento político. A começar pela palavra “Ecos”, que indica ecoar ou dar voz, fazer não apenas soar, mas ressoar uma mensagem repetidamente. Considerando-se sua localização física, em uma região que ainda hoje encontra-se em um recôndito do Estado do Tocantins, que à época nem mesmo havia se separado de Goiás, percebe-se a intencionalidade retratada.

Leve-se em conta, ainda, o público a quem prioritariamente se dirigia, moradores do então norte goiano, que à época era considerado esquecido e abandonado pelos governantes de seu estado, e é possível perceber que o título também os valoriza propondo-se a acolher e ressoar a voz dos “invisíveis” e ignorados.

Ao repetir uma narrativa que é comum a vários, o jornalismo une atores individuais. Isso se dá, por exemplo, quando ao informar publicamente

o acontecimento de uma localidade, tais fatos encontram equivalentes em outros locais que, por identificação, atribuem credibilidade ao texto e autoridade ao veículo de comunicação, passando a vê-lo, também, como seu representante, sua voz, uma liderança.

É possível perceber, portanto, que o jornal, ao acolher narrativas, acolhe também as emoções e expectativas de um público que se identifica como sem voz e sem espaço para colocar suas necessidades e desejos. Ao fazê-lo unifica esse público em torno de um ideal e o fortalece enquanto massa que antes era apenas vozes isoladas. Nesse caso, o jornalismo torna-se um ator político com capacidade de mobilizar uma sociedade através do relato acontecimentos.

Araújo (2012, p. 06) esclarece que: “[...] o discurso jornalístico opera técnicas de construção narrativa na busca de uma organização sequencial de ações”.

Analisando um trabalho sobre narrativa jornalística de J.F.Sánchez (1992), Mattos (2004) esclarece que é na intenção dos discursos (pretensamente verdadeiros) que se estabelece a diferença entre a narrativa literária e a jornalística, ou até mesmo a histórica.

O discurso informativo tem uma finalidade externa ou instrumental, precisa ajustar-se ao mundo real, o conhecimento e o fato conhecido são distintos e o sujeito falante é empírico desde uma situação determinada, se dirige a alguém com a finalidade de comunicar informação. É um ato político e social. O discurso literário, por outro lado, só se compara consigo mesmo, cria o que diz, o sujeito é universal em uma situação eterna, não se dirige a nada, mas a todos indiferenciadamente em todos os tempos. É um discurso absoluto. Já as narrativas histórica e jornalística, embora diferentes, têm para ele inúmeras semelhanças e dessemelhanças dependendo do grau de rigor, do uso de fontes, tentativa de isenção, tratamento das personagens e linguagem (Mattos, 2004, p. 28).

O autor deixa claro, portanto, que o discurso jornalístico “é um ato político e social”. Sendo assim, é um discurso transformador e fornecedor de sentidos. Leve-se em conta que cada leitor construirá seu sentido a partir de sua visão subjetiva e objetiva dos fatos, mas a partir da informação fornecida pelo jornalismo, pode ampliar sua percepção seja para se posicionar favorável ou para contradizer os fatos colocados. Sendo assim, a narratividade jornalística é transformadora. Conforme afirmam teóricos do Grupo de

Entrevernes (1979), “[...] a narratividade é uma sucessão de estados e de transformações inscritos no discurso, responsável pela produção de sentido” (Mattos, 2004, p. 27).

É possível observar que, ao longo da história, a imprensa contribui com a narrativa da autonomia política territorial do Brasil.

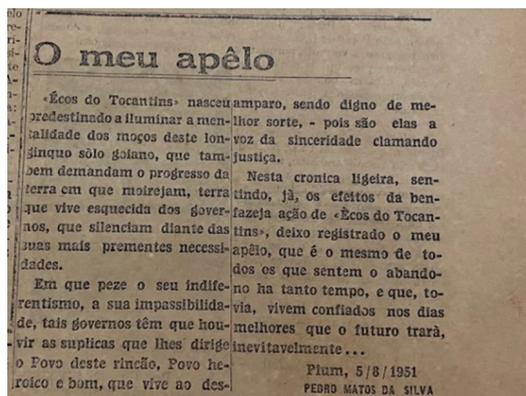
A partida de D. João VI e a elevação do príncipe D. Pedro à condição de Príncipe Regente vão provocar uma inquietação política e um intenso debate público que se traduzirá no surgimento de periódicos brasileiros, que livres da censura prévia darão voz às diferentes correntes políticas que começam a se organizar no país. É o jornalismo participando da formação política do país. A consciência de emancipação nacional mobiliza o Brasil de ponta a ponta. A imprensa é o elemento que faltava na composição de forças, de anseios e de aspirações voltados para a independência, para um ato de afirmação da autonomia. Nela o jornal político se projeta, seja em veículos efêmeros, alternativos, seja nos estáveis, regulares (Bahia, 1990, p. 35).

O Jornalista e historiador brasileiro Hélio Viana em suas pesquisas constatou que, coube ao príncipe D. Pedro de Alcântara, dar início no Rio de Janeiro, “às relações de nosso governo com os primeiros periódicos políticos aqui fundados e que tanta importância tiveram na preparação do movimento de opinião de que resultou a separação dos Reinos de Portugal e Brasil, com a nossa independência e a instauração do Império” (Vianna, 1967, p. 33).

Em Goiás a imprensa também foi personagem atuante na história dos movimentos pela autonomia do Norte do Estado, ela criou narrativas, por meio de jornais impressos, que levaram o povo dessa região relegada ao esquecimento, a deixar a zona de conforto, e reivindicar melhorias, além de plantar a ideia na mente dos nortistas que a divisão de goiás era necessária e possível.

O reforço da ideia autonomista do Norte de Goiás pode ser visto em vários textos. Um exemplo são os editoriais e artigos do jornal *Ecos do Tocantins*, veiculado de 1951 a 1961, considerado por historiadores o segundo período áureo do levante que buscava a divisão de Goiás e criação do Tocantins, esses textos dão conta dessa ideia de descaso dos governos com o Norte “Esquecido”, “Rejeitado” relegado à própria sorte:

Figura 1 - Artigo publicado no Jornal Ecos do Tocantins.



Fonte: Acervo de Ecos do Tocantins, agosto de 1951.

O jornalismo impresso assumiu, em muitos momentos políticos decisivos, o papel de protagonista. Em 1951 esse poder é reconhecido. Segundo artigo publicado por Barbosa (2006):

A década de 1950 passa à História pelas narrativas dos próprios homens de imprensa como o momento mais singular de sua trajetória, quando uma série de mudanças introduzidas no processo de produção dos jornais diários transforma inteiramente a face do jornalismo que se faz no País. Começa aí, no dizer desses atores sociais, a nova imprensa brasileira (Barbosa, 2006, p. 222).

Como enfatiza Ana Paula Goulart Ribeiro (2000, p. 08): “[...] o discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe dá considerável poder simbólico”.

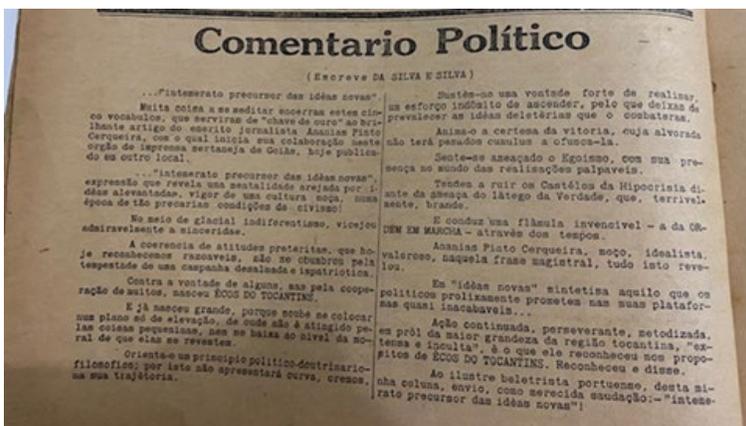
Percebendo como fundamentais para a sua existência três elementos básicos – o público, a força coerciva, centralizadora e disciplinadora e o elemento de articulação que possibilita o contato moral e intelectual [...] cuja principal função é promover a articulação entre os grupos dominantes, que centralizam, disci-

plnam e organizam ideologicamente as ideias, e o público para o qual devem ser difundidas. O jornalista, como elemento responsável por esta articulação intelectual, ganha notoriedade não apenas em função do poder simbólico que desempenha, mas do poder de fato que detém. O que os jornais pretendem é atuar no campo político, lugar onde se geram problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os “consumidores” devem escolher, mas, sobretudo, conseguir mobilização cada vez maior do público (Barbosa, 2006, p. 225).

Além de todo esse poder, ainda existe uma importância das seqüências discursivas do tipo narrativa quando o jornalista toma posse, ou seja, assume esse poder a fim de produzir determinados efeitos no leitor e, conseqüentemente, na sociedade. Segundo Cunha (2010), o jornalista pode, utilizando-se de seqüências narrativas, ao mesmo tempo, defender o seu ponto de vista e construir um discurso aparentemente imparcial. Isso porque o uso desse tipo de seqüência possibilita ao jornalista “camuflar” a sua posição acerca de um acontecimento político específico, apresentando-a indiretamente por meio da narração desse acontecimento (Cunha, 2010, p. 203).

Em uma coluna permanente - *Comentário Político* -, o jornalista e proprietário do Jornal *Ecos do Tocantins*, Trajano Coelho Neto, usando o pseudônimo Da Silva e Silva, nas entrelinhas incute na cabeça dos leitores a necessidade de criação do Tocantins para que o povo do norte fosse contemplado com o desenvolvimento e acesso a melhores oportunidades, na coluna ele também fazia críticas, pautava o cotidiano com fatos que considerava relevantes.

Figura 2 - Artigo publicado no Jornal Ecos do Tocantins.



Fonte: Acervo da Ecos do Tocantins, 9 de setembro de 1951.

Inevitavelmente no jornalismo, principalmente, quando este: “se dispõe a organizar intrigas, cuja apresentação remete a personagens e ações rumo a um desenlace. A conexão do heterogêneo pela trama narrativa precede e rege a composição do acontecimento” (Motta, 2009, p. 12).

Em um primeiro momento, é possível identificar uma organização sequencial das narrativas para fixar na cabeça dos leitores uma ideia de autonomia a ser construída, e posteriormente sedimentada. No caso do *Ecos* as narrativas levam sempre a ideia de escassez, abandono, indiferença.

A narrativa autonomista no jornalismo impresso ocorre desde os primórdios, quando a imprensa se engaja por uma causa, e é aí que ela deixa de ser um simples veículo e passa a personagem histórico. A intencionalidade aparece propositalmente nos jornais quando há por parte do veículo, e do jornalista, um objetivo de fomentar ideologicamente nas pessoas uma ideia, uma causa, um movimento.

Na construção dos movimentos autonomistas *Ecos* foi intencional no nome, foi intencional nas pautas, nos textos. Todos os 10 textos selecionados no primeiro ano do jornal (de julho a dezembro de 1951) para análise de narratividade eram do gênero opinativo, com a abordagem temática política e com abrangência regional, e todos pareciam obedecer a um sequenciamento, até a publicidade inaugural do jornal vendia em forma de narrativa a autonomia do Norte de Goiás. Com o slogan “Ajudar o jornal da terra onde se vive é cuidar de engrandecê-la. Ajude Ecos do Tocantins”, *Ecos* se vendia como produto e vendia o desenvolvimento territorial.

Figura 3 - Publicidade do Jornal Ecos do Tocantins na capa da primeira edição.



Fonte: Acervo de Ecos do Tocantins, 22 de julho de 1951.

Assim, a imprensa mostra-se um agente estratégico na produção de narrativas capazes de mobilizar a sociedade em uma direção e provocá-la para mudanças estruturais. Sua importância é percebida pelo poder político que, ao longo da história, buscou se apropriar dela ou, pelo menos, evitar sua instalação e a proliferação de suas narrativas.

A IMPRENSA EM GOIÁS E O ECOAR DA EMANCIPAÇÃO

Contextualizando a História (Sobre Goiás e a Imprensa)

A imprensa goiana também tem passos que se concatenam com a história da imprensa no Brasil. No caso de Goiás, no século XIX, quando o estado acabara de se tornar província de Goiás¹, mais precisamente em 1823, é promulgada a primeira lei de imprensa brasileira cerceando matérias contra a igreja católica. Nesse mesmo ano, Pe. Antônio Fleury² assume a redação do primeiro jornal goiano, o *Matutina Meyapontense*, fundado por Oliveira após a corte ter recusado a instalação de uma tipografia na província de Goiás.

O período de existência deste jornal engloba os anos de 1830 a 1834. Em linhas gerais, o *Matutina* foi editado pela primeira vez no dia 5 de março de 1830, no julgado de Meia Ponte (atual Pirenópolis). Sua história reflete a luta dos jornais brasileiros contra a dominação portuguesa, uma vez que o jornalismo nacional nasceu no ardor e clima dos movimentos políticos, diferentemente da Europa, que teve o desenvolvimento do jornalismo alicerçado principalmente nas necessidades mercadológicas do capitalismo comercial e industrial (Borges; Lima, 2008, p. 70).

Essas bases são as mesmas que provocaram conflitos entre os jornalistas mais preocupados com a brasilidade e menos com os acontecimentos europeus. É preciso aprofundar um pouco mais sobre os

¹ Com a independência do Brasil as capitanias passaram a ser províncias. Goiás tornou-se capitania em 1822.

² De acordo com Borges e Lima (2008, p. 70): “Segundo a Associação Goiana de Imprensa (AGI), a primeira pessoa a sistematizar dados históricos sobre a imprensa em Goiás foi o padre Antônio Luiz da Silva e Souza (1764-1840), em meados de 1800, o qual também tinha uma preocupação em reunir informações sobre o contexto social, político e econômico do Estado. Hoje ele é considerado o primeiro comunicador, historiador e estatístico de Goiás, e desde aquela época enfatizava as belezas naturais e potencialidades do Estado, que não tinha reconhecimento, 1 apoio e tampouco ligação com os centros urbanos e de poder do país. Além de ter sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o padre Antônio Luiz foi um importante colaborador do primeiro jornal goiano, o *Matutina Meyapontense*”.

processos para compreender como essa dinâmica macro seria reproduzida no norte de Goiás. Borges e Lima (2008) apontam importantes caminhos, pois a falta de imprensa na região goiana, antes da existência de *Matutina*, se deve a um “não” imperial: “O Império não autorizou o feito, afirmando que Goiás não ‘precisava’ de uma tipografia” (Borges; Lima, 2008, p. 71).

Goiás conseguiria sua primeira tipografia por meio do comendador Joaquim Alves de Oliveira, que se impôs contra o veto do imperador ao comprar uma tipografia no Rio de Janeiro. No período de um ano já publicava sua primeira edição com um texto assinado por Miguel Lino de Moraes, o qual segue reproduzido, ainda que, extenso, dada sua importância:

A liberdade da imprensa não é considerada como sustentáculo dos governos bem constituídos, senão porque oferece meios para a instrução geral, porquanto é esta que estabelece uma base à segurança e obrigações do cidadão; é ela que faz amar a justiça, respeitar as autoridades e obedecer às leis: um povo instruído, vendo a necessidade da Nação, abraça e sofre, sem murmurar, os impostos; considera o governo, como o seu maior bem e aborrece o homem sedicioso e turbulento, como o maior inimigo da sociedade: não entra, pois, em dúvida que a instrução seja a melhor e a maior garantia dos governos constitucionais [...] Talvez pareça mais que audácia o pretender eu oferecer aos meus patrícios goianos um periódico em um arraial, se bem que o mais populoso da Província, falto todavia de comunicações, por estar situado fora da estrada geral e distante de Goiás 26 léguas, para onde unicamente tem um correio mensal; talvez haja mesmo quem diga, que a empresa é superior às minhas forças e que não calculei a tarefa que me impus; eu concordo com todos e é mesmo porque reconheço a pobreza dos meus talentos, que nenhum outro nome me pareceu tão análogo a este periódico, como *Matutina*, cuja luz muito pouco clareia, mas como se lhe pode negar ser a precursora do dia, creio que assim mesmo irei dissipando as trevas, até que Espíritos Iluminados queiram espalhar suas luzes (Borges; Lima, 2008, p.72 *apud* Agi, 1980, p. 52).

Inicialmente Miguel Lino de Moraes fala do papel da imprensa para o fortalecimento da liberdade de expressão³, como também para a formação do cidadão. Trata ainda de uma suposta petulância ao enfrentar o poder real instalando um veículo de imprensa em um lugar que chamava de arraial. O

³ Deve-se observar que a questão da liberdade de expressão só estará efetivada no Brasil, como premissa básica do ordenamento jurídico, a partir da Carta Magna de 1988.

segundo aspecto está vinculado à escolha do nome, *Matutina*. Essa questão apresenta-se de maneira esclarecedora, pois pretende reconhecer que a luz matutina, embora não ilumine tanto, é sem dúvida o limiar do dia. Enquanto periódico, certamente o jornal não teria muitas pretensões em termo de noticiar fenômenos ou dar furos de reportagem. Ainda assim, representaria o pioneirismo dos veículos de imprensa no planalto central.

Matutina Meyapontense representava, portanto, a inserção dos princípios iluministas no interior do planalto central. Segundo Borges e Lima (2008, p. 73):

O *Matutina Meyapontense* surgia no momento em que o ideário republicano e liberal se espalhava pelo País. Num estudo mais aprofundado do jornal, percebe-se claramente este ideário, que buscava registrar anseios e sentimentos trazidos pelo sonho de um tardio iluminismo que somente a República seria capaz de contemplar. A influência iluminista no *Matutina* foi tamanha que acabou por influenciar até mesmo na escolha do seu nome.

Como já foi dito, trata-se de um nome que envolve uma série de nuances que revelam algo fora das premissas do império e que será visto em edições posteriores:

Inicialmente, o jornal era publicado às terças e sextas-feiras, impresso em quatro páginas em papel almaço, contendo apenas duas colunas. Do número 25 ao 178, passou a ser publicado terça, quinta e sábado. A partir do número 179, de 21 de maio de 1831, passou a trazer no cabeçalho as seguintes frases, que expressam uma ação política da imprensa nacional que ganhou força e destaque nas lutas pela Independência: “Os Reis só são legítimos quando governam com a Constituição” e “O Direito de resistência é direito público de todo povo livre” (Borges; Lima, 2008, p. 73).

Essas duas frases significam um levante efetivo contra determinadas formas e regimes políticos. Isso mostra a coragem dos editores do *Matutina*. Mas, em 1836 “a tipografia pertencente ao jornal foi vendida ao presidente do Estado de Goiás, José Rodrigues Jardim, que criou a imprensa oficial em 1837 através do *Correio Oficial de Goyás*”. O surgimento do *Correio* marca o início de outro período importante para a imprensa goiana. “O *Correio Oficial de Goyás* foi criado por Lei Provincial que, além de instituir o jornal como veículo de comunicação oficial do Estado, estabeleceu orçamento para que o mesmo pudesse se manter” (Borges; Lima, 2008, p. 73-74).

Em sua primeira fase, o *Correio* circulou durante quinze anos (1837-1852). De 1852 a 1855, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *O Tocantins*, até que neste ano foi criada a *Gazeta Oficial de Goiás*, em substituição ao *Correio Oficial de Goiás*, agora sob direção de um civil (João Luís Xavier Brandão). Entretanto, em maio de 1864, o *Correio Oficial* voltou a circular em segunda fase, publicando conteúdo de caráter oficial, tais como peças oficiais do governo, trabalhos da assembleia provincial e resoluções das Câmaras Municipais. O jornal deixou de circular definitivamente em 1890, por um ato baixado pelo governador da província, major Rodolfo Gustavo da Paixão.

Em trabalho anterior escrito por ocasião do bicentenário da imprensa brasileira (Costa; Teixeira; Painkow, 2004), foram relacionados os primeiros veículos impressos da região que formaria o Tocantins e, dentre as publicações da imprensa regional, foi apontada a experiência pioneira, em Porto Nacional: a criação da Folha do Norte pelos protagonistas Luiz Leite Ribeiro e Frederico Lemos, 60 anos após o início da imprensa em Goiás.

Quadro 1 - Veículos, por ano e local e principais responsáveis.

Periódico	Fundação	Local	Responsáveis
Folha do Norte	1891	Porto Nacional	Frederico Ferreira Lemos e Luis Leite Ribeiro
O Incentivo	1901	Porto Nacional	Frederico Ferreira Lemos e Luis Leite Ribeiro
O Faceto	1902	Porto Nacional	Jose Philomeno Silva Pinheiro
Norte de Goiás	1905	Porto Nacional	Francisco Ayres, João Joca Ayres
O Lyrio	1910	Porto Nacional	Benedito Guedes
Jornal do Povo	1920	Porto Nacional	Abílio Nunes, Frederico F. Lemos, Quintiliano da Silva, Rafael Fernandes Belles.
O Corisco	1927	Natividade	José Lopes Rodrigues
Voz do Norte	1929	Natividade	Quintiliano da Silva
O Norte	1929	Arraias	João de Abreu
A Palavra	1938	Pedro Afonso	Raimundo Costa Júnior, Messias Tavares, Álvaro Japiaçu
Correio do Norte	1948	Tocantinópolis	Antônio Gomes Pereira

Periódico	Fundação	Local	Responsáveis
O Tocantins	1950	Tocantinópolis	Tibério Maranhão Azevedo
O Goiás Central	1950	Porto Nacional	João Mattos Quinaud
Ecos do Tocantins	1951	Pium	Trajano Coelho Neto
A Norma	1953	Porto Nacional	Osvaldo Ayres da Silva
O Estado do Tocantins	1956	Porto Nacional	Feliciano Machado Braga, João Mattos Quinaud, Fabrício César Freire.

Fonte: Elaborado com base em pesquisa própria e nas obras de Teles, 1989; Silva, 2003 e Pina, 1980.

A *Folha do Norte* nasceu um ano após o município ter recebido o nome de Porto Nacional, inaugurando o jornalismo do norte de Goiás no dia 3 de julho de 1891, 30º aniversário de Frederico Lemos, um dos comerciantes mais poderosos de Porto Nacional e financiador da compra da tipografia e controlava o periódico (Costa, Teixeira, Painkow, 2004). O jornal circulava duas vezes por mês em formato 1/8, tamanho usado para indicar veículos com medida de 30 cm de altura por 21 cm de largura. Sua mancha gráfica possuía três colunas em cada uma das quatro páginas impressas numa prensa importada de Nova York, da fábrica Joseph Watson que recebeu o nome de “Typographia Tocantina”.

Desde seu editorial de apresentação, intitulado “Programa”, o jornal buscava defender os interesses da sociedade portuense e da região:

A todo goiano em cujo peito palpita o honroso sentimento de patriotismo é consagrado este jornalzinho que após uma longa e interrompida série de esforços conseguimos dar hoje a luz da publicidade. É o seu principal compromisso, pugnar pelo bem público dos nossos co-estadinos, ardente dos direitos do Norte, a nossa modesta folha, sem o brilho da sciencia e as grandezas da ilustração, aparece possuída da melhor vontade de constituir-se uma pequena luz com o auxílio da qual, fiquem transparentes as necessidades desta parte de Goyaz onde bem custosa é a vida pela fraca importância que gozamos dos poderes governantes. Neste centro abundante de inteligências incultas, porque (seja dito de passagem) a instrução raras vezes é lou-

vavelmente distribuída, a “Folha do Norte” atira-se nas lutas do porvir, e é mais uma escola preparadora da nossa sociedade futura. Novos jornalistas do interior, manda-nos o império da circunstância “unir o deleitoso ao útil e o prazer a instrução” por isso reproduziremos dos nossos amáveis colegas alguns artigos da literatura escolhidos pela amenidade do pensamento e singeleza da narração. Conhecemos a desigualdade que existe entre a acanhada espera das nossas forças e a altura da tarefa que ousamos empreender; mas, animados pela importância sublime da nossa escusa – o bem público – nos alimenta a esperança de merecer o bafejo a [trecho danificado] e poderoso dos nossos [trecho danificado] mas há de vir com o obstáculo d’esse caminho tortuoso do jornalismo patriótico que vamos percorrer. Saudando cordialmente aos prezados colegas e congratulando-se com o povo goiano que recebe em seu regaço mais um pequeno campeão amigo das felicidades da pátria, a “Folha do Norte”, curva-se e espera o acolhimento com a opinião pública lhe há de julgar (sic) (Folha do Norte, 1891).

Da edição inaugural ao último exemplar conhecido, de número 51, publicado no dia 11 de abril de 1894, a *Folha do Norte* traz um registro precioso da cultura e do cotidiano de Porto Nacional e da região que hoje compreende o Tocantins e inclui a cobertura política local, regional e nacional, principalmente na defesa da República, a denúncia da falta de estradas, do descaso do sul com o norte, dos problemas que afligiam o sertanejo em sua lide cotidiana, ou navegação no Tocantins com seus acidentes e naufrágios.

A pesquisa revelou diversos artigos com reclamações sobre a comunicação, incluindo a precariedade dos Correios, serviço essencial para uma região isolada (Folha do Norte, 1891) e encontrou um artigo famoso para a história do Tocantins. Intitulado “O Enjeitado”, o texto publicado na edição de 30 de setembro de 1892, é uma citação quase obrigatória em inúmeras obras sobre a criação do Estado do Tocantins. Configura-se como uma espécie de denúncia das dificuldades da região, uma espécie de *manifesto separatista*. Pode ser essa a primeira manifestação regional do que se chama *mito da necessidade*, que percorrerá toda a trajetória histórica da região e embasará os ciclos separatistas do território que hoje é o Estado do Tocantins.

Figura 4 - Primeira página da 1ª edição do Folha do Norte.



Fonte: Acervo família Ayres.

O segundo jornal da história do Tocantins é *O Incentivo*, também de Porto Nacional. O quinzenal teve 22 edições e tinha como redator Luiz Leite Ribeiro, com o mesmo tamanho de *Folha do Norte*, provavelmente impresso na mesma tipografia. Segundo estudiosos esse periódico promovia a cidade de Porto Nacional e era considerado um representante do norte de Goiás.

Ao mesmo tempo de circulação de *O Incentivo*, foi encontrado um exemplar de um jornal do estilo pasquim, *O Faceto*, também de Porto Nacional e que pode ter sido o primeiro do Tocantins dessa linhagem de jornal que apresenta uma linha editorial insolente, mordaz, satírica e, não raramente, injuriosa. *O Faceto*, publicado em formato 1/4, apareceu “gracejador, risonho, noticioso e instructivo” e pedia aos leitores que pessoa alguma se zangasse com suas sátiras, pois suas brincadeiras não faziam cócegas nas entranhas de ninguém, dizia o expediente.

Pela leitura do expediente, é possível que *O Faceto* tenha sido dos mesmos donos de *O Incentivo*, que publicaram esse formato para satirizar adversários e, talvez, a si mesmos. Um dos alvos de suas sátiras eram justamente os jornais *Folha do Norte* e *O Incentivo*, a quem *O Faceto* honrou a tradição satírica dos pasquins e dedicou um texto “Disposições Testamentárias” que ironizou a situação do jornal e colaboradores:

O Incentivo achando-se gravemente enfermo de empapelite aguda, já fez testamento que não admite pendanga, contendo as seguintes disposições: ‘Nasci nesta cidade na véspera do dia de ...finados, no 11º mez do primeiro ano do século XX e sou filho natural da d. Folha do Norte, já falecida. Sou solteiro, mas tenho Faceto meu filho, a quem constituo cum'herdeiro, dos meus troços (Faceto,1902, p. 1)

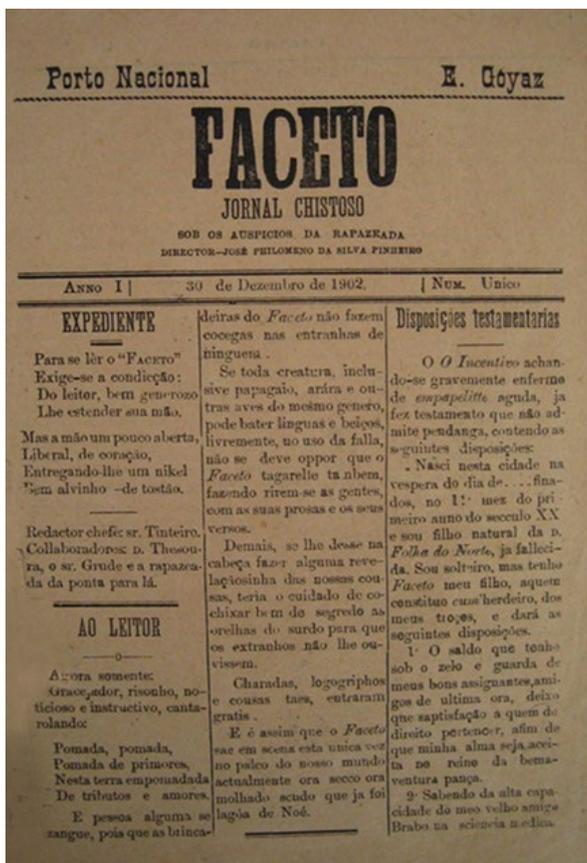
Alheio às provocações, uma vez que não foram encontradas respostas ao pasquim nas páginas de *O Incentivo*, o jornal durou apenas um ano e serviu para a estreia, no jornalismo, do médico Francisco Ayres. Ao que tudo indica a análise de exemplares desse jornal, a primeira coluna de Francisco Ayres na imprensa ocorreu no dia 16 de dezembro de 1901, intitulada “Miscellanea”, dois anos após retornar do Rio onde estudara medicina.

Na coluna, o médico se debruça sobre a saúde e a política regional. A seção se voltava para temas da saúde, medicina, conselhos sobre hábitos e costumes e para combate a doenças. Nascia ali sua paixão pelo jornalismo e o sonho de possuir o próprio jornal. Com a perda do pai, em janeiro de 1902, o sonho se concretizou, após três anos, em 22 de setembro de 1905.

Ao lado do irmão João Ayres da Silva, Francisco lança o jornal *Norte de Goyaz*, “periódico bimensal de propriedade da viúva Ayres e filhos”, como anunciava o cabeçalho. Francisco Ayres dirigiu o jornal nas décadas de 40 e 50, falecendo em 24 de maio de 1957. Nessa fase, seria acompanhado do filho Milton Ayres, que substituiu Joca Ayres, co-fundador do jornal, falecido em 23 de dezembro de 1931.

Ao mesmo tempo em que escrevia para o jornal, já eleito deputado federal – cumpriria cinco mandatos entre 1914 e 1937, Ayres colabora com a revista *Informação Goyana*, fundada por Henrique Silva, em agosto de 1917, e um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro, dos quais Francisco Ayres fazia parte. Na revista escreveu pelo menos 10 artigos, quatro deles publicados entre 1917 e 1926, e mais seis entre 1927 e 1935, ano em que a revista deixou de circular.

Figura 5 - Capa do jornal Faceto de dezembro de 1902.



Fonte: Acervo família Ayres.

A *Informação Goyana* surge em Goiânia como um dos veículos de imprensa mais importantes do Estado, na primeira metade do século XX. “Em agosto de 1917 foi publicado o primeiro número da *Informação Goyana*⁴, editada no Rio de Janeiro, por um grupo de jovens goianos, em sua maioria residentes da capital federal” (Lisboa, 2009, p. 150). Não se tratava de uma publicação técnica de jornalistas, a revista “[...] contou com a participação de inúmeros profissionais, em grande parte formados no Rio de Janeiro, tais

4 São os criadores e editores desta revista Henrique Silva e Americano do Brasil: “O primeiro, Major Henrique Silva, nasceu em Bonfim, atual Silvânia, Estado de Goiás, no dia 18 de março de 1965. Era filho de Francisco José da Silva e Ana Rodrigues Moraes e Silva. [...] dedicou-se ao jornalismo desde muito cedo publicando artigos de assuntos variados sobre os Estado de Goiás” (Lisboa, 2009, p. 15-16). Sobre o segundo foi “[...] homem ligado ao saber médico por formação e literato por vocação, ao retornar para Goiás, em 1918, assume a Secretaria de Estado de Negócios do interior e da Justiça e assume a circulação do ‘Correio Oficial’ em maio [d]aquele ano, após dezoito anos de interrupção” (Lisboa, 2009, p. 17).

como: engenheiros, médicos, professores, religiosos, historiadores, militares” (Lisboa, 2009, p. 150).

De modo geral, esse periódico tentava narrar para os goianos a verdadeira condição do estado, apresentando Goiás à população goiana (Lisboa, 2009, p. 22). O objetivo dos articulistas de *A Informação Goyana* era apresentar o Estado de Goiás para os próprios goianos que desconheciam a riqueza de seu Estado, bem como para os demais brasileiros.

Essa visão de formação sobre Goiás surgiu principalmente porque nesse período, especialmente depois de relatórios médicos importantes para a história do sanitarismo brasileiro,⁵ narrava tanto o estado de Goiás quanto outros estados do norte e nordeste como estados insalubres com clima e relevo extremamente prejudiciais à população e ao progresso, como se via, por exemplo, no *Correio da Manhã*. Como ressalta Santos (2002), essa diferença entre as narrativas traz um pano de fundo importante:

Essa representação ambígua foi construída, no Estado de Goiás, como uma consequência da ausência de governo, como descaso dos governantes. Se considerarmos, por exemplo, o debate entre a revista *Informação Goiana* e o *Correio da Manhã*, veremos que os editores deste jornal da capital federal se inspiravam em relatórios como o de Penna e Neiva para construir e propagar uma visão negativa de Goiás e do Brasil Central, utilizando-se do argumento segundo o qual a localização era hostil, inabitável. Os editores da revista goiana, por sua vez, eram signatários de uma visão mais otimista sobre Goiás, inspirados por descrições como as da Comissão Cruls (Rego Santos, 2020, p. 113).

Ainda sobre o caso de Goiás, outro bom exemplo, aliás um dos mais notáveis de imprensa, é o caso da *Revista Oeste*, que além de ser extremamente defensora do estado, era muito otimista sobre Goiás, e também estava a serviço do governo, que produziu de maneira sistemática a defesa do Governo de Getúlio e de Pedro Ludovico.

A publicação pode ser vista através de dois ângulos: como um meio de divulgação das ações e da doutrina do Estado Novo e Getúlio Vargas em âmbito nacional; e na esfera regional, a revista mostra-se como um veículo de produção de ideologia na medida em que se volta cada vez mais para a política,

⁵ Segundo Santos (2020, p. 110-111): “[...] essa forma de pensar as regiões interioranas não diz respeito apenas a Goiás. O já citado relatório de viagem **científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí de norte a sul de Goiás**, de Artur Neiva e Belisário Penna, publicado em 1916, faz parte do conjunto de documentos relativos às condições epidemiológicas no Brasil”.

principalmente no que diz respeito à figura de Pedro Ludovico, enfatizando seus atos e inserindo-o no plano ideológico nacional. Getúlio Vargas e Pedro Ludovico são constantemente colocados lado a lado, um como herói nacional e outro regional, respectivamente. Oeste procura mostrar o que Goiás tem de melhor não só no plano intelectual, através de poemas e contos, mas nos planos político e econômico, criando seções específicas destinadas a esses assuntos. O formato e o objetivo da publicação transformam-se com o passar dos números, com alguns temas ganhando mais relevância que outros. Porém há uma constância na revista, a referência a Pedro Ludovico e sua grande obra, a construção de Goiânia (Schwab, 2010, p. 48).

A *Revista Oeste* teve sua última publicação em 1944 e defendia também o avanço, a entrada rumo ao Oeste. Isso somou-se à emergência dos defensores da divisão do estado, à criação dos jornais antes mesmo da criação do Estado que hoje conhecemos como Tocantins. Por isso é importante lembrar desses pequenos, mas decisivos passos que desembocaram nos movimentos e notícias pró-Tocantins.

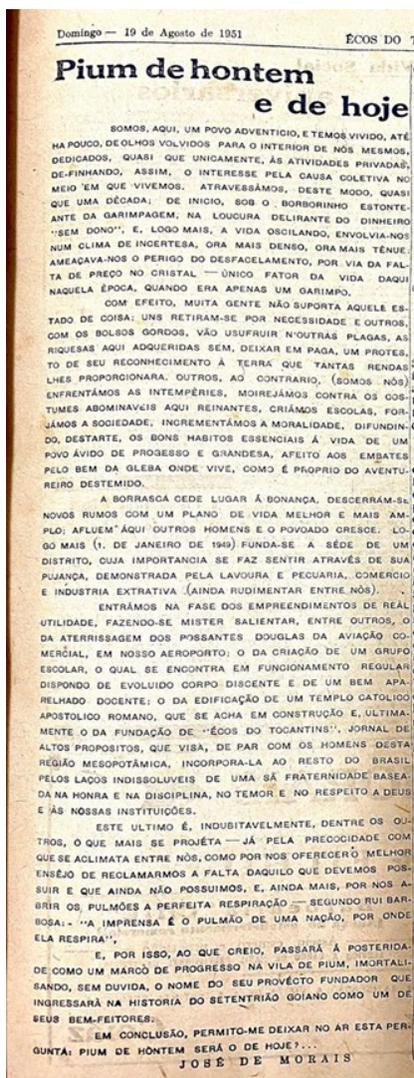
Cenário Territorial, Socioeconômico, Religioso e Político da Região Garimpeira

Antes de analisar a narrativa da construção autonomista no Norte de Goiás, sob perspectiva do jornal *Ecos do Tocantins* como narrador da necessidade da criação do Estado do Tocantins, vale lembrar que o *Ecos* também será considerado um personagem atuante no cenário emancipacionista da década de 1950, que buscou incutir na mente dos nortistas o descaso dos governos com os tocantinos. Mas, antes de tudo, é relevante delinear o cenário daquele período de surgimento do veículo de comunicação impresso em estudo e o contexto territorial, político, social e religioso da região garimpeira.

Todos esses aspectos ficam evidentes nas narrativas de *Ecos*. No artigo escrito por José de Moraes, intitulado “*Pium de Ontem e de Hoje*”, publicado no dia 19 de agosto de 1951, o professor fala de economia quando observa a loucura delirante do dinheiro “sem dono” no garimpo, do preço do cristal, daqueles que lá enchiam os bolsos, mas, gastavam em outras plagas em razão da pobreza do distrito.

O texto aborda as intempéries sociais, como a falta de escolas, a inexistência de hábitos essenciais, costumes abomináveis reinantes no garimpo e o clima de incerteza. Paralelo a isso, o escrito salienta a aterrissagem de possantes aviões no lugar, a edificação da igreja católica a fundação de *Ecos do Tocantins* “jornal de altos propósitos”, ou seja, José de Moraes retrata a religião, o território e, nas entrelinhas, a política, quando mostra o abandono do lugar e os interesses do jornal.

Figura 6 - Texto extraído das páginas do jornal Ecos do Tocantins.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1951.

Ecos do Tocantins contribuiu com um território, um garimpo, que compreendia dois distritos: Piaus e Chapada. Todo território tem raízes e gera identidade. Um povo só é compreendido a partir de seu território de origem, isso diz respeito, diretamente, a seus aspectos sociais e culturais, à sua formação identitária. No caso do Norte de Goiás, essa manifestação de poder ligada ao território e ao ambiente histórico influenciou no processo de emancipação dos municípios e da criação do Estado do Tocantins, e esses acontecimentos atendem o conceito de reterritorialização. Segundo Haesbaert (2002, p. 132-3), a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização.

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes (Haesbaert, 1999, p. 172).

O pesquisador cristalandense, padre Jairo Moreira, em sua pesquisa de mestrado com método de oralidade e memória, consegue extrair de dona Aurora, moradora de Cristalândia, um relato que vai “pintando” o cenário da cidade garimpeira.

A cidade tinha muito movimento! Tinha uma importância política, mesmo quando a cidade foi vila. Antes, de ela ser vila, ela teve tanta importância no cenário da região [...]. Um dos candidatos de Porto Nacional, era daqui da Chapada. E ele foi eleito prefeito de Porto Nacional, quer dizer, o garimpo tinha importância, com seu João Querido. Ele morava no Itaporé. Era um garimpeiro e era também aviador. E ele foi candidato a prefeito de Porto Nacional. Quer dizer, ele representava, naquele momento, o garimpo de Cristalândia, num é. O garimpo da Chapada. Num era Cristalândia ainda. E ele foi eleito pela importância que o garimpo tinha. E, depois de eleito ele elevou à categoria de Vila e ainda [...]. Ele ainda era prefeito quando a cidade, a cidade foi emancipada. Disso eu não tenho certeza não! mas, ele foi... Olha, quando se tornou categoria de Vila, aí foi eleito um sub-prefeito, né, que era seu Cornélio Ribeiro. Então a cidade já podia definir algumas coisas, porque naquela época a sociedade

era organizada! Muito mais do que agora. Eles, eles tentavam buscar as coisas. Basta lembrar que, por exemplo, bem no início da cidade, eu não sei se já depois da emancipação, ela tinha um clube. Era... Eu me lembro até do nome. Depois eu lembro! É, era, clube, grêmio literário, um trem assim. Eu sei que 65 eles se preocupavam muito com a leitura, e teve até uma biblioteca que quando acabou e ficou aí... Aí muitos livros depois foram encontrados, foram doados para o Colégio Estadual. Livros bons! Muitos romances franceses, né. Eles se preocupavam muito com a questão do lazer, da cultura. E o carnaval era organizado. Era o único dia que as mulheres vinham na cidade, assim mesmo, animadas. É que o bloco delas desfilava pela cidade né. Elas vinham... Então, a cidade era assim um local... Eles eram organizados. Por exemplo, a começou a questão da Igreja, o pessoal querendo construir a igreja. Quer dizer, tudo nascia do povo! Era muita coisa assim. Nascia do povo! Aí eles começaram a luta da independência, da separação [...]. Alguns investiram no comércio e a questão de ser um lugar bom pra morar, não tinha doença, num tinha. Eles foram ficando. E com a escola paroquial então, tinha como educar os filhos (Moreira, 2007, p. 64-65).

As cidades ganham um sentido de cores peculiares na imaginação de dona Aurora, e ela retrata a diversidade e um conjunto de detalhes que permite enxergar traços geográficos, religiosos, culturais, sociais, econômicos e políticos da região garimpeira.

Os dados históricos da saga que compõem a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1958, planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diz que as primeiras incursões no território dos garimpos de Piau e Itaporé, povoados, que mais tarde viriam a ser consecutivamente distritos e depois cidades (Pium e Cristalândia), ocorreram em 1939 (IBGE, 1958, p. 135).

Benedito Pereira e Antônio Caetano de Meneses, informados da existência de ouro e cristal de rocha na mesma região, detectaram durante suas andanças pedaços de cristal na superfície da terra. Os exploradores com poucas ferramentas abriram catas, daquelas perfurações o cristal foi encontrado em grande quantidade e em pequena profundidade. Foram colhidas amostras do minério encontrado, mas a deficiência do transporte, o lugar desabitado, a carência de produtos indispensáveis à subsistência, levaram os sertanistas a levantar acampamento e buscar recursos na vizinha cidade de Peixe, local no qual conheceram o mecânico uruguaio José Dias

que, residente ali, possuía uma oficina para consertos de máquinas. Dias percebeu o valor da descoberta, pois, além de guardar a carga com as pedras de cristal, organizou um pequeno grupo de bandeirantes da sua confiança e voltou às margens do Ribeirão Piau, no qual explorou boa quantidade de pedra, levando o produto à cidade de Anápolis onde expôs e comercializou o achado. De acordo com a história local, estes foram os desbravadores e descobridores da região.

Em 1940, em razão da Segunda Guerra Mundial e da valorização do cristal no mercado internacional, Benedito Araújo, oriundo do garimpo de São José (MG), soube que no município de Porto Nacional, ao norte de Goiás, havia o minério que poderia ser de ótima precisão. Araújo chega onde seria o município de Pium e inicia pesquisas que, à época, são coroadas de êxito com a descoberta de vastas jazidas com pedras de qualidade, a notícia corre rápido formando rapidamente o povoado. A notícia da existência de cristal no norte do Estado de Goiás ecoou rapidamente aos quatro cantos do país, motivando uma multidão de garimpeiros, sobretudo nordestinos, faisqueiros⁶ e capangueiros⁷.

Os homens chegavam primeiro e, depois, se tivessem obtido êxito na sua aventura, traziam suas famílias. Na época, como quase em todo garimpo, o lugar, a terra, parecia não ter dono, parecia ser de ninguém. Trajano Coelho Neto foi um desses aventureiros; maranhense, de Carolina, não era garimpeiro nem faisqueiro, ele chegou à região com o mesmo espírito audacioso daqueles que avistaram no garimpo uma oportunidade de ganho. Trajano observou e apostou no comércio, mas percebeu que o cristal era o recurso que alinhavava as relações políticas entre Pium e Chapada.

De acordo com o recenseamento de 1950, o distrito de Piau reunia 3.823 habitantes, sendo (2.093 homens e 1730 mulheres); 76% estava na área rural; o distrito em si, contava com 902 habitantes (487 homens e 415 mulheres).

Em 1942 chegaram novos exploradores de cristal à região, que foram rumo ao sul do Ribeirão de Piau em busca de novas jazidas. Eles se depararam com o Ribeirão Itaporé e um povoado com mesmo nome às suas margens. Itaporé, segundo a enciclopédia do IBGE, é uma palavra indígena Tupi que significa (*Ita*-pedra) (*Poré* - Branca) – *Itaporé* (Pedra Branca ou leitosa). O próprio nome dava sinais da passagem de índios no

⁶ Faisqueiros (indivíduo que procura minas ou jazidas de ouro ou pedras preciosas).

⁷ Capangueiro (comprador de pedras preciosas).

local e da existência de cristal de rocha ali. De acordo com o Censo de 1950, o povoado Itaporé possuía, nesse período, 500 barracas cobertas de palha, passando a ser um bairro de Chapada (futura Cristalândia) quando esta se tornou distrito de Porto Nacional. Após desmembrado de Porto Nacional, o município de Cristalândia, contava com 1.508 habitantes, sendo 775 homens e 773 mulheres.

Como Atividades Econômicas, o IBGE registrou em Cristalândia 40 estabelecimentos comerciais; criação pecuária (bois, vacas e vitelos) avaliada em 240 milhões de cruzeiros; o arroz aparecia como o principal produto agrícola do lugar, em 1956, com produção de 70 mil sacos, no valor de 10 milhões de cruzeiros, 50% da receita municipal proveniente do agronegócio; nesse mesmo ano, o comércio do cristal foi responsável pela exportação de 13 mil quilos de cristal num valor de 32 milhões de cruzeiros. No ano de 1955, a atividade foi responsável por 85% da receita proveniente do setor industrial, equivalendo a 2 milhões e 900 mil cruzeiros.

Em Pium, segundo o IBGE, as atividades econômicas, em 1956, mostravam uma produção de 34 mil sacos de arroz no valor de 6,8 milhões de cruzeiros, menor que do distrito vizinho, mas o levantamento aponta um diferencial de produção: 15.750 toneladas de cana de açúcar no valor de 2 milhões 406 mil cruzeiros. A pecuária, em Piaus, contribuía com a maior parcela na escala da produção econômica municipal, cerca de 150 milhões de cruzeiros. O local possuía 60 mil cabeças de bovinos (Cr\$ 72 milhões), 15 mil cabeças de equinos (Cr\$ 30 milhões), 4.500 cabeças de muaras (Cr\$ 24,750 milhões) e outros animais (Cr\$ 22,270 milhões).

Já a indústria extrativista, em 1956, chegou a Cr\$ 3,300 milhões, ficando o cristal de rocha com 70% (Cr\$ 2,300 milhões) da arrecadação municipal. Vale destacar que Piaus possuía 14 estabelecimentos comerciais. Moreira (2007, p. 36) afirma que:

A efervescência dos garimpos de cristal de rocha, não só no norte de Goiás, mas em todo o Brasil, deu-se por causa do uso do cristal na “fabricação de sonares componentes de transmissores de rádios, telegrafia, telefonia, perdendo sua importância e posição com o fim da II Guerra Mundial” (Moreira, 2007, p. 36 *apud* Paes, 1995, p. 25).

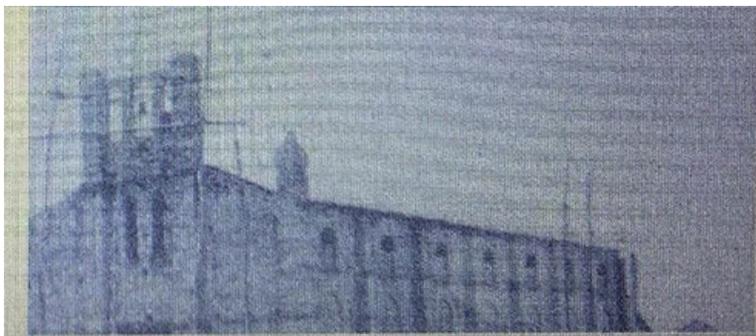
Em outro trecho da sua pesquisa, Moreira (2007, p. 37) ressalta que:

[...] Nos anos de 1940-1945, o Brasil encontrava-se sob o governo de Getúlio Vargas. Neste período, Vargas resolveu aderir à

guerra, pondo-se ao lado dos EUA e seus aliados, tornando-se um grande fornecedor de matéria prima, o cristal. O preço do cristal justificava-se em função do alto preço para manter a guerra. Mas, quando a guerra acabou, o cristal continuou trazendo muito dinheiro para Cristalândia, até o final da década de 1950 (Moreira, 2007, p. 37).

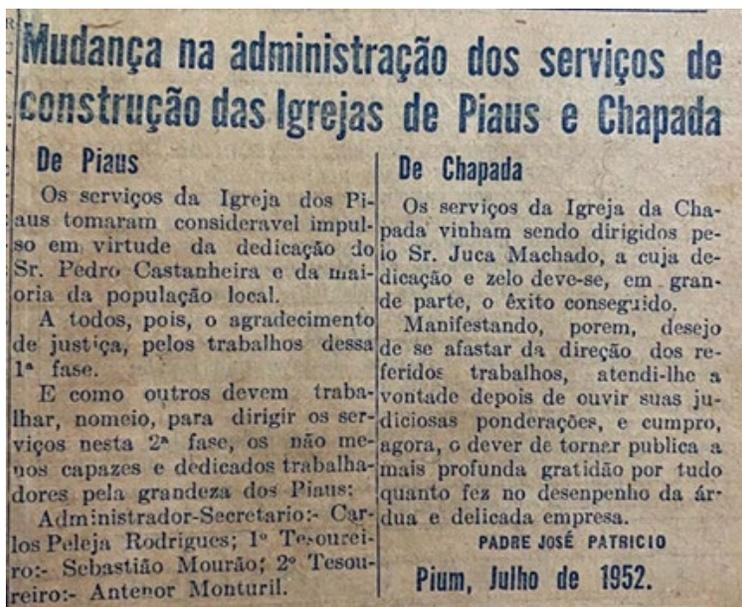
O levantamento estatístico fala também das manifestações religiosas e folclóricas. A comunidade de Cristalândia ergueu uma praça pública que se tornou tradicionalmente um ponto de encontro dos moradores e sede da igreja católica dedicada à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em Pium, a igreja também foi construída na praça, sendo, a padroeira, Nossa Senhora do Carmo.

Figura 7 - Foto da construção da igreja Nossa Senhora do Carmo em 1958.



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE), 1958.

Figura 8 - Publicação no Jornal Ecos do Tocantins 17 de agosto de 1952.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1952.

Figura 9 - Imagem de Dom Jaime A. Schuck, 1º Bispo-Prelado.



Fonte: Acervo da Diocese de Cristalândia.

Na semana em que se comemorava o dia das padroeiras, a comunidade organizava festejos, quermesses para arrecadar dinheiro para a construção e benfeitorias das igrejas. Essas eram ocasiões sociais festivas tradicionais, encontros familiares, fomento cultural, apresentações folclóricas e que ocorrem até os dias atuais.

Figura 10 - Publicação no Jornal Ecos do Tocantins 15 de junho de 1952.

ÉCOS DO TOCANTINS

Ano 1 | (Goiáz) Piau, 15 de Junho de 1952 | Nº. 46

Festa de Nossa Senhora do Carmo Padroeira de Piau

Os festejos de Nossa Senhora do Carmo, Padroeira de Piau, terão início a 7 de Julho e terminarão a 16, dia de tão excelsa e querida Rainha.

O Vigário da Paróquia espera que todos, habitantes da vila e do Distrito, virão, transbordando entusiasmo sadio e sã alegria, aclamar a Rainha dos Céus e da Terra.

O bom resultado de uma festa religiosa reside na união de todos, em obediência ao seu chefe natural - o Vigário.

Por isto, nomeio, para colaborarem comigo nas festas de homenagem à Nossa Senhora do Carmo: -

NOITARIOS:

- Dia 7 - Snr. Carlos Peleja Rodrigues e senhora
- > 8 - > Nestor Aguiar e senhora
- > 9 - > Sebastião Mourão e senhora
- > 10 - > Antenor Monturil e senhora
- > 11 - > Celso Martins e senhora
- > 12 - > Pedro Matos e senhora
- > 13 - > Prof. José Morais e senhora
- > 14 - Moças e Rapazes
- > 15 - Ser. Trajano Coêlho e senhora
- > 16 - > Juca Teixeira - Juiz

— PROGRAMA —

Parte puramente religiosa:

Terço,
Ladainha cantada,
Hino final,
Missa, nos últimos dias.

Parte material:

Movimento pró eleição da Rainha da Festa: direção do senhor Trajano Coêlho Neto.

Leilões, Barraquinhas, etc., entregue à responsabilidade dos noitarios e sobretudo do senhor Pedro Castanheira, que se tem multiplicado em generosidades em benefício dos trabalhos da nova Igreja.

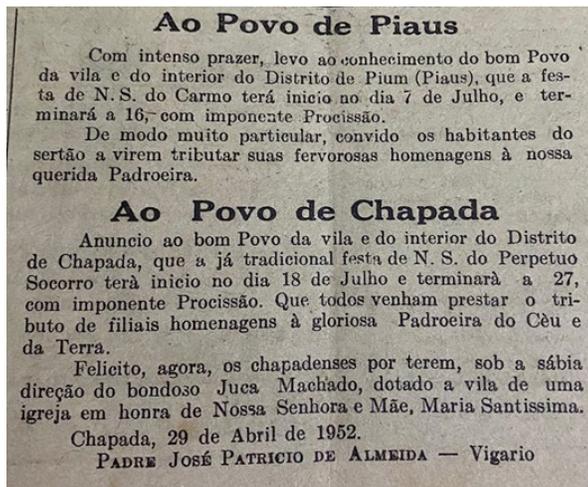
Piau, 26 de abril de 1952.

Padre José Patrício de Almeida
Vigário

Fonte: Ecos do Tocantins, 1952.

Em Pium e Cristalândia, a vida cultural estava conectada por uma forte relação da política com a religião, como sempre foi em todos os lugares do mundo ao longo da história.

Figura 11 - Publicação no Jornal Ecos do Tocantins.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1952.

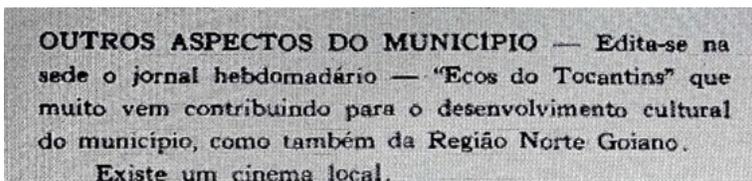
No que se refere ao aspecto político, os distritos garimpeiros ganharam força e influência política, e conseguiram eleger, em 1948, João Pires Querido, morador do velho garimpo do Itaporé, a prefeito de Porto Nacional, cidade considerada berço cultural, social e político do Norte de Goiás, tida como capital do Norte de Goiás para os nortistas e ativistas políticos da época.

Ao serem emancipadas em 1953, quando já havia passado a período luminoso do cristal, Cristalândia e Pium tornaram-se municípios importantes do norte goiano. Pium já possuía o Jornal Ecos Tocantins, uma grande conquista política intelectual para o lugar que só viria a entender a importância e o valor anos depois.

Nos primeiros anos do garimpo a leitura não era muito comum, os livros eram poucos. Entre 1951 a 1961, o Jornal Ecos do Tocantins era uma das únicas alternativas de leitura da sociedade, diante disso tornou-se diversificado. Além de pautas políticas, trazia colunas religiosas, festividades, artigos, poesias, coluna social, contemplando assim a comunidade, felicitando os (aniversariantes, os nascimentos, os visitantes, viajantes, obituários). Era um jornal completo para a demanda local e por isso fazia tanto sucesso. Tinha uma tiragem considerável para a época, principalmente quando

comparada ao número de habitantes do lugar, diante do qual era até maior por ter circulação regional e alcançando, até mesmo, outras regiões do Brasil e do mundo, com correspondências que compravam os exemplares daquele que nasceu e era rodado na região garimpeira.

Figura 12 - Imagem extraída da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros 1958.



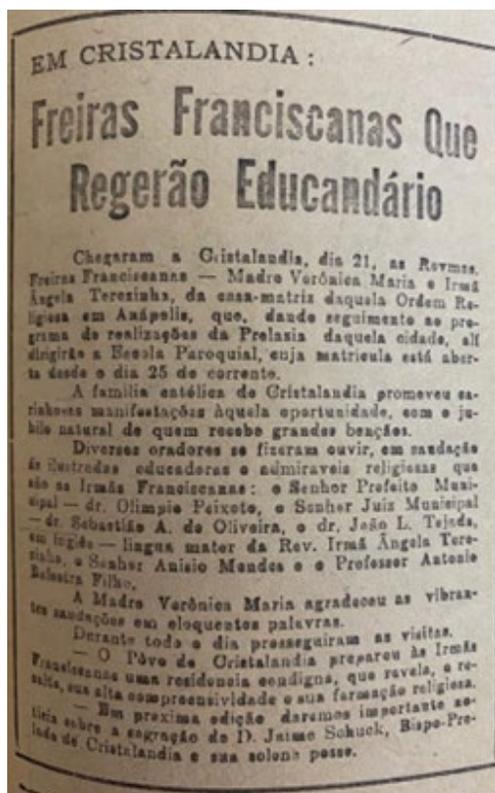
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Edita-se na sede o jornal hebdomadário — “Ecos do Tocantins” que muito vem contribuindo para o desenvolvimento cultural do município, como também da Região Norte Goiano. Existe um cinema local.

Fonte: IBGE, 1958.

Cristalândia ganhou maior destaque no campo religioso e educacional pela conquista da sede episcopal, ou seja, o ex-distrito, garimpo de cristal, seria contemplado com a prelaia da Igreja Católica, assim, sua sorte socioeducacional ganhava novos rumos e muitos cristalandenses passariam a ser lapidados, como as pedras de cristal, só que no modelo educacional franciscano.

O jornal Ecos do Tocantins, em sua edição de número 520, noticia a chegada das freiras Franciscanas, no dia 21 de fevereiro de 1959, a Cristalândia. Madre Verônica e Irmã Ângela Terezinha, que ali aportavam, coordenariam a Escola Paroquial São Francisco de Assis. À época, o prefeito era o médico Dr. Olímpio Peixoto. Em seguida, veio a consagração de Dom Jaime Schuck, Bispo-Prelado de Cristalândia e Ecos cobriu sua posse dando manchete e primeira página ao fato que além de relevante, colocava o município de Cristalândia em destaque no mundo católico.

Figura 13 - Publicação no Jornal Ecos do Tocantins edição de número 520.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1959.

Figura 14 - Publicação de Capa Jornal Ecos do Tocantins edição número 526.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1959.

A presença do bispo Dom Jaime, das freiras, da escola religiosa e, posteriormente, do seminário na cidade de Cristalândia que viria atender toda a região que fora garimpeira, imprimiu naquela população um forte espírito religioso, como também impôs um conjunto de normas e regras de controle socioeducacional que perpassou gerações. Muitos frutos foram colhidos, principalmente no campo educacional. Muitos filhos da região garimpeira destacaram-se tornando-se políticos, gestores, além de alcançarem êxitos escolares futuros chegando à graduação e pós-graduação; mais especificamente, Cristalândia passou a exportar professores em razão da formação em magistério. Esse passou a ser o cenário político, econômico, religioso e socioeducacional da região garimpeira na década de 1960.

Entretanto, para “sulistas”, o norte de Goiás era considerado um lugar atrasado e desligado do mundo; era um sertão não civilizado (Melo, 2007). Entretanto, vale lembrar que naquele sertão considerado “inculto e selvagem” havia uma intensa produção de jornais e não menos intensa vida cultural. Esses jornais, continuamente, reclamavam os direitos do povo sertanejo revestido de um discurso político, e terminavam fomentando a vida cultural do sertão (Cavalcante, 2003).

O Ecoar da Emancipação e os Movimentos Separatistas

Desde o século XIX, a ideia separatista do Norte de Goiás já se fazia presente na imprensa local e apontava para o descaso administrativo e o abandono da região. Nesse período, Cavalcante (2003) cita, especialmente, os periódicos portuenses *Folha do Norte* e *O Norte de Goiás* como atuantes nas narrativas separatistas que denunciavam: “[...] as dificuldades de se formar um movimento em prol do Estado do Tocantins” em virtude de interesses políticos divergentes na própria região (Cavalcante, 2003, p.62 *apud* *Folha do Norte*,1892). Por sua atuação, foi a imprensa que manteve viva a narrativa autonomista nas primeiras décadas da República.

Nos anos 40, a voz que se ergueu em favor do desmembramento do norte de Goiás foi a do major brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues, entusiasta do potencial econômico da região que chegou a idealizar a criação de um campo de aviação para viabilizar rotas comerciais com Buenos Aires e Miami. Cavalcante (2003, p. 66) relata que Rodrigues percorreu, “todo o vale

do Tocantins a cavalo e a canoa”, e teria constatado que, “não há lugar do Tocantins em que se chegue e não falem das riquezas que há”, defendendo que “na condição de território, o Norte obteria recursos para viabilizar suas necessidades infraestruturais” (Cavalcante, 2003, p.66 *apud* Rodrigues, 1978b, p. 112).

Todavia, a bandeira separatista levantada por Rodrigues, nos anos 40, esbarrou nas mesmas dificuldades já apontadas pelo jornal Folha do Norte em 1892: os interesses divergentes de diversas lideranças políticas da própria região. Resistindo à ideia, e em defesa do interventor local Pedro Ludovico, o prefeito de Porto Nacional Osvaldo Ayres da Silva classificou como “injusta” a “ideia de criação do território” em fala ao jornal goiano *O Popular* de 24/12/1943. A resistência ecoava na imprensa goiana e na nacional com o argumento de que: “envolveria perigoso estímulo à quebra desse sentimento cívico que é a própria base da grandeza do Brasil: a unidade nacional” (Cavalcante, 2003, p.69 *apud* *O Popular*, 1943).

No final dos anos 40 houve alguns projetos visando atuar sobre o problema do isolacionismo que prejudicava a economia e acirrava os ânimos dos produtores locais como, por exemplo: a viabilização de crédito para ligação fluvial entre Anápolis e Belém (1947); subsídio para empresas de transporte aéreo e fluvial (1948); ou a proposta de construção de um porto em Tocantinópolis (1949). Entretanto: “[...] nenhum desses projetos chegou a ser concretizado e somente quase duas décadas mais tarde seria estabelecida uma ligação normal entre o Norte e o Centro-Sul de Goiás por rodovia, a BR-153” (Cavalcante, 2003, p.70).

Em 1949 foi elaborado o “projeto de criação do Território do Tocantins”, que incluía parte do Estado do Maranhão; no mesmo ano, formou-se, em Pedro Afonso, o “Comitê de Propaganda Pró-Criação do Território do Tocantins”, que reivindicava a redivisão territorial da República defendendo a ideia de uma transformação que só seria possível com o estabelecimento de um Governo local que concentrasse os recursos para solucionamento dos problemas e aproveitamento dos potenciais e riquezas locais (Cavalcante, 2003, p. 71-73). Entretanto:

Essa ideia se enfraqueceu rapidamente em razão das disputas políticas regionais, bem como das promessas (não cumpridas) de os candidatos resolverem os problemas da região - preocupação política visível apenas em época de eleições e no plano do discurso (Cavalcante, 2003, p. 73).

Desta forma, apesar da evidente necessidade desenvolvimentista da região, o projeto esbarrou no desamparo do governo central; a articulação política local mostrou-se pontual e isolada; e o clamor da imprensa, representante dos intelectuais locais, não encontrou eco na voz dos representantes políticos do Norte, ao contrário:

O discurso autonomista do Tocantins retomado na imprensa local não era apropriado como proposta de defesa da autonomia da região por nenhum partido. Era, antes, a manifestação pessoal de quem se deixara influenciar pela discussão levantada na representação federal em virtude da necessidade de se viabilizar a redivisão territorial do Brasil (Cavalcante, 2003, p. 63).

Assim, Cavalcante (2003, p.61) destaca que apenas em momentos específicos do século XX houve uma articulação intelectual e política unificada por um projeto de criação do Estado do Tocantins: de “1956-1960 e 1984-1988”.

No período que se refere às décadas de 50 e 60, levantaram-se fortes movimentos de luta Pró-Tocantins como CEJET (Comissão de Estudo Jurídicos do Estado do Tocantins), a CENOG (Casa do Estudante Norte Goiano) e a luta encampada por alguns jornais da região.

Em 1953, foi criada a Comissão de Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins (CEJET), presidida pelo Dr. Feliciano Machado Braga, juiz da comarca de Porto Nacional. Esse mesmo juiz viria a encabeçar, em 1956, o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, lançado em 13 de maio, com o apoio dos poderes Executivo e Legislativo de Porto Nacional, e criou até mesmo a bandeira do estado no mês de julho (Cavalcante, 1999). Nesse mesmo ano, o movimento realiza uma série de eventos a fim de mobilizar a população da região em torno da causa separatista. Cavalcante (1999, p.104) traz, por ordem de acontecimentos, uma lista desses eventos, veiculados na imprensa local:

- Julho: realização de um Congresso de Prefeitos, em Porto Nacional, que contou com a representação de 12 municípios, homens públicos, vereadores, presidentes de Câmaras, e jornalistas da imprensa paulista. Destacou-se no evento a manifestação do desejo do município de Carolina (MA) de ser inserido no Tocantins.

- Agosto: criação da CEJET com o objetivo de dar sustentação jurídica a aos atos necessários para a instituição do Estado do Tocantins

- Setembro: por ocasião das festividades cívicas, o presidente da CEJET aproveita para introduzir na bandeira nacional mais uma estrela,

“alusiva à nova unidade federativa - o Estado do Tocantins” (Cavalcante, 1999, p. 104 *apud* O Estado do Tocantins, 1959).

- Outubro: usando das suas atribuições, a Câmara de Porto Nacional, aprova a integração do município ao novo Estado do Tocantins, reconhecendo seu o desmembramento de Goiás e sua extensão de 269 mil e 530 km², abrangendo 23 municípios.

Em 1957, a deputada Almerinda Arantes, representante da região na Assembleia Legislativa, chegou a propor uma emenda para o artigo 181 da Constituição Estadual desmembrando a região do Estado de Goiás e criando o Estado do Tocantins a partir do paralelo 13°. A mobilização para conseguir que a proposta fosse viabilizada ganhou apoio da 4ª União Estadual de Estudantes Goianos e do 8º Congresso de Estudantes Secundaristas de Goiânia, que encaminharam documento à CEJET solicitando que fosse feito um apelo ao legislativo estadual para que, o mesmo, se colocasse favorável à divisão político-administrativa do Estado de Goiás; o documento fazia um reconhecimento do “vazio político” do Norte visto que, dos 32 deputados apenas dois eram representantes da região.

O movimento separatista concentrava-se, especialmente na região de Porto Nacional, que se configurava como centro econômico e cultural do Norte, tendo fortes veículos de comunicação e considerável articulação política, no entanto, fora do círculo portuense, outra voz se somava à defesa da imprensa regional, o jornal *Ecos do Tocantins*, localizado na região garimpeira, no município de Pium.

As manifestações pela criação do Estado do Tocantins, embora fossem articuladas pela representação política de Porto Nacional, no período de 1956 a 1960, foram também expressas pela liderança política de Pium, Sr. Trajano Coelho Neto, que chegara a cidade em 1943. Alguns anos depois fundou dois importantes jornais: *Ecos do Tocantins* (1951) e *Anuário do Tocantins* (1957). Nestes jornais, o Sr. Trajano imprimia os artigos que o Dr. Feliciano Machado lhe enviava. Tais artigos criticavam a má administração política da região e justificavam a necessidade de ser criado o Estado do Tocantins. A sua posição o coloca, ao lado do Dr. Feliciano Machado Braga, como uma das lideranças da região Norte de Goiás, que mostraram a necessidade e acreditaram na possibilidade de ser criado o Tocantins na década de 50 (Cavalcante, 2003, p. 84).

Ecos se juntou à causa separatista e divulgou a realidade do Norte de

Goiás ao Brasil. “Toda edição que saía tinha, no mínimo, umas três, quatro páginas só sobre o Tocantins... ele se apaixonou por aquilo que era uma luta pelo Estado do Tocantins...” relata a Sra. Maria Teixeira Borges, viúva de Trajano, em entrevista a Cavalcante (2003, p. 84).

Como o próprio nome proclamava, já dizia a que vinha: produzir ecos; fazer repercutir; ressoar; ecoar aos quatro cantos a bandeira da defesa do progresso da região tocantina, a luta pela divisão de Goiás, a criação do Tocantins.

Ecoss do Tocantins nasceu predestinado a iluminar a mentalidade dos moços deste longínquo solo goiano, que também demandam o progresso da terra em que mourejam, terra que vive esquecida dos governos, que silenciam diante das suas mais prementes necessidades. Em que pese (sic) o seu indiferentismo, a sua impassibilidade, tais governos têm que ouvir as súplicas que lhes dirige o povo deste rincão, povo heróico e bom, que vive ao desamparo, sendo digno de melhor sorte, pois são elas a voz da sinceridade clamando justiça (Silva, 1951, p. 03).

É possível encontrar nas páginas do jornal de Trajano Coelho Neto a divulgação de todas as informações sobre o movimento Pró-Criação do Tocantins. “*Ecoss do Tocantins* inicia campanha em suas páginas, no começo da década 50 [...] num alinhamento editorial que seria abraçado pelo portuense Oswaldo Ayres, em seu veículo *A Norma*” (Silva, 1996, p. 87).

O primeiro registro que se tem em *Ecoss*, tratando sobre esse assunto é veiculado no dia 19 de maio, em uma página inteira trazendo a manchete: “Pelo Estado do Tocantins”, seguida de um parágrafo comentando a respeito do movimento e também um abaixo assinado com centenas de nomes, encabeçado pelo juiz de direito Feliciano Machado Braga. O texto que justifica a ação diz:

Com uma pessoa de absoluta idoneidade à frente, temos certeza que todos os poderes saberão respeitar nossas aspirações e verificarão de que não se trata de movimento de aventureiros. Avante, pois, todos com a criação do Estado do Tocantins. Porto Nacional, 13 de maio de 1956 (Silva, 1951, p. 02).

Ecoss do Tocantins reproduzia exatamente o que os movimentos pela criação do Tocantins solicitavam e o que os jornais de Porto Nacional, que também contribuía com os movimentos e eram favoráveis à autonomia, publicavam, como pode ser constatado nas imagens das páginas de *Ecoss* digitalizadas anexadas ao corpo da dissertação.

Figura 15 - Registro da veiculação na Edição Nº 380 do jornal Ecos do Tocantins pelo Movimento pela Criação do Tocantins.

Pelo

Tocantinsense. — De há muito a los sentimentos de gerar as populações dos Tocantins e Araguaia, que constituem dentro da respectiva dentro do Território de Goiás, em Território que foi lançado por um pateta das nossas Forças Armadas — o brigadeiro Lúcio Albuquerque.

Da para cá, a sociedade, tanto que foi em terra fértil, mas não com as condições, que lhe quis realizar, porém, que formas próprias, já muitas vezes, como se era de esperar, dado o meio próprio, compreender daquele local, que modificando a própria planta, hoje quer se constituir em um Estado, unido com as demais unidades da Federação, para a sua grandeza.

A compreensão desse ideal está presentemente arraigada no sentimento e na consciência da gente tocan-tinsense, que, se consultada, unanimemente, ela, esquecendo quaisquer particularismos, pronunciaria favorável a esse anseio superior, no sentido de, orientar, coordenar e apoiar os seus próprios desejos, por que somente ela sabe e sofre as realidades locais.

Habe de se aperfeiçoar que, dada a má divisão político administrativa do País e a grande extensão territorial do Estado a que pertence, sem um, sem outro poderá dar com devido os interesses que lhe são pertinentes.

Atribui mesmo até certo ponto, às áreas políticas, econômicas e militares, que de vez em quando ascendem a Nação a adoção de um regime federativo, sem um número de estados membros necessários para que a cópia do se de uma constituição adequada, sem a adaptação de uma boa divisão territorial-político-administrativa, tem inevitavelmente de fracassar.

A densidade demográfica da região que ora deseja erigir em Estado, é grande, maior que a de muitas es-tadualidades. Os seus recur-

Estado do Tocantins

seus naturais, também são comuns. Nesse ponto, não há que se fazer. Nem se ar-guem os dois povos e as derivadas locais.

Na região, existe uma elite intelectual que poderá agir com toda a responsabilidade que possui, além de dirigentes e honras públicas de qualquer governo.

Proponhamos, pois, pela criação do Estado do Tocantins, sustentado a permanência de suas populações, e através de um plebiscito, a fim de submetê-lo a aprovação da Assembleia Legislativa do Congresso, de constituição como o disposto no artigo 2º, da Constituição Federal.

O Primeiro Passo
Para isso devem se man-

dirige intervenções referentes a uma pessoa, aplicadas, inicialmente, por meio de ato emanado das respectivas câmaras municipais, no sentido de representação junto à Justiça Eleitoral, solicitando a convocação para a realização do plebiscito, por via de qual deverá estar acompanhada a região. Formando a área a ser do plebiscito desta para este plebiscito — o Brasil, com a denominação de Estado do Tocantins. — CONTINUA —

ECOS DO TOCANTINS

JORNAL POLITICO INDEPENDENTE FUNDADO EM 22-7-54

Registrado sob o n. 285, de acordo com a Decretal Lei 24.776 de 14 de julho de 1954

Diretor-geral: TRAJANO EDILMO NETO Gerente-Secretaria: ALENEU RÊGO SANTOS

ANO V | Fim, Estado de Goiás, 19 de Maio de 1956 | Número 380

Fonte: Ecos do Tocantins, 1956.

Figura 16 - Continuação da veiculação referida na Figura 1.

PELO ESTADO DO TOCANTINS

CONTINUAÇÃO

Com uma pena de absoluta ilegitimidade à frente, impondo, todavia, que todos os poderes nacionais respectivamente exercidas e verificadas do que não se trata de movimento de agitação.

Avante, pois, todos com a rejeição do Estado do Tocantins.

Porte Nacional, 13 de maio de 1956.

Dr. Feliciano Maranhão Braga — juiz de direito, Francisco Maranhão Jardim — advogado, Fabiano Casar Terra — cônego Federal, Dr. Manoel Severiano Insua da Maceda — prefeito municipal, João Martins Santos — lente de direito, Dr. José Ribeiro Nascimento — advogado, Flôrentino Aires da Silva — agente Real Anuário, João Alves Queiroz — comerciante, Aquiles Maia Leite — presidente da Câmara Municipal, Osmar Alencar — industrial, Nelson Aires da Silva — advogado provisionário, Nestor Aires da Silva — farmacêutico, Pedro Correa de Sá — professor, Salmeiro Ananias Brito — comerciante, Dr. Hermann Francisco dos Santos — promotor de justiça, Moisés Lourenço Junior — funcionário, Gabriel José de Almeida — comerciante, Adelfino Gonçalves — funcionário público, Oivaldo Pinto da Cunha — comerciante, Dr. Oivaldo Aires da Silva — farmacêutico, Dr. Leonor Costa — médico, Oivaldo Vale de Moraes — funcionário público, Antonio Aires da Silva Primo — fazendeiro, João de Sousa Brito — coronel, Celso José da Costa — fazendeiro, Pedro Niva Moura — comerciante, Dr. Severo Gomes Ferreira — dentista, Ulrico Costa — comerciante, Joaquim Maia Leite — comerciante, Lafayette Gomes da Silva — comerciante, Alberto Pedroni de Lemos — funcionário, Dr. Francisco Maranhão Rodrigues — advogado, Pe. Antonio Loui Maia, Roberto Pereira da Silva — vereador, M. Efraim S. Braga — professor, Joaquim Tomaz da Souza — funcionário, João Tomaz de Cantanhim — comerciante, Abner Aires de Sousa — funcionário, Ana Tomaz Nunes — doméstica, José Aires Neto — comerciante, Pedro Pereira da Silva — comerciante, Teresinha Maia Leite — professora, Ana de Marcelo Maia — doméstica, Hectoreia Rodrigues Silva — funcionária, Gerenciano Glicerio de Sousa — comerciante, Jeremias Aires da Silva — funcionário, Her Bezerra de Castro, Alexandre Aires de Oliveira, Waldomiro Leitão Brito, Osmar Araújo Cavalcante, Wilson Roberto da Cunha, José Ribamar Mariano, Judith Bezerra de Castro, Miguel Gonçalves Teixeira, Edmundo Aires da Silva, Berlinda de Silva Prado, Hugo Alencar, João Souza — comerciante, José Aires Lopes Filho, Deray Maranhão Maia — comerciante, Adelfo Almeida — advogado, Antonio Assis Pinto, Dionisio Pereira de Maria, Adelinda Fernandes, Joaquim Costa Junior, Lafayette de Sousa Rocha — funcionário, Anselmo Dias do Brito — fazendeiro, Francisco Aires Sobral — comerciante, Fortunato Lopes Tavares — comerciante, Ortasio Aires Lemos — comerciante, Everaldo Jansen Brito — funcionário, Leopoldo de Sousa Milhomens, Daciano Assis de Brito — farmacêutico, Nêzi José Pedreira — funcionário, Raimundo Martins Barros — fazendeiro, Jefferson Ferreira Beia — comerciante, Jefferson Lima Parente — fazendeiro, Manoel Aires Barbosa, Luís Moira Brito, Joaquim Figueira de Lemos — comerciante, Adão Vilarinho Teixeira — fazendeiro, José Moreira da Silva, Antonio Rodrigues Nunes, Joana Condorei Santana, Raimundo Ferreira Santos, Teresinha Alencar San-

tos, Estevão Galvão, Eleutério Oliveira Ramos — industrial, Eriberto Trindade — industrial, Waldomiro de Sousa Melo, Luiz Soares da Silva, Jacinto Gaspariano Figueira, João Oliveira, Negri, Mario Ferreira de Carvalho, Felix Gonçalves de Oliveira, Antonio Santos de Almeida, Francisco José Pedreira, Pedro Maranhão Rocha, Francisco Aires de Santana, Raimundo Aires Mulinde — funcionário, Joaquim Santana Araújo — vereador, Ananias Santana — comerciante, Raimundo de E. St. Pedreira — funcionário, Alvaro José de Melo, Leonor Santana, Francisco Pe-

Para que se torne do conhecimento de todos, torno publico que encaminhado ao sr. Diretor do Departamento do Terras e Colonização do Estado, em Goiânia, e por copia, ao Aग्रimensor Raimundo Nonato Frola, em Cristalândia, o seguinte:

PROTESTO

Em: ... sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização do Estado de Goiás — GOIÂNIA. Dia Aldeia Ferreira Barros, brasileiro, solteiro, criador e garçom, domiciliado e residente na cidade de Cristalândia, abaixo assinado e com o objetivo exclusivo de defender os seus direitos, que:

a) — requereu por copia ao Estado, nos termos de legislação vigente e endereçou petição constante do Processo nº. 82 de 14 de Fevereiro de 1952 do Departamento da Fazenda em Pedro Alvim, — 100 hectares de terras devolutas a DESOCCUPADAS em lugar limitado e determinado no sítio Distrito de Fium, Município de Porto Nacional;

b) — tendo sido coadjuvado por Edital de Demarcação e Jurdição de Terras publicado no jornal "Ecos do Tocantins" de dia 2 de março do corrente ano (exemplar anexo) para comparecer, como confiante, ao lugar em que ditas demarcação e medição se processariam, — fê-lo, — não tendo ali comparecido nem mesmo o Aग्रimensor incumbido da medição e demarcação referidas;

c) — em vista de dois meses depois foi surpreendido com "piques" de demarcação dentro de sua propriedade requerida, os quais constatos estavam sendo feitos pelo Aग्रimensor Raimundo Nonato Frola a requerimento do mundo de Domingos Gomes da Silva;

d) — nessa ocasião procurou referido Aग्रimensor para, facultando-lhe as necessárias explicações, pedir-lhe que cessasse a leivra demarcação que estava promovendo, no que foi absolutamente desobediado;

e) — estando, pelo exposto, ao que lhe parece, rebuldado nos seus direitos — para todos os fins processuais e com o devido respeito, perante V. Exa. PROTESTA contra a supral demarcação arbitrária e ilegal, confundido no elevado critério da Justiça que obsta os negócios públicos de nosso Estado.

Cristalândia, 18 de Maio de 1956.

a) Aldeia Ferreira Barros.

reiros de Maria, Mendonça Pereira — comerciante, Oivaldo Aires Maranhão — comerciante, Oivaldo Vitor Maranhão, Gabriel Numa Costa, Maebandrei, Bezto Aires Costa — comerciantes, Anselmo Tomaz de Sousa, João Antonio Maranhão, Gabriel Aires Maranhão, Eriberto Araújo, Antonio Pereira de Carvalho, Manoel Miguel, Manoel, Francisco Milhomens Polaciano, Francisco Pereira Queiroz, Dr. Waldomiro Pinto — advogado, Sebastião Lopes Jardim — advogado, Raimundo Aires da Silva, David Galvão — funcionário, David de Rego Barros Niva, Tiquirino Aires da Silva — agente da Câmara, Tiquirino Lopes Maranhão — comerciante, Agripino Carvalho, Milton Alencar de Rocha, João de Ger. do Banco da Amazônia, Odeir da Silva, Maria de Lourdes Pastana, Aires da Colonização Silva, Guaraná Ribeiro, João de Vitor da Silva, Cláudio Castro Vitor, Francisco Alves de Oliveira, Pedro Aires Sabinho — comerciante, Waldemar Aires Vasconcelos, Amélia Pereira Bandeira, Francisco Aires Torres, Antonia Aleta e Silva, Lúcia dos Reis Faria, João de Sousa Maranhão, Dinairi Rodrigues da Silva, Belarmino Aires Silva, Sousa Louisa Fag. de, Maria Edinara Bessa, Francisco José de Jesus, Augusto G. de Oliveira, José de Lencas, Aleta, Dinairi Maria Louisa Brito, Úrsula de L. Gomes, Maria Maria dos Santos, Joana Silva Bandeira, Eliana Gomes, Toshielo Soares Leal, Edir Ferreira Pinto, Neuzes Cabutana Pires, Simão Roberto da Silva — comerciantes, Amálio Pinto Queiroz — funcionário, Ademir de Sousa do Brito — funcionário, Eudálio Bezerra de Castro — funcionário, Margarida Lopes de Gonçalves — funcionária, Manoel Santana Gomes, Joaquim Pereira Sobrinho — fazendeiro, Maria Colêlia Neto — comerciante, Amélia Lúcia Nunes Colêlia — funcionária, João Aires da Silva — fazendeiro, José Mariano Lima — agricultor, Narciso Costa — agente, Joaquim Luis Pereira — comerciante, Antonio Bento de Moraes — construtor, João Batista de Sousa Lima — agrônomo, João Batista de Oliveira — vereador, João Ferreira Pinto — vereador, Agripino Ferreira Pinto — funcionário, Manoel José Ferreira — fazendeiro, Laureano Aires, Bandeira — professora, Agripina Torres de Maria, José dos Santos e Silva — comerciante, José Pedro de Brandão — funcionário, Abel Gomes de Lima e ferro, José Marques da Silva — peixeiro, Dr. Odeir do Brito — vereador, Joaquim Pinheiro de Souza — comerciante, Anastácio de Faria Galvão, Aldeia Nivalda Joazeiro — inquilino, América, Feliziana Aires da Silva — inquilino, Maria Amadeu Aires, Elvina Aires Nivalda — comerciante, Zuleika da Silva Nivalda Bernardino, Antonio Maia, Antonio Maia Leite — inquilino, Dirlino Maia Leite — inquilino, Paulo de Almeida, Antônio Augusto Figueira Brito Vilasbova Neves — professora, Eudálio de Vilasbova Neves — professor, Benedita de Maria Zelia Farias — professora, Benedita de Maria Aires da Silva, Belarmino Prado Aires, João Carlos Ferreira, Domingos Pereira, Duca Assis Nivalda, Ademir da Silva Costa, Waldemar da Silva, Salvador Gomes da Silva, Waldemar Vasconcelos.

Fonte: Ecos do Tocantins, 1956.

Traiano, enquanto político, empresário e jornalista, tornou-se defensor e divulgador da batalha pela criação do Estado do Tocantins. Em entrevista a Cavalcante (2003), o senhor Helvecino Barros descreve o impacto e o engajamento do jornal Ecos do Tocantins e de seu proprietário na causa separatista:

[...] esse jornal era dia e noite bradando a criação do Estado do Tocantins. [...] Ele era um homem que não tinha muitos estudos, não tinha curso superior, mas era o maior orador desse Estado.

Até em Goiás era respeitado. [...] ele fazia essa campanha do Estado do Tocantins dentro do meu avião. Tanto que costume dizer: 'se não matam o finado Trajano, a história do Tocantins era outra'. A bandeira era do Trajano e não era do Siqueira, porque Siqueira já veio chegar em 1960 (Cavalcante, 2003, p. 85).

Trajano Coelho Neto pensava a curto, médio e longo prazo, era um estadista. Chegou em uma região garimpeira, tornou-se empresário, passou a jornalista, depois político; planejou a criação de um jornal que começou familiar depois se expandiu para um negócio profissionalizado; montou uma gráfica; o jornal começou a circular local, depois regional, depois nacional, chegando a solo internacional; editou e lançou um anuário, «*Anuário do Tocantins*», periódico inovador para aqueles tempos; conseguiu êxito em empreendimentos improváveis ao implantar *Ecos do Tocantins* em uma região de cristal e garimpo e fomentar a autonomia dos municípios garimpeiros, estes foram seus primeiros projetos transportados do campo das ideias para a concretude.

Não obstante, Trajano desejava, ainda, alcançar o poder em alguma esfera, ele também avistava a criação da cidade de Paraíso do Tocantins, que deveria nascer às margens da rodovia federal, todavia, seu maior desejo estava declarado no próprio nome do seu Jornal, ele queria a autonomia do Norte de Goiás, ansiava pela criação do Tocantins junto com alguns personagens notáveis da época como o juiz de direito Feliciano Machado Braga.

Nessa perspectiva, a autonomia dos municípios garimpeiros pode ter sido sua estratégia a curto prazo. Os municípios de Cristalândia e Pium deixaram de ser vilas dois anos após o jornal *Ecos* abraçar a bandeira municipalista de ambos. Essa pode ter sido uma forma para incutir na cabeça da população local, que se considerava esquecida e desesperançosa, a viabilidade de lutar por um projeto macro, que era a luta pela emancipação política do norte de Goiás.

Autonomia dos Municípios

A atuação de *Ecos do Tocantins* como propulsor da municipalização de Pium e Cristalândia fica claramente expressa em artigos, editoriais e cartas no primeiro ano de existência do jornal. Os textos dão a impressão de um envolvimento passional com lugar, destacando certa vontade de que as

vilas de Chapada e Piaus se desenvolvessem, tais sentimentos parecem ter impulsionado o proprietário do jornal, Trajano Coelho Neto, a se utilizar dos bons relacionamentos que tinha no sudeste e sul do país e dos recursos que estavam ao seu alcance para viabilizar o progresso da região garimpeira. Sua atuação promoveu melhoramento econômico e social dos distritos:

A autonomia administrativa da região garimpeira é uma necessidade que se impõe. Isto pode desinteressar aos políticos, pode servir de pasto aos eternos criadores de “casos”, mas a verdade que jamais poderá ser oculta é que, si se atenta para a letra expressa da constituição si se ouvirem os ditames da justiça e do bom-senso dos novos, grandes e ricos municípios deverão surgir o entre o Tocantins e o Araguaia (Ecos do Tocantins, 1952, p. 02).

Naquele contexto, o jornal se torna o recurso mais concreto para divulgação dos acontecimentos e das necessidades dos dois povoados, seria ele a ferramenta utilizada na luta pela autonomia dos municípios e para afamar a região garimpeira, mostrá-la ao Brasil. Mas, para isso era preciso que as pessoas valorizassem e entendessem o poder da comunicação no contexto nacional, regional e municipal.

Na tentativa de incutir no povo dessa região a importância da comunicação como uma agente de transformação, as duas primeiras edições do jornal veicularam a frase: “Ajudar o jornal da terra em que se vive é cuidar de engrandecê-la. Ajude Ecos do Tocantins”. De fato, Trajano parece ter sido bem sucedido nesse objetivo. Através de uma pequena carta que aparece nas páginas de Ecos, o autor Pedro Matos da Silva, expressa com evidência a verdadeira admiração que tem pelo dono do veículo em favor dos esforços e ideais que este demonstrava para emancipar as duas vilas.

Trajano Coelho Neto, moço inteligente e de espírito elevado, a custo de esforços e poder de vontade adquiriu para o nosso meio uma oficina tipográfica um dos grandes melhoramentos que a vila de Pium poderia receber. Firmado no seu ideal lúcido e sublime não poupou sacrifício, deixando à margem a escuridão dos pessimistas, e, de olhos fitos na estrela luminosa do progresso, chegou ao objetivo do seu ideal, fazendo cair neste afastado rincão brasileiro, raios fúlgidos de esperança, com a fundação de um jornal que tanto virá engrandecer o norte de Goiás. Assim o povo de Pium está de parabéns com o aparecimento deste órgão de imprensa que defenderá os seus direitos, explanará os seus clamores, as suas necessidades, perante os

poderes públicos, tão logo passem a onda impetuosa de confusão que vêm obstando a solução de todos os problemas coletivos por parte de quem o deveria fazer (Silva, 1951, p. 04).

No editorial intitulado “Nosso Lema”, Trajano faz um apelo aos moradores das distintas vilas de Piaus e Chapada, para que deixassem de lado o sentimento de rivalidade, pois o progresso da região garimpeira, segundo ele, só aconteceria se houvesse cooperação. Em sua visão, era preciso que as duas vilas, nascidas da mesma luta e ousadia daqueles que se aventuraram pelo sertão em busca das valiosíssimas pedras de cristal, se unissem e entendessem. Na opinião do jornalista, “só seremos mais fortes se formos unidos. E seja ela o nosso lema” (Ecos do Tocantins, 1951, p. 01).

Durante 10 anos de existência, *Ecos do Tocantins* abraçou algumas bandeiras, sendo elas: a municipalização de Pium e Cristalândia; o desenvolvimento e a emancipação da região Tocantina, Norte de Goiás; e a criação e o desenvolvimento da cidade de Paraíso do Norte, atual Paraíso do Tocantins. Já em sua primeira edição *Ecos do Tocantins* traz em seu editorial a importância da imprensa como agente de desenvolvimento, revelando a bandeira desenvolvimentista que abraçava:

É inegável que a imprensa é um elevado índice de Progresso, e o jornal, dentro dos limites do meio em que se projeta, um fator poderoso de desenvolvimento material e moral. [...] Nenhum dos aspectos da vida coletiva deixa de passar por metucioso exame cotidiano na vida de imprensa, todas as suas facetas morais, todas as suas tendências intelectuais, toda a intensidade da sua própria vida material, o jornal focaliza (sic), dissecar e analisa, no seu labor incessante de orientar a marcha evolutiva da sociedade. [...] Abraça sempre as causas justas, luta sempre pela grandeza e progresso da pátria e particularizando, pelos interesses supremos da região em que se projeta. Isso posto, bem compreensível se torna a razão e a causa do nosso aparecimento, e evidenciados os postulados normativos de nossa conduta, dos quais não nos afastaremos por nenhum preço (Ecos do Tocantins, 1951).

O jornal *Ecos do Tocantins*, apesar da sua importância no contexto histórico da região Tocantina, na história da imprensa do Norte de Goiás e na vida daqueles que aguardavam ansiosos a sua distribuição semanal, não passou despercebido diante das críticas e brincadeiras de personagens da época. “O Eco jornaleco mentireco”, foi um trocadilho, uma crítica criada para

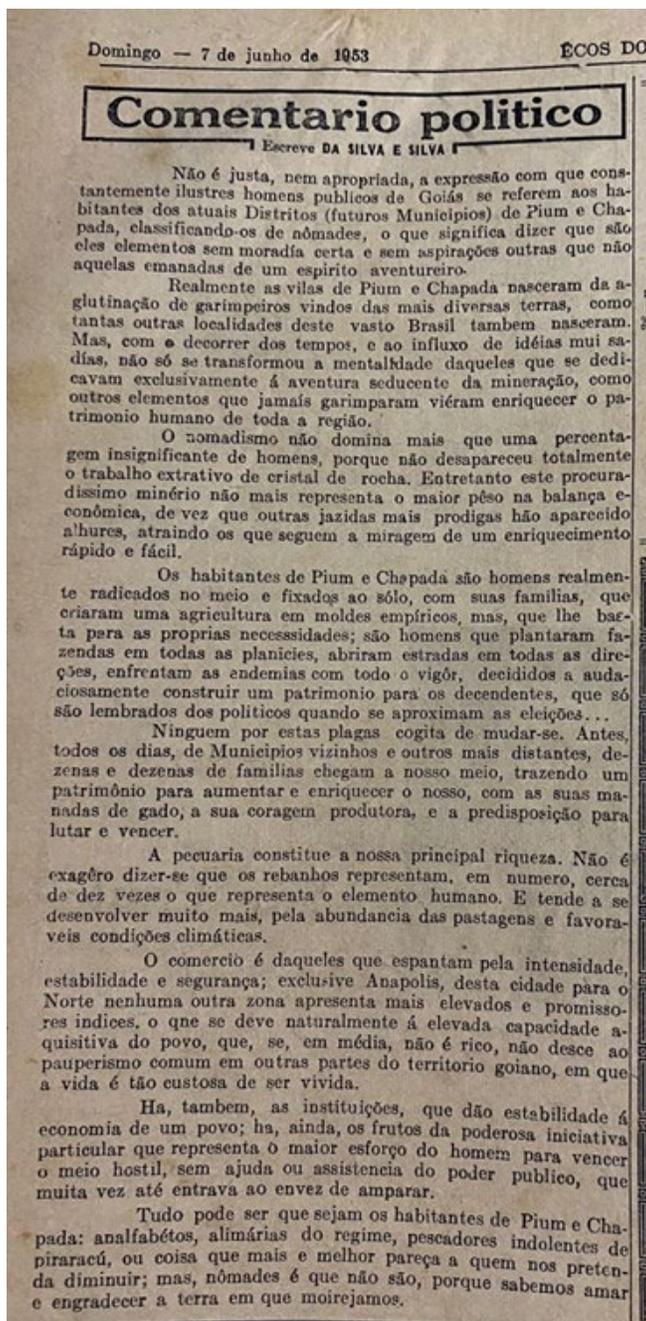
depreciar o jornal, de acordo com o Sr. Jonas Barros em entrevista cedida à Costa e Painkow (2002): “Zé Trindade era político, candidato a deputado, e nessa época quando saiu esse jornal aí ele foi e falou isso, eco jornaleco no discurso dele, eco, jornaleco, mentireco” (Barros, 2002).

Mas, *Ecos do Tocantins* também parecia despertar ansiedade e alegria ao chegar na casa de seus assinantes, como recordou Aldenora Braga (in memoria), moradora de Pium:

Nós assinávamos o jornal naquela época [...] Ele saía distribuindo o jornal àquelas pessoas que tinha assinatura. [...] Nossa! vambora ver o jornal, quem vai aniversariar, [...] aí saia no outro dia no jornal, fulano ta aniversariando, eco, (risos) jornaleco. (risos) Um dia ele fazia fulano ta aniversariando, nasceu fulano, tal, tal. Mas era bom demais um jornal aqui. [...] Tinha tanta coisa boa nesse jornal, [...] *Ecos* era bom. Era tão bom quando tinha (Braga, 2002).

Trajano Coelho Neto utilizava *Ecos do Tocantins* para entreter leitores locais e construir uma narrativa convincente no campo político, a fim de alcançar os homens do poder, de que as vilas tinham estrutura e maturidade política e econômica para se tornarem autônomas, isso pode ser lido em vários textos veiculados, no caso do artigo/comentário datado de 07 de junho de 1953, veiculado na sua coluna no *Ecos*, intitulada “Comentário Político”, em que ele sempre escrevia utilizando o pseudônimo “Da Silva e Silva”, pode-se constatar esses argumentos, a exemplo do recorte abaixo:

Figura 17 - Comentário Político.



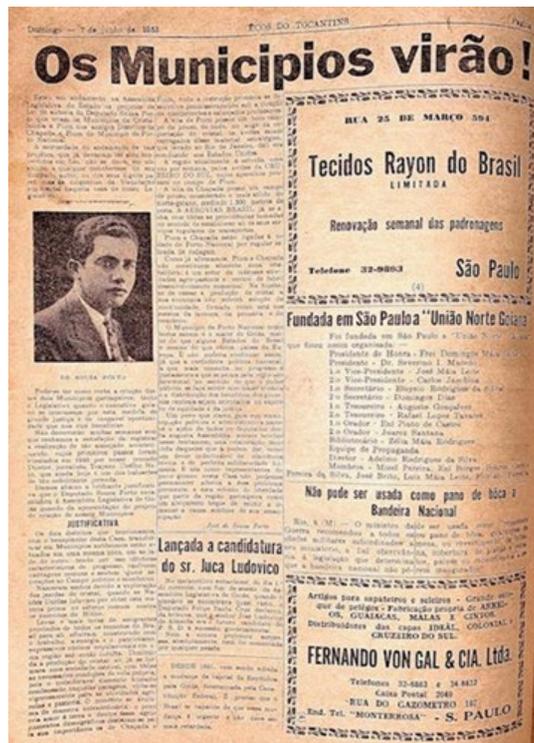
Fonte: Ecos do Tocantins, 1953.

Trajano Coelho Neto estava presente, em uma terça-feira, 23 de junho de 1953, na cidade Goiânia, quando os distritos garimpeiros, pertencentes à histórica Porto Nacional, ou seja, as duas Vilas irmãs, de Chapada e Piau, localizadas no Norte de Goiás, se tornaram cidades, municípios politicamente emancipados, Cristalândia e Pium.

Como jornalista e articulador acompanhou in loco, na Assembleia Legislativa de Goiás, todos os detalhes e a votação do Projeto de Lei N° 742, do início ao fim, que fora apresentado pelo então deputado estadual, Souza Porto, nome que entra para história de Cristalândia e Pium vilas garimpeiras que exploraram o cristal de rocha juntas e se tornaram cidades juntas no mesmo dia e hora, na gestão do governador dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Ecos do Tocantins publicou, na íntegra, o discurso do deputado estadual José Souza Porto, no qual defende sua luta pela emancipação política de Cristalândia e Pium.

Figura 19 - Página de Ecos do Tocantins com discurso proferido pelo deputado estadual José Souza Porto na tribuna da Assembleia Legislativa de Goiás no dia da emancipação de Cristalândia e Pium.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1953.

Partes do texto que foi para as páginas de *Ecos do Tocantins* no dia 07 de julho de 1953, na edição 78, relatam:

Os dois distritos que tencionamos com o beneplácito desta Casa, transformar em município autônomos estão situados em uma mesma zona, um ao lado do outro, tendo por isso idênticas características de progresso, usufruem vantagens comuns e sentem iguais aspirações no campo político e econômico. Nasceram ambos devido a exploração das jazidas de Cristal, quando as Nações Unidas lutavam para obter esta matéria prima no esforço comum contra os exércitos de Hitler. Levas e mais levaras de emigrantes provindos de todos os recantos do Brasil para ali afluíram, construindo com o trabalho, a energia e o patriotismo expressivos núcleos populacionais em uma região até então, inculta. Diminuída a produção de cristal ali já se formara uma sociedade estável, com todas as necessárias condições de vida própria, pois o considerável elemento humano condensado naquelas paragens, voltasse vigorosamente para as atividades agrícolas e pastoris. O comércio se avoluma de maneira extraordinária, o povo cria amor à terra e dentre esses agrupamentos demográficos destacam-se pela sua importância os de Chapada e Pium, onde a instrução primária se desenvolve promissora-mente sobre a direção de competentes professores. [...] Como já afirmamos, Pium e Chapada não constituem somente zona cristalífera: é um setor de intensas atividades agro-pastoris e centro de febril desenvolvimento comercial. Na hipótese de cessar a produção de cristal a sua economia não sofrerá solução de continuidade, firmada como está nos esteios da lavoura, da pecuária e do comércio. [...] Um povo que clama pela sua emancipação política e administrativa merece o apóio de todos os deputados desta augusta Assembléia, merece receber nesse tentamen, uma colaboração decidida daqueles que a podem dar, como um dever indeclinável de consciência cívica e de perfeita solidariedade humana. E nós como representantes do povo goiano nesta Casa não podemos permanecer alheios a esse problema, a essa eclosão de liberdade que parte da região garimpeira como um alviçareiro toque de reunir a irmanar a causa sublime de sua emancipação (*Ecos do Tocantins*, 1953, n. 78, p. 4).⁸

⁸ Discurso do deputado estadual José Souza Porto proferido na tribuna da Assembleia Legislativa de Goiás no dia da emancipação de Cristalândia e Pium.

Figura 20 - Página do jornal Ecos do Tocantins em Comemoração da Emancipação Política das Cidades de Cristalândia e Pium.

DIRETOR FUNDADOR
Trajano Coêlho Neto

Publicação política independente.
Fundada em 12 de maio de 1933.
Fundada em 22-7-1933

Redação: 26.00
Circulação mensal: 26.00

Número 79
PUB. MÊS em GOIAZ
26 de Junho de 1933

Este jornal responsabiliza-se pelas
opiniões emitidas em artigos assinados.

ÊCOS DO TOCANTINS

Afinal vieram os Municipios!...

Depois de decorrida essa penosa transição na Assembleia deste Estado, foram promulgadas em Lei, os projetos de emancipação do Município de Pium e do Município de Cristalândia, que criaram os Municípios de Pium e Cristalândia, nos termos do Distrito de Chapada, respectivamente.

São, pela, hoje, motivo de insatisfação pública para todos nós, ao ver que nos horizontes já desvendados os albos da nova era nos tinhamos scabando há tanto tempo.

Não é esta uma conquista comum, pois que resume a outorga de cartas de emancipação política: é uma das raras e necessárias conquistas que insinuam o nome daquelas que a emancipam.

Pium e Cristalândia, cidades que vieram e mesmo tempo nascidas do mesmo idealismo, têm um destino paralelo até em comparação como esta: foi o mesmo o destino das suas reivindicações, a mesma a gestação da sua liberdade, a mesma a luta que foi declarada a favor da emancipação, e a mesma sem dúvida será sua trajetória futura, ao longo do próprio caminho de inspiração e regeneração, que já se começa a reconhecer e a respeitar ao reconhecermos o laudador das horas presentes,

que se empenharam corajosamente a do Deputado Antônido Soares Andaraia de Almeida, não se esquecer destes objetivos.

O Deputado Souza Porto foi a figura central de toda a luta, acordando com a responsabilidade toda da vitória que prometera. Sem embargo vale, sua vida, até para veicular aquelas pretensões o apoio do Governador do Estado, dr. Pedro Ludovico Teixeira, que não hesitou em sancionar imediatamente as Leis que o Legislativo aprovava e lhe enviava.

Justo é lembrar-se para que seja eternamente reconhecido, o esforço dispensado pelo Deputado Walfrido Maia, da bancada do P.S.P. na Assembleia goiana, tomando a iniciativa de apresentação dos projetos que mais tarde foram submetidos, com seu assentimento, por outros do Deputado Souza Porto, e dando que ao

como a do Deputado Antônido Soares Andaraia de Almeida, não se esquecer destes objetivos.

deu, destemerosa e sincera, ao dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Puro e genuíno o povo e o goiano estão de par com o goarimpeiro e o pejojabense: aquele pelos ingenuidade em ilustre esboço dr. Souza Andaraia que veio de receber.



Deputado Souza Porto



Deputado Walfrido Maia



Deputado Antonio José de Oliveira

Seja como for, foi decretada a autonomia de nossos dois distritos garimpeiros...

As ... horas de terça-feira passada, dia 23, foram as Leis respectivas solenemente sancionadas em Goiania com a presença do Deputado Souza Porto, do nosso Diretor Trajano Coêlho Neto e

Assine "Ecos do Tocantins"

V. Sua. indo a GOIANIA não se deve esquecer de que este é o seu endereço:

"Hotel Brasil" GOIANIA

Ram. 18, n. 24

de
Ramos Abrão Gebrim

Ótimumente instalado — Cozinha de 1.ª classe
Ordem — Conforto — Higiene
(11)

Fonte: Ecos do Tocantins, 1953.

A partir desse momento, para Trajano, o caminho das pedras apontava que o desenvolvimento carecia da lapidação do povo garimpeiro quanto à união, pois as duas cidades precisavam estar sempre de mãos dadas. Pium e Cristalândia eram politicamente "irmãs gêmeas", falar de uma sem citar a outra, era quase impossível, é o que, constantemente, retratava as páginas do jornal *Ecos do Tocantins*. Para o jornalista, era inaceitável qualquer sentimento de rivalidade entre ambas.

92

Deve haver entre Pium e Chapada, ao invés de animosidades, fraternais tendências de mútua cooperação; quando se fizer sentir a necessidade de uma união para beneficiar Pium, que de Chapada seja a primeira voz a responder: “presente”, e quando de Pium depender o apoio a qualquer causa que envolva interesses de Chapada, não se faça esperar jamais o seu concurso. Estas duas localidades se completam na trajetória que desenvolvem (Ecos do Tocantins, 1953, n.3, p.1).

No final da década de 50, com a construção da famosa rodovia denominada BR-14, atual BR-153, popularmente conhecida como Belém – Brasília, vários povoados foram se formando ao longo da estrada, principalmente nos locais onde havia aglomeração de máquinas e trabalhadores braçais. Paraíso do Norte foi um desses povoados que, pertencente ao município de Pium, rapidamente reuniu comerciantes, fazendeiros, homens do campo, vindo a se emancipar em outubro de 1963.

Figura 21 - Texto extraído das páginas do jornal Ecos do Tocantins.



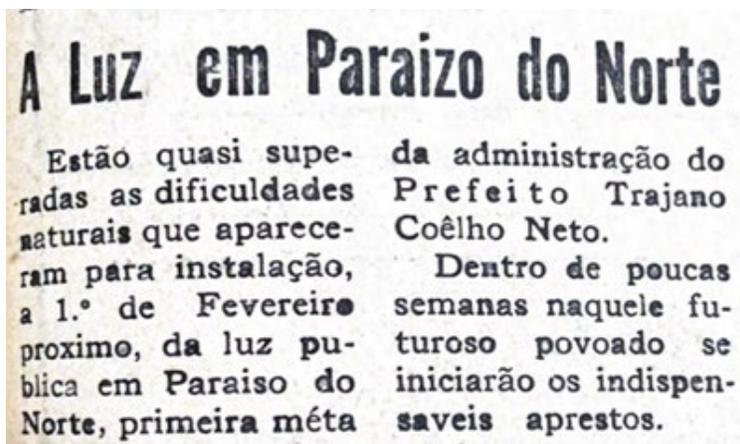
Fonte: Ecos do Tocantins, 1960.

Em 30 de outubro de 1960 o então jornalista, empresário e entusiasta da autonomia dos municípios de Cristalândia e Pium e do Estado do Tocantins,

Trajano Coelho Neto, tendo como vice o respeitado professor José de Moraes, foi eleito prefeito de Pium, com 982 votos contra Neco Vicente, que obteve 705 votos, ficando Trajano com 277 votos de vantagem do adversário.

Em 1961, com a posse do novo prefeito de Pium, o povoado de Paraíso recebeu seu primeiro sistema de energia e iluminação. Dessa forma, Trajano se posicionava como personagem desenvolvimentista, progressista, que se engajou na busca por conquistas para a região mesmo antes de ter o poder da caneta administrativa. Tendo nas mãos o poder da escrita, em velhas máquinas datilográficas e da lábia que usava nas narrativas impregnadas nas páginas de *Ecos*, expressava todo o seu desejo pelo progresso do norte esquecido, construindo, assim, na mente de seus leitores, a sede pela autonomia da região.

Figura 22 - Recorte extraído das páginas do jornal *Ecos do Tocantins*



Fonte: *Ecos do Tocantins*, 1961.

Trajano foi visionário ao perceber cedo a potencialidade de Paraíso do Norte e sua necessidade de emancipação, todavia, sua morte prematura não permitiu que ele visse o município emancipado que, atualmente, configura como uma das seis maiores cidades do Estado do Tocantins, tão ecoado e sonhado nas páginas do jornal.

Para entender melhor o engajamento de *Ecos do Tocantins* é importante conhecer as peculiaridades de seu proprietário, sua história, seus ideais, seus interesses, sua influência e seu modo de agir, pontos de partida que permitem uma análise mais clara da atuação sócio política do jornal.

O JORNAL ECOS DO TOCANTINS

Este capítulo apresenta minúcias do jornal *Ecos do Tocantins* e a história do personagem Trajano Coelho Neto, jornalista, empreendedor e fundador desse veículo impresso. Situa o desenrolar do nascimento do jornalismo impresso regional em um garimpo de cristal, que narraria, ao longo de 10 anos, o cotidiano de uma população com sede de desenvolvimento, como demonstra o jornal *Ecos do Tocantins* em inúmeras notícias, artigos, textos que pautam a política, vida social, economia local/regional, educação, luta emancipacionista, escassez de infraestrutura, e tantas outras questões que se encontram registradas nas páginas do acervo.

Um Líder Surge na Região Garimpeira

Em 1942, o comerciante Trajano Coelho Neto, nascido em 28 de dezembro de 1916, na cidade de Balsas (MA), dedicou-se à comercialização de armarinhos, tecidos e mercadorias em geral, para o campo, o garimpo e para o lar na Vila de Piaus.

Figura 23 - Foto do empresário, jornalista e político, Trajano Coelho Neto.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1951.

Seu envolvimento com a política local não demorou. Cinco anos após sua chegada já estava filiado ao Partido de Representação Popular (PRP) que reunia remanescentes da antiga Aliança Integralista Brasileira (AIB), partido de extrema direita e que tinha como líder nacional, Plínio Salgado, escritor, jornalista, historiador e político conservador, e viria a ter uma relação mais estreita com Trajano, chegando a ser padrinho de um dos filhos dele, que também se chamava Plínio.

Figura 24 - Texto extraído do Jornal Ecos do Tocantins, em 1951, escrito pelo prof. José de Moraes

Domingo -- 2 de Setembro de 1951 ECOS DO TOCANTINS Página 3

O P. R. P. será o maior Partido do futuro!

Escreve JOSÉ MORAIS

É UM TANTO PENOSO E ATÉ QUASI IMPOSSÍVEL SE ESCULANDO PELA PÁGINA DOS TEMPOS, APROXIMANDO OS HOMENS CREVER SOBRE CERTOS TEMAS EM DIAS COMO ESTES QUE A DO DIVINO MESTRE, FAZENDO-OS SENTIR A INFLUENCIA DE SUAS HUMANIDADE VIVE, COM A QUASI TOTALIDADE DOS HOMENS ABAN-GRANDES VIRTUDES, PARA QUE POSSAM GERIR, COM BONDAD, O DONANDO SUAS MAIS SINCERAS CONVICÇÕES POLITICAS PARA SE DESTINO DA PATRIA, POIS SÓ AQUELE QUE CRÊ E PROFESSA A ESFACELAR NAS DIVERSAS FACÇÕES, EMBEVECEDA, MUITAS VEZES, DOUFRINA DE DEUS COM RESPEITO, FÉ E FIRMEZA, PODE DIRI- TAD SOMENTE, PELAS VANTAGENS QUE ADOENHAM DALI.

DAHI, A IMPOSSIBILIDADE DE SE CONSEGUIR DESSA GEN- TE UMA UNIFICAÇÃO SOB O PONTO DE VISTA MORAL-SOCIAL ATÓMICO, CUJO ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO SE VEM REVELANDO EM TORNO DESSE CU DAQUELE PARTIDO POLITICO.

MAS, COMO NUNCA NOS DEVEMOS AMOFINAR DIANTE DOS OBSTACULOS QUE, POR ACASO, SE NOS VENHAM DE ENCON- TRO NO CURSO DE NOSSA JORNADA, DOU AQUI MINHA MODESTA SUGESTÃO, NÃO PRETENDENDO DE MODO ALGUM, SUBJUGAR A ELA AS DOS DEMAIS QUE, ALÉM DE TEREM TAMBEM SUAS RA- ZÕES DE SER, PODERIAM SER AS MELHORES.

QUERO ME REFERIR AO "PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR" NARRANDO O QUE TENHO PRESENCIADO NO SEIO DESSA AGREMIAÇÃO PARTIDARIA, PARA INCENTIVAR O POVO, DE MANE- RA ESPECIAL, PELA GRANDE CAUSA PERREPISTA.

E, PARA ISTO, HEI DE FAZER USO DA MAIS SÁ CONSOL- IDAÇÃO QUE, POR VENTURA, ME SEJA, PECULIAR. NUNCA VIRA TANTA FÉ RELIGIOSA NUM MOVIMENTO POLITICO, COMO A EXIS- TENTE NO P. R. P.; É O INTERESSE MATERIO-ESPIRITUAL NA LU- TA PELO BEM DO HOMEM INTEGRAL; SE, POR UM LADO, VISA SO- REVIVER O NIVEL SOCIAL DA VIDA DO POVO, PELO OUTRO, QUER REVIVER O QUADRO DAS VERDADES CRISTÁS, QUE JÁ SE VAI MA-

PLÍNIO SALGADO É O GRANDE APOSTOLO DO SEculo NENSA CRUZADA REDENTORA POR QUE JÁ CHEGARA ATÉ A PROS- CRIÇÃO, SEM, CONTUDO, RETROGEDER NA FAJNA PELA REMISSÃO DO BRASIL.

ELE BEM SADE POR QUE TEM SOFRIDO; TODOS OS IDE- ALISTAS QUE QUEREM REALIZAR GRANDES FEITOS OU TRAZER À LUZ COUZA QUE ESTEJA FORA DA COMPRENSÃO MEDIOCRE DA ÉPOCA, SEMPRE SOFRERAM DECEPÇÕES; - O MESMO ACONTECERIA A COLOMBO, QUANDO AFIRMAVA A REDONDEZA DA TERRA, E, DAHI, SER POSSIVEL CHEGAR ÀS INDÍAS NAVEGANDO PELO OCIDENTE; PIOR AINDO SUCEDERA A TIRÁDENTES, QUANDO SONHARA COM-A NOSSA LIBERDADE POSTERGADA PELO PODERIO DA COYÓA POR- TUGUEZA; - SÃO SEMPRE HOMENS DOTADOS DE GRANDE FÉ RE- LIGIOSA, QUE, VIVENDO LONGE DA COBICA MATERIALISTA QUE A- ENCRAMAM AS COUSAS, MEMSO AS MA- TERIAIS, POR UM PRISMA DIFICILMENTE VISTO PELO POVO, NA MAIORIA PREOCUPADO COM APENAS-AQUILO QUE LHE RENDA IN- TERESSE IMEDIATO.

MAS JÁ NÃO ESTAMOS EM 1492, (TEMPO EM QUE CO- LOMBO DESCOBRIRA O CONTINENTE AMERICANO) NEM TÃO POUCO EM 1792, (ANO EM QUE FOI ENCRUADO), NO RIO DE JANEIRO, O TIRÁDENTES) ESTAMOS, SIM, EM 1951, ÉPOCA DOS GRANDES DES- ENVOLVIMENTOS CIENTIFICOS; VAMOS, POIS, DAR UMA DEMONS- TRAÇÃO DE NOSSA ELEVACÃO MORAL, ESPIRITUAL E INTELLECTU- AL, AJUDANDO PLÍNIO SALGADO A SALVAR O BRASIL DOS PERI- GOS DO COMUNISMO TOTALITARIO, MATERIALISTA, QUE QUER DESVIRTUAR O ESQUDO QUE O PROPRIO CRISTO DEPA A NOSSA TERRA, COMO DIADEMA DE GURO SOBRE SUA FROTE; - O CRU- ZEIRO DO SUL.

FORMEMOS UMA BARRIEIRA AO LADO DO P. R. P. AMOL- DEMONOS AOS CONCEITOS DECLINADOS NA SUA MAGNA CARTA DE PRINCIPIOS, E TENHAMOS A CERTEZA DE QUE, SE ASSIM PRO- GEDERMOS, ESTAREMOS PUGNANDO PELA CAUSA DA VERDADEIRA CIVILIZAÇÃO COM DEUS, E QUE O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR SERÁ O MAIOR PARTIDO POLITICO DO FUTURO!

CASA SIRUGE

- DE -
JOÃO SIRUGE

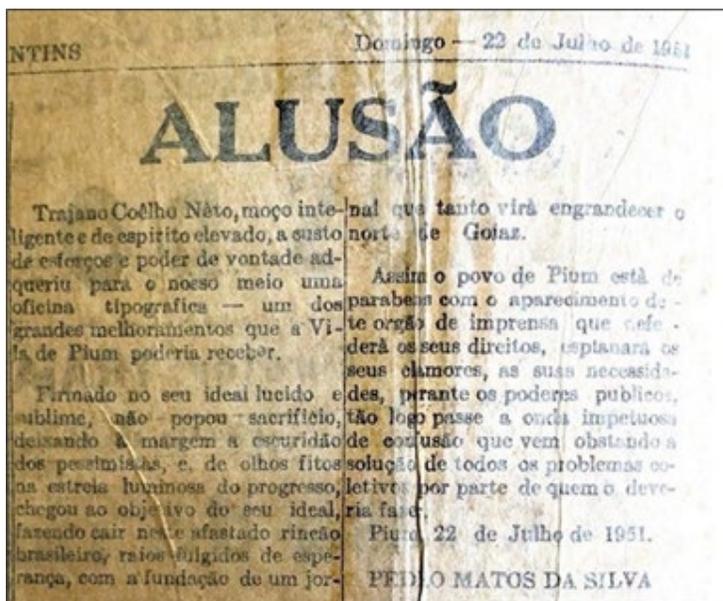
No garimpo do "Vinte e Um" para bem servir a cada um a **CASA SIRUGE** tem tudo e vende tudo pe- los menores preços possíveis.

- CASA SIRUGE -
Garimpo "Vinte e Um"

Fonte: Ecos do Tocantins, 1951.

Aquele homem empreendedor que se destacava pela inteligência, impactou muitas pessoas de toda a região garimpeira pelo conhecimento que demonstrava nem em diversas áreas, causando admiração e respeito por onde passava.

Figura 25 - Texto extraído no mês de criação do Jornal Ecos do Tocantins.



Fonte: Ecos do Tocantins, 1951.

Ele iniciou sua atividade empresarial com apenas um comércio, mas ao final da década de 1950 já era proprietário de três lojas em Pium, e uma filial em Cristalândia, além de fazendas, avião, a tipografia e o Jornal *Ecos do Tocantins*.

Figura 26 - Publicidade da Casa Coelho veiculada no Jornal Ecos do Tocantins.



Fonte: Ecos do Tocantins.

A vocação jornalística de Trajano foi despertada quando ele ainda era menino e começou a escrever nos jornaizinhos escolares, em Balsas (MA). Mais tarde, o jovem mudou-se para a capital São Luís (MA) com o intuito de estudar, mas se viu forçado a abandonar o colégio ao perder o pai. Seu objetivo era cursar medicina, desejo que o perseguiu até depois de casado. Apesar de não ter nenhuma formação na área de fármacos ou da saúde, chegou a possuir uma botica, ou seja, uma farmácia de manipulação, onde receitava e preparava remédios para quem o procurava.⁹

Nossa! Meu Deus do céu, era apaixonado por medicina. Se não tivesse morrido, os filhos todos seriam médicos. Um dia disse a ele: quer saber de uma coisa, me deixa aqui com as crianças, criatura, e vai estudar medicina que é o teu sonho, não fica frustrado desse jeito (Coelho, 2002).

Figura 27 - Dona Maroquinha (in memoriam) em entrevista feita pelos jornalistas Lailton Costa e Aurielly Painkow, em 2002



Fonte: arquivo da autora.

Apesar da paixão pela área da saúde, o empreendimento jornalístico conquistou Trajano Coelho, que passou a se dedicar ao jornalismo. Rendido aos desafios da atuação, tornou-se não apenas o proprietário de *Ecos do Tocantins*, mas também seu principal jornalista, sendo responsável pela redação das matérias veiculadas no periódico.

Obviamente, a política foi outra grande paixão, talvez a que tenha

⁹ Relato notável no depoimento de Dona Maroquinha, viúva de Trajano.

provocado sua entrega ao jornalismo. Foi eleito conselheiro estadual do Partido de Representação Social¹⁰ e, em 1950, chegou a disputar uma vaga na Assembleia Legislativa, obtendo 1.862 votos. Só não foi eleito por insuficiência de legenda - ressalte-se que, quando Trajano foi candidato a deputado estadual, em 1950, ele ainda não possuía o jornal Ecos do Tocantins. Era apenas comerciante e não atuava como jornalista.

A Criação do Jornal e sua Vocação

Em uma região de economia baseada na extração garimpeira de pedras de cristal, montar um jornal e torná-lo referência foi uma atitude marcante e histórica. Por sua persistência e determinação, Trajano Coelho Neto tornou-se o autor de uma jornada que o fez merecedor de respeito e admiração por parte da população da região. Celso Bastos, dos jornais “O Dia” e “A Notícia”, ambos do Rio de Janeiro, escreveu sobre a surpresa ao conhecer a qualidade do veículo e a localidade a qual pertencia (ver figura 28).

Figura 28 - Texto extraído do Jornal Ecos do Tocantins.



Fonte: Ecos do Tocantins.

¹⁰ Partido de Representação Social. O SOCIAL. Ano IV. N. 156. P. 3.

Tudo começou em 1951, na então capital da República, Rio de Janeiro. O fiscoador¹¹ Ráphaelo Valentini que, na década de 1940, era comprador de cristal nas vilas de Chapada e Píaus¹² para revenda no Rio, estava sentado em seu escritório quando foi surpreendido por uma ousada proposta de Trajano Coelho Neto: de comprar uma tipografia para fazer circular um jornal na vila de Píaus.

Trajano dizia já ter encomendado a máquina e seus acessórios, entretanto, tinha consigo apenas dois terços do valor necessário para a compra, mas, de maneira alguma regressaria ao garimpo sem levar o equipamento, contando com Ráphaelo para suprir o terço necessário do montante. Diante dos argumentos de Trajano, o fiscoador aceitou o desafio convicto de que seu envolvimento ia além de disponibilizar o valor solicitado. Ali ele fazia um investimento no desenvolvimento intelectual de uma região abandonada e desconhecida. Aquele senhor sentado à sua frente revelava uma personalidade audaciosa com objetivos claros e fortes ideais, foi a postura de Trajano que o fez confiar na qualidade do jornalismo que se propunha realizar em um lugar esquecido e precário de quase tudo.

Os dois terços do valor que Trajano levava havia sido levantados entre amigos comerciantes, fazendeiros, garimpeiros, todos estes eram tratados pelo Jornal Ecos do Tocantins como coproprietários, aparecendo sempre na coluna social do jornal¹³ ao longo de toda a sua existência (ver figuras 29 e 30). Assim, Trajano era um homem que passara do sonho à ação.

Figura 29 - Registro de Ráphaelo Valentini como coproprietários do jornal.



Fonte: Ecos do Tocantins.

¹¹ Fiscoador é o nome dado ao comerciante de cristal.

¹² Chapada era o antigo nome da cidade de Cristalândia e Píaus era o antigo nome da Cidade de Píum.

¹³ Na análise dos exemplares do jornal Ecos do Tocantins de 1951 a 1961, aparecem registrados como coproprietários as seguintes pessoas: Antonio Gonçalves Barbosa, Antonio Moraes, Bento Freitas, Carlos Peleja Rodrigues, Celso Alves Mourão, Francisco Farias, Jaime Farias, João Cesar Santos, João Maranhão Machado, João Teixeira Filho, José de Moraes, José Vicente de Oliveira, Juca Teixeira, Luis Moraes, Ráphaelo Valentini Mario Monteiro da Cunha, Neuton Coelho Lima, Neuton Jose Moraes, Pedro Castanheira Sobrinho, Vicente Leite, entre outros.

Figura 30 - Registro Pedro Castanheira Sobrinho como coproprietários do jornal.



Fonte: Ecos do Tocantins.

Dona Maroquinha relata que a gráfica foi instalada em um cômodo da sua casa em Piau. Papel, maquinário, tinta, crianças, no começo tudo era misturado. As máquinas que faziam a prensagem do jornal *Ecos do Tocantins* chegaram de avião até Porto Nacional. De lá até Pium, o transporte foi em um caminhão.

Nos primeiros anos do jornal, os textos e todo o processo de impressão de *Ecos do Tocantins* eram realizados no domicílio da família, local onde Trajano tinha um escritório, no qual funcionava também a redação do jornal.

A casa toda, toda, quarto, sala, cozinha, tudo era ocupado por jornal. [...] No escritório dele, a máquina de escrever ficava toda vida no canto da mesa. [...] escrevia numa rapidez, ele tava escrevendo na máquina, podia tá a sala cheia de gente ele conversava com todo mundo e não parava de escrever pra conversar não. Conversava e escrevia ao mesmo tempo (Coelho, 2002).

A viúva de Trajano lembra da impressão de Rafehaelo ao ver a tipografia montada e o nível de envolvimento de Trajano:

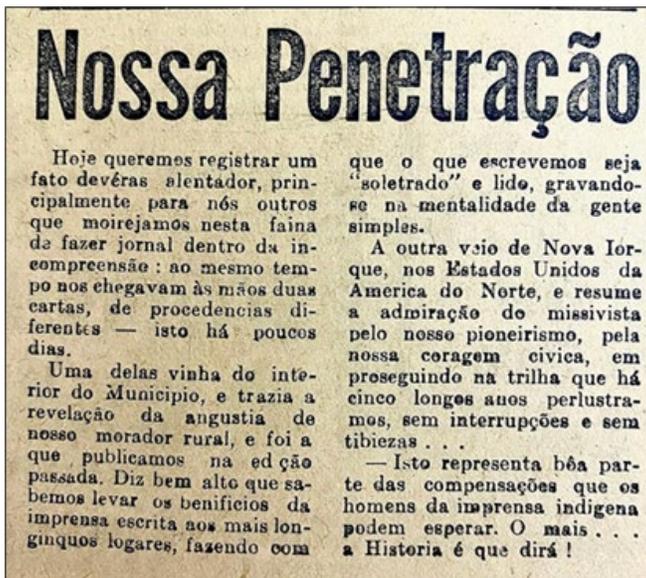
Um dia um senhor do Rio foi lá em casa visitar. Ele entrou, olhou tudo aquilo. Ele disse: “Moço de Deus, eu tô impressionado! Como é que nesse fim de mundo tem uma coisa dessa?” Não tinha uma mesa desocupada, não tinha nada, nada, que não fosse jornal. A gente na hora do almoço pegava o prato e não tinha lugar pra comer, porque não tinha lugar para botar um prato de comida, tudo era cheio de jornal (Coelho, 2002).

Ecos do Tocantins não apenas funcionava na residência da família como contava com o envolvimento de todos os seus membros, do mais novo ao mais velho todos se responsabilizavam por alguma tarefa dentro daquele empreendimento familiar que, na maioria das vezes, gerava um jornal de quatro páginas veiculado semanalmente.

Do maior até o menorzinho trabalhava no jornal, quem não alcançava a mesa, subia num caixote pra dobrar o jornal, era desse jeito. [...] Como todo mundo tinha que pegar pra compor o jornal, todo mundo que soubesse ler conhecia as médias, tinha que ir compor o jornal, pegando letrinha por letrinha e ir botando ali, depois imprimia pra fazer a correção, era tudo desse jeito. [...] Quem imprimia o jornal, era o Mário, nessa época ele tinha 12 anos. [...] até a pequenininha que era a mais novinha, tinha poucos anos, ensinei ela a dobrar, e ela ia colocando dentro pra eu poder subscrever. [...] Era eu que subscrevia pra o Brasil inteiro (Coelho, 2002).

Nessa sincronia familiar, o jornal era escrito, rodado, dobrado e enviado para todo o país e alguns leitores internacionais. Os exemplares saíam de Porto Nacional rumo a seus destinatários através de avião e da agência dos correios da cidade.

Figura 31 - Texto de agosto de 1951 que comprova o envio do jornal para lugares além da região.



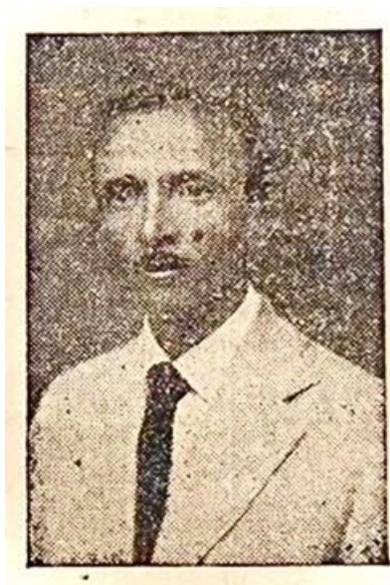
Fonte: Ecos do Tocantins.

Assim, o *Ecos do Tocantins* cresceu e se consolidou, sendo transferido para um local mais adequado, alugado especialmente para seu funcionamento. A partir daí o jornal entraria em uma nova fase. Funcionários foram contratados para desempenhar papéis antes desenvolvidos pela esposa e pelos cinco filhos de Trajano Coelho Neto, juntamente com algumas pessoas de confiança da família como Agrário de Souza e João Martins (Joquinha).

A nova equipe de *Ecos do Tocantins* contou com o gerente e tipógrafo Ateneu Rego Santos, que trabalhou no jornal de 1955 a 1959, sendo sucedido por Luiz Moura após sua saída, Aldenora Batista, Ana Miranda, Bartolomeu Maracaípe e Vicente de Souza, foram contratados como auxiliares. Durante 10 anos, essa foi a equipe que, juntamente com a família, se comprometeu e proporcionou a existência de *Ecos*. Segundo relato do gerente do jornal, Ateneu Rego, a gráfica, mais conhecida como oficina tipográfica pela população e funcionários, era uma repartição da casa de seu pai:

A oficina era composta só por fontes de tipos, várias fontes de tipo, e um prelo pequeno, não tinha máquinas assim sofisticadas não. Só as fontes de tipo, e o prelo. O prelo era manual não tinha motor, na época a composição era manual (Santos, 2002)

Figura 32 - Ateneu Rego gerente do jornal Eco do Tocantins Edição nº 526.



Fonte: Ecos do Tocantins.

O auxiliar do jornal, Bartolomeu Maracaípe, lembra que o maquinário era organizado de modo a facilitar o serviço de composição e impressão do jornal, visando o melhor desempenho de cada função.

Tinha a divisão, onde tinha a máquina de imprimir, tinha a divisão que nós fazíamos que preparava a coluna do jornal, tinha a divisão para fazer a paginação do jornal, divisão aonde tinha os papéis para ser cortado, a máquina de cortar, cada departamento tinha um cômodo para fazer o jornal (Maracaípe, 2002).

Dessa forma, o jornal deixava o aspecto familiar para tornar-se, de fato, empresarial. Trajano, como proprietário e diretor, mantinha agora uma relação mais profissional em relação a seus funcionários e tinha a possibilidade de separar a vida familiar da profissional se distanciando da atividade que antes era acompanhada integralmente por ele. Ainda assim, não se limitou a redigir e administrar o empreendimento. Gostava de estar nas novas instalações não só para verificar se estava tudo bem, mas também para colocar a mão na massa, mesmo tendo funcionários que fizessem o serviço por ele. De acordo com Maracaípe:

Ele ía sempre. Ele ia sempre lá no jornal, muitas vezes o dia que era de expedição do jornal, ele ía até ajudar, embalar os jornais, fazer, ajudava a gente a empacotar, para mandar, para ser distribuídos nas cidades,[...] mas ele nos ajudava muito. Ele chegava lá com as matérias, e muitas vezes até falava qual o tipo deveria compor aquelas notícias, para poder caber naquele espaço. Duas ou três vezes na semana ele chegava lá com as matérias (Maracaípe, 2002).

Nos primeiros anos, pelos relatos percebe-se que Trajano Coelho Neto era responsável por quase todos os textos, exceto artigos assinados por coproprietários, e outros amantes das palavras ou da política. Mas vale clarificar que a Coluna “Comentário Político” - escreve - Da Silva e Silva era toda escrita por Trajano e Silva e Silva era seu pseudônimo.

O Engajamento na Causa Separatista

Em 10 anos de existência, Ecos do Tocantins publicou 600 edições. A primeira edição teve tiragem de 1.000 exemplares e, ao final do primeiro ano, o jornal circulou com 2.500 exemplares em função do aumento no número de assinantes dos municípios vizinhos e de fazendas da região. As edições a serem distribuídas para os assinantes rurais eram acumuladas na

própria redação, aguardando que o assinante ou algum de seus funcionários, normalmente um vaqueiro, fosse à cidade. Nessa oportunidade, ele recebia o pacote com as edições publicadas no período.

Há evidências de que o jornal Ecos também alcançou outras regiões do país, mostrando a realidade do norte goiano. Incluem-se nesse alcance cidades como São Paulo (SP), Belém (PA), Carolina e Balsas (MA), Anápolis e Goiânia (GO) e outras cidades do norte goiano. Tal fato é aparente em notas informativas, divulgadas nas páginas do jornal como estratégia de fortalecimento editorial e valorização comercial.

Ecos do Tocantins chegava a essas praças por transporte aéreo, em pequenos aviões de propriedade de empresários ou por meio de companhias com rotas para Pium, como a Cruzeiro do Sul.

Figura 33 - Embarque em avião da Cruzeiro do Sul na cidade de Pium/Cristalândia.



Fonte: Acervo fotográfico da diocese de Cristalândia.

Mesmo extrapolando as fronteiras do Estado, a pauta regional prevalecia em Ecos do Tocantins. É possível observar tal fato nas 20 primeiras unidades informativas (UI) do jornal, nas quais apenas 5% do conteúdo era nacional contra 55% de abrangência regional, priorizando a pauta de interesse do estado; outros 40% do conteúdo eram de abrangência local.

É possível observar, ainda, a predominância, na pauta do jornal,

de informações a respeito do movimento conhecido como Pró-criação do Tocantins, envolvendo lideranças e a população nortista, além do engajamento no desenvolvimento regional, embora a circulação tenha alcançado outras cidades e estados, conforme demonstrado. Tais conclusões foram possíveis pela categorização de gêneros jornalísticos.

A primeira narrativa publicada em 22 de julho de 1951, trazendo um texto de gênero *Opinativo*, no formato *Editorial* e com fotografia para ilustrar.

A função do editorial é expressar, diante da opinião pública, a posição do veículo diante de um fato em destaque. Segundo Melo, citado por Costa (2008), o editorial é o texto que “expressa a avaliação e a opinião das forças que mantêm a instituição jornalística”.

Do título ao desfecho, desencadeia a argumentação valorativa a partir de um tópico de arranque que deixa claro ao leitor qual o entendimento dessas forças sobre o que trata o editorial. Em seguida, os demais parágrafos contextualizam informações, comparam exemplos, rememoram acontecimentos ou situações similares e emitem uma orientação que sinaliza o caminho a ser seguido, sob a ótica do(s) editorialista(s) (Costa, 2008, p. 161).

Com o título “*A causa do nosso aparecimento*”, esse editorial de Ecos anuncia a que veio o jornal e quais são as bandeiras que defenderia. Nessa unidade, de abrangência regional, sobressai-se a temática da imprensa (mídia). A análise da unidade, revela o destaque dado pelo veículo ao papel da imprensa como agente transformador e militante em prol da região, e a ênfase dada aos princípios progressistas que nortearam o surgimento do jornal:

É inegável que a imprensa é um elevado índice de Progresso, e o jornal, dentro dos limites do meio em que se projeta, um fator poderoso de desenvolvimento material e moral. [...] Nenhum dos aspectos da vida coletiva deixa de passar por metuculoso exame quotidiano na vida de imprensa, todas as suas facetas morais, todas as suas tendências intelectuais, toda a intensidade da sua própria vida material, o jornal focaliza, dissecar e analisa, no seu labor incessante de orientar a marcha evolutiva da sociedade. [...] Abraça sempre as causas justas, luta sempre pela grandeza e progresso da pátria e particularizando, pelos interesses supremos da região em que se projeta. Isso posto, bem compreensível se torna a razão e a causa do nosso aparecimento, e evidenciados os postulados normativos de nossa conduta, dos quais não nos afastaremos por nenhum preço (Ecos do Tocantins, 1951).

Desde o princípio Ecos sabia o que deveria narrar para cativar a mente daquele povo que vivia de descrença e carecia de afago. Trajano encontrou um terreno fértil de pessoas pobres e desacreditadas. Falar bonito e mostrar que existia uma luz no fim do túnel conquistou mentes e corações, levou aquelas pessoas carentes de conhecimento e notícias e relegados a própria sorte a despertar para um mundo além das jazidas dos garimpos. Os recursos existiam, porém não eram direcionados à população da região. O povo parecia que não sabia fazer ecoar a própria voz. Então o jornal nasceu e passou a narrar a existência daquela gente trabalhadora que tinha necessidades de melhorias e de desenvolvimento.

A Autonomia Silenciada

O jornalista Trajano Coelho Neto foi eleito prefeito de Pium em 3 de outubro de 1960, e tomou posse em 31 de janeiro de 1961. Em seu discurso proferiu as seguintes palavras:

A rotatividade do poder é um dos institutos mais belos e nobres da Democracia. – Esta rotatividade que hoje praticamos, o que daqui há cinco anos estaremos repetindo, com o propósito de respeitar a Lei, os direitos, de honrar o mandato que exercitamos e de demonstrar espírito público e patriotismo. [...] Respeito, Trabalho e Dinamismo, – constituem a trilogia que nos inspirará para preenchermos a lacuna do que não existe, para suprimos a falta do que não foi feito. Honestidade, Eficiência e Energia, constituem o remédio heróico que adotaremos para os males carências que atacaram rijamente o organismo deste Município. Seriedade, Compostura e Tolerância, constituirão os fatores de revigoração das possibilidades depauperadas desta comuna (Ecos do Tocantins, 1961).

Em sua fala, Trajano fazia referência às incoerências administrativas herdadas de administrações anteriores, apontando o desvio de recursos dos cofres públicos municipais “para fins ignorados”, a alienação de terras patrimoniais do município e mais:

Consignação de saldo que não foi entregue à nova administração; [...] pagamento que jamais foi realizado; gastos cuja inverossimilhança se ressalta à primeira vista e, pasmem os leitores, ‘invenção’ de um rio para que nele se pudesse ‘construir’ uma ponte de 25 metros de extensão (Ecos do Tocantins, 1961).

Tais acontecimentos levaram-no a recorrer ao Governo de Goiás, solicitando uma investigação detalhada da situação. Diante disto, foram enviados a Pium, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, o Delegado-corregedor João Barbosa das Neves, acompanhado Alarico Ramos, figura do alto escalão dessa secretaria, a fim de analisar o caso. Após averiguação das denúncias, foi aberto inquérito das ocorrências na prefeitura. A presença de autoridades do sul de Goiás, para investigar as denúncias alterou os ânimos de todos na pequena cidade, especialmente daqueles diretamente envolvidos.

Trajano deu início à sua administração mostrando que iria fazer justiça, em seu discurso de posse já havia alardeado que: “[...] a vida de homem público deve ser um espelho de limpidez absoluta. [...] Ser prefeito não constitui nenhuma finalidade, mas constitui o meio de se promover alguma coisa pelo bem da terra em que se vive” (Ecos do Tocantins, 1961). É possível observar que seu posicionamento deixava claro que considerava um retrocesso qualquer atitude que mostrasse conivência com o rombo que havia descoberto. Omitir tais fatos seria o mesmo que desistir do projeto que defendera por tantos anos como caminho para o progresso daquela região.

Cabe aqui reforçar o comentário de Chagas (2001, p. 9), de que: “política e jornalismo significam evoluções em torno do poder, na luta pela sua conquista”. Daí a necessidade de estabelecer a justiça, punindo culpados, qualquer que fosse o preço a ser pago.

Como resultado das investigações, alguns nomes importantes começavam a surgir, a exemplo dos prefeitos dos dois mandatos anteriores, que despontavam como principais suspeitos de envolvimento no desvio de recursos públicos.

O “poder que fascina jornalistas e políticos, [...] surgem os afluentes da fama e da riqueza, ou os charcos da vaidade, e da corrupção” (Chagas, 2001, p. 9). Tal premissa permite a dedução de prováveis causas que motivam os políticos a praticarem atos ilícitos em benefício próprio e sem o menor pudor, a exemplo do ocorrido em Pium. Escândalos dessa natureza, frequentemente, se mostram em todos os períodos da história levando à inferência de haver uma relação intrínseca entre o fascínio pelo poder e a corrupção.

No caso de Pium, as investigações de corrupção estavam indo longe demais, era necessário tomar uma atitude para mudar o rumo que as coisas tomavam. Assim, na esperança de cessar boatos e escândalos envolvendo seus nomes, os principais suspeitos planejaram um golpe definitivo.

Ao anoitecer do dia 13 de abril de 1961, Pium foi palco de um acontecimento, que comprometeu não só o projeto de desenvolvimento do município, mas o sonho de muitos que esperavam a projeção econômica e social, o progresso infraestrutural e educacional de um lugar que era conhecido como Garimpo de Piaus, então Norte de Goiás. A vida de um homem foi o valor pago por aquela gente que sonhava com a melhoria social. “A tragédia de Pium traz as dimensões dessa baderna humana que não surpreende, mas enche-nos de soberba tristeza, como a ampliar o nosso recuo social na estrada que ousamos cavalgar” (Milhomem, 1961).

O jornalista e prefeito daquela pequena cidade, Trajano Coelho Neto, foi a vítima do assassinato, pagando com a própria vida o preço de erguer a voz para denunciar suas descobertas e tomar atitudes concretas para que a Justiça agisse.

O fato tanto mais revoltante se torna quando é sabido ter sido motivado única e exclusivamente como meio de fuga daqueles que estavam sendo pela vítima apontados á (sic) justiça comum como peculatórios, quando de suas gestões à testa desta prefeitura (Ecos do Tocantins, 1961).

Era costume de Trajano caminhar solitário pela cidade, todas as noites, percorrendo as ruas do lugar que lutava para ver desenvolvido. Não fazia questão de acompanhantes. De acordo com moradores de Pium, era habitual que ele passasse cumprimentando todos que encontrava no caminho. Um dos últimos a ser cumprimentado pelo prefeito foi José Pinto, a quem ele, brincando, costumava chamar de Zé Galo. Em sua derradeira caminhada, coincidentemente, a última rua que ele percorreu foi a que passava em frente à sede do jornal Ecos do Tocantins. Logo depois, caminhando pela avenida principal da cidade, há poucos metros das instalações de seu jornal, tombava, rajado de bala, o prefeito Trajano Coelho Neto.

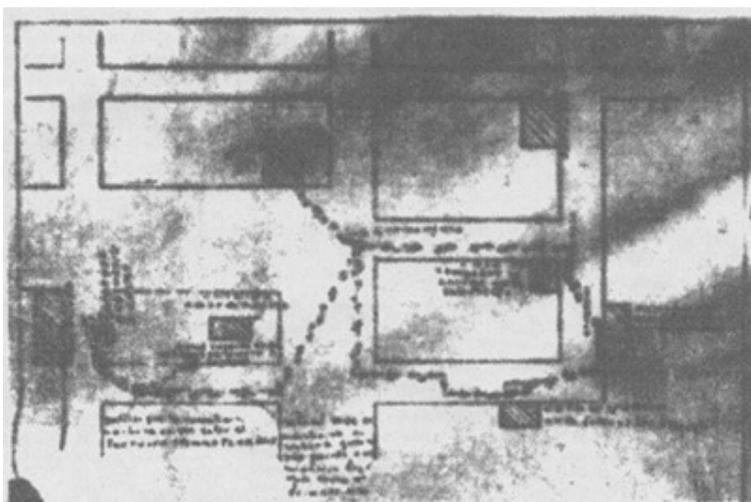
Correram em direção vários amigos seus como também sua esposa e filho e que tristeza (sic) que angústia ao encontrarem-no junto a uma poça de sangue, seu corpo já sem vida caído sobre esta terra que ele tanto amava. [...] Ao amanhecer dia 14, a aurora e os raios de sol espalhavam a infausta notícia de Trajano Coelho Neto havia sido covardemente assassinado (Braga, 1961).

Com a manchete “*Maranhense barbaramente assassinado no interior de Goiás*”, o jornal pertencente aos Diários Associados, O Imparcial, do Maranhão, noticiou a morte do jornalista e homem público. “O Jornalista

Trajano Coelho Neto, que era prefeito daquela cidade, foi ali covardemente assassinado, de emboscada, presumindo-se que o crime se relacione com questões políticas” (Ecos do Tocantins, 1961).

O jornal de maior destaque em Goiás, O Popular (1961), destacou: “Assassinado Prefeito de Pium”, dando sequência à notícia por vários dias, com mapas ilustrativos do local e explicações técnicas descritas junto ao desenho elaborado pela perícia para relatar como se deu o assassinato.

Figura 34 - Mapa da perícia sobre o assassinato de Trajano.



Fonte: Jornal O Popular ano 1961.

A moradora de Cristalândia, Edmar Queiroz, recorda os dias que seguiram à morte do prefeito:

Na semana que ele morreu veio peritos de Goiânia (sic). Ele disse que provavelmente a pessoa que matou ele, passou por ele, deve ter falado com ele. Ele disse que provavelmente, porque foi muito perto e ele acha que ele não ia deixar uma pessoa vir tão próximo dele, sem ele olhar ou sem ele reagir. Então a opinião dele foi essa (Queiroz, 2002).

Segundo relatos, as ameaças de morte a Trajano Coelho Neto tiveram início ainda no período de campanha eleitoral: “Meus amigos! fui informado nesse instante que vão me matar” (Damasceno, 2001), lembrou Lourival Damasceno em entrevista. Segundo ele, esse incidente aconteceu no dia das eleições, no local da apuração dos votos. Mas, Trajano era um homem

destemido, e não deu atenção à notícia, não acreditava que poderiam fazer isso com ele. “Amigos do extinto chegaram a avisar-lhe por várias vezes que, tivesse cuidado com a sua vida ele tinha sempre uma resposta para os amigos é que não acreditava que seus adversários fossem capazes de praticar o que realmente praticaram” (Ecos do Tocantins, 1961).

O descrédito em relação ao progresso de Pium, bem como daquela região garimpeira, foi impactante com a morte de Trajano Coelho Neto. Vários moradores chegaram a ir embora do lugar. “Teve uma senhora lá do Pium que disse: ó vou-me embora desse lugar. Eu não moro num lugar onde se mata um homem como seu Trajano” (Coelho, 2002).

Aqueles que permaneceram na cidade lamentaram a morte do jornalista e agente político local, atribuindo a inércia da região ao assassinato conforme relatou Ana Viana, ex-funcionária do jornal Ecos do Tocantins.

Até hoje eu tenho paixão porque parece que aqui ia ter futuro com ele como prefeito. A gente tinha aquela fé assim que ia melhorar, e fez foi acabar, porque foi a época que surgiu Paraíso, quando mataram ele aí o pessoal mudou quase tudo pra lá, ficou pouca gente aqui (Viana, 2002).

O abalo com a morte de Trajano também afetou o jornal Ecos do Tocantins, afinal o jornalista não era apenas um empresário da comunicação, mas baluarte da ideia e propulsor da criação do jornal que, a partir de então, teve seus dias contados. José de Moraes, vice-prefeito de Trajano assumiu, além da prefeitura, a direção de Ecos do Tocantins, rodando mais nove edições com a ajuda de Luiz Moura, o gerente responsável pelo jornal em seus últimos anos.

Completar 10 anos de existência só foi possível ao Ecos do Tocantins, graças à atuação excepcional de José de Moraes que se lançou no propósito de fazer acontecer o jornal por mais esse período, responsabilizando-se pela redação das próximas nove edições, que permitiriam encerrar um ciclo completo, promovendo de fato os 10 anos de existência do jornal, com 600 números, veiculando sua última edição exatamente no dia de seu 10º aniversário, a 22 de julho de 1961, numa correspondência exata à sua data de sua criação a 22 de julho de 1951.

Ecos do Tocantins, acima de tudo, foi um empreendimento jornalístico que revelou ao Brasil a história de vida de um povo desconhecido, marginalizado, invisível à nação como tantas regiões garimpeiras da década de 50. Mas Trajano e seu jornal romperam com esse paradigma do

esquecimento interiorano repercutindo mundo afora a realidade de Pium, da região garimpeira e do Tocantins.

Hoje queremos registrar um fato deveras alentador [...] chegavam às nossas mãos duas cartas, de procedências diferentes. [...] uma delas vinha do interior do município. [...] A outra veio de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América do Norte, e resume a admiração do missivista pelo nosso pioneirismo, pela nossa coragem cívica, em prosseguindo (sic) na trilha que há cinco longos anos, perlustrar, sem interrupções e sem e sem tibiezas... Isso representa bôa parte das compensações que os homens da imprensa indígena podem esperar. O mais... a história é que dirá! (Ecos do Tocantins, 1956).

Todavia, “em jornalismo, não existe a permanência, mas a persistência” (Dines, 1986, p. 75). Essa sentença, Trajano Coelho Neto provou a si mesmo, à sua família, ao povo esquecido da região garimpeira e ao Brasil, ao conseguir fundar e ter sucesso com um jornal situado nos recônditos do país, em um vilarejo localizado ao norte de Goiás.

A trajetória do Jornal *Ecos do Tocantins* reflete, do início ao fim, o perfil de seu fundador, como sendo uma extensão do próprio.

UM OLHAR ESTRUTURAL SOBRE A NARRATIVIDADE DE ECOS

Um Eco Ressoando pelo Brasil

Pode-se dizer que *Ecos do Tocantins* nasceu audacioso. Iniciou com uma tiragem de mil exemplares, passando a 3.500 no final do primeiro ano. Começou em casa, com uma produção familiar e, em quatro anos, já era jornalismo empresarial funcionando em espaço adequado e com equipe de profissionais gráficos e assistentes contratados, mudança que proporcionou uma alteração visível em sua paginação gráfica editorial a partir de 1955, distinguindo claramente sua primeira fase familiar da segunda, empresarial.

Na primeira fase, o jornal tinha a mancha gráfica de 240 mm de largura por 360 de altura (24 x 36 cm). Através do cálculo da área é possível chegar a um resultado de 864 cm², ocupando duas colunas de 12 centímetros de largura. Uma hipótese para explicar essa formatação diz respeito à facilidade na montagem da página visto que, nesse período, o jornal era todo produzido pela família, que não era profissional da área ou mesmo desconhecia as técnicas de formatação e composição da época. É importante lembrar que cada matéria era composta separadamente, no componedor, e só depois encaixada na página com a junção numa chapa, matéria por matéria.

Em sua segunda fase, o jornal apresenta mudanças significativas. A mancha gráfica inicial foi ampliada em um centímetro na largura, passando a ocupar 25 centímetros, o que possibilitou maior espaçamento entre colunas, melhorando o aspecto visual do jornal.

A fim de medir as modificações ocorridas, foram escolhidos jornais que circularam no primeiro, no sexto e no décimo ano, 1951, 1956 e 1961, respectivamente, para proceder a análise da morfologia e das mensagens do *Ecos*. Foram escolhidos três exemplares de cada ano selecionado para análise, sendo o primeiro, o último e um número intermediário. No primeiro

ano do jornal, foram veiculadas 23 edições, em 1956, publicaram-se 52 edições e, em 1961, circularam 24 edições.

Quanto à vinculação geográfica, pode-se observar que o conteúdo sofre algumas modificações quanto à sua abordagem global, nacional e regional nos três aspectos analisados. Verificou-se, por exemplo, um crescimento significativo das informações de âmbito mundial, bem como a ampliação do espaço destinado aos acontecimentos nacionais nas páginas do jornal. Enquanto isso, os fatos regionais foram perdendo espaço, dada a abordagem mais generalizada. Verificou-se que o percentual de matérias regionais caiu de 87,83% no primeiro ano, para 67,80% no ano intermediário de 1956 e 66,25% no último ano do jornal conforme indicações da tabela 03.

Tabela 3 - Vinculação Geográfica.

Vinculação Geográfica	1.951 cm²	%	1956 cm²	%	1961 cm²	%
Global	372,00	2,69%	462,50	4,28%	1.497,50	13,87%
Nacional	1.311,00	9,48%	3.015,00	27,92%	2.147,00	19,88%
Regional	12.141,00	87,83%	7.322,50	67,80%	7.155,50	66,25%
Soma	13.824,00	100%	10.800,00	100%	10.800,00	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Observou-se, ainda, na análise sobre as categorias comunicacionais, que a categoria jornalismo é a mais presente, com 71,53% no primeiro ano, 61% no ano intermediário e 78,44% no final. Em segundo, aparece a categoria propaganda com 28,47% no ano de 1951, 37,99% no ano de 1956 e 10,91% em 1961. As categorias lazer e instrução só aparecem com pequeno espaço no ano intermediário, durante a consolidação do jornal, preenchendo 0,60% relativos à categoria instrução e 0,42% lazer, tal espaço foi ampliado no último ano chegando a 5,21% para instrução e 5,44% para lazer. Já a categoria propaganda, ao lado da categoria jornalismo, é responsável por boa parte dos espaços à medida que o jornal modifica sua estrutura familiar para empresarial. Como mostra a tabela 04.

Tabela 4 - Categorias Comunicacionais.

Categorias	1.951 cm²	%	1956 cm²	%	1961 cm²	%
Instrução	-	-	65,00	0,60%	562,5	5,21%
Jornalismo	9.888,00	71,53%	6.587,50	61,00%	8.472,00	78,44%
Lazer	-	-	45,00	0,42%	587,50	5,44%
Propaganda	3.936,00	28,47%	4.102,50	37,99%	1.178,00	10,91%
Soma	13.824,00	100%	10.800,00	100%	10.800,00	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

O crescimento do espaço para propaganda, de 28,47% no primeiro ano para 37,99% no ano intermediário, quando estava sob a gerência de Ateneu Rego Santos, indica a busca do veículo por auto sustentação através da venda de publicidade, nos moldes das empresas jornalísticas. Entretanto, no último ano esse espaço é reduzido, caindo para 10,91%.

Dentro da principal categoria, o jornalismo, ainda é possível subdividir as publicações por gêneros, formatos e temáticas encontradas nos exemplares analisados. Considerando esse ponto, é possível notar que, no decorrer dos anos, o jornalismo opinativo foi perdendo espaço para o gênero informativo, que ocupou 45,43% do espaço em 1951, 62,21% em 1956 e 77,46% em 1961. A tabela 05 demonstra esse aspecto da evolução do jornal em seus dez anos de existência:

Tabela 5 - Gêneros do Jornalismo.

Gêneros do Jornalismo	1.951 cm²	%	1956 cm²	%	1961 cm²	%
Informativo	4.492,50	45,43%	4.098,00	62,21%	6.562,00	77,46%
Opinativo	5.395,50	54,57%	2.489,50	37,79%	1.910,00	22,54%
Soma	9.888,00	100%	6.587,50	100%	8.472,00	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os textos relacionados à categoria Jornalismo Informativo foram identificados segundo a estrutura de apresentação designada por Marques de Melo (2010), como Reportagem, Notícia, Nota, Perfil e Serviço. Os exemplares avaliados mostram que, no primeiro ano, Nota e Serviço são os formatos que mais ocuparam espaço nas páginas do Ecos do Tocantins. Já no ano intermediário e no último ano houve um crescimento do formato

Notícia conforme especificado na tabela 06.

Tabela 6 - Formatos Jornalismo Informativo.

Formatos	1951 cm²	%	1956 cm²	%	1961 cm²	%
Nota	1.032,00	22,97%	1.555,50	37,96%	1.410,00	21,49%
Notícia	846,00	18,83%	1.425,00	34,77%	2.899,50	44,19%
Perfil		0,00%	97,50	2,38%	190,00	2,90%
Reportagem		0,00%	37,50	0,92%	37,50	0,57%
Serviço	2.614,50	58,20%	982,50	23,98%	2.025,00	30,86%
Soma	4.492,50	100%	4.098,00	100%	6.562,00	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação ao Jornalismo Informativo, formato Nota, verificou-se que a temática mais presente foi sociedade com 62,79%, em 1951; 28,80%, em 1956, e 40,78% em 1961. Já a temática que mais ocupou espaço no formato Notícia foi a Política. Em 1951, esse tema esteve presente em 34,75% dos textos. Em 1956, esse percentual subiu para 70,88% e voltou ao patamar de 43,54% em 1961.

No formato Serviços, a temática Mídia ocupou o maior espaço em todos os anos analisados: 69,94%, em 1951; 74,81%, em 1956 e 62,09%, em 1961¹⁴. Tais dados demonstram o crescimento dos temas políticos em função do envolvimento do jornal com o movimento de autonomia do Estado, que irrompeu em Porto Nacional em 1956, e do qual Ecos participou ativamente na divulgação das ações dos atores desses movimentos.

Em relação ao gênero Opinativo, os formatos predominantes foram Artigos, Coluna e Comentário. Em 1951, os artigos ocuparam 34,75% e as Colunas 24,24%. Em 1956, os espaços se invertem com Colunas ocupando 44,79% e Artigos 30,33%. Já no último ano, Comentários (29,45%) e Carta (28,80%) se aproximam bastante e até ultrapassam os Artigos (28,80) conforme tabela 07.

Tabela 7 - Formatos do Jornalismo Opinativo.

Formatos	1951 cm²	%	1956 cm²	%	1961 cm²	%
Artigo	1.875,00	34,75%	755,00	30,33%	535,00	28,01%
Carta	552,00	10,23%	155,00	6,23%	550,00	28,80%

¹⁴ Confirma os dados do ANEXO 1 – Temáticas do Jornalismo Informativo por Formato.

Formatos	1951 cm²	%	1956 cm²	%	1961 cm²	%
Coluna	1.308,00	24,24%	1.115,00	44,79%	262,50	13,74%
Comentário	828,00	15,35%	274,50	11,03%	562,50	29,45%
Crônica		0,00%	190,00	7,63%	-	-
Editorial	832,50	15,43%	-	-	-	-
Soma	5.395,50	100%	2.489,50	100%	1.910,00	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

No gênero Opinativo, o tema Política predominou nos Artigos que apresentaram espaço de 56,60%, em 1951; 38,74%, em 1956 e 77,57%, em 1961. O formato comentário apresentou a mesma predominância, com Política ocupando 69,20% do espaço em 1951 e 68,12% em 1956, perdendo espaço no último ano para o tema Educação que prevalece com 60,85%¹⁵.

A decomposição qualitativa da superfície impressa e a utilização dos itens de análise e categorias comunicacionais, permitiu observar que o jornal Ecos do Tocantins demonstrou estar integrado ao desenvolvimento regional, cumprindo seu papel enquanto veículo de comunicação e enquanto jornal impresso, mesmo nas condições precárias em que era produzido.

Narrativas Exitosas de 1953

A teoria da análise da narrativa, quer literária, quer jornalística, constitui-se de ferramenta que possibilita a observação da sequência de notícias que compõe uma cobertura jornalística seja ao longo de dias, de meses ou anos. Segundo Motta (2013), seu emprego permite chegar à conformação de um enredo que forma, então, uma história completa.

É o que se propõe neste trecho do trabalho ao remontar sequências de notícias sobre a região que viria se transformar no Estado do Tocantins em dois momentos do Ecos do Tocantins. Busca-se recompor a história integral e plena de sentido do movimento separatista retratado pelo jornal em aspectos simbólicos visualizados nos 10 textos selecionados.

Na primeira parte, o trabalho permite afirmar que as notícias e artigos produzidos e veiculados pelo Ecos do Tocantins trouxeram mais do que informação sobre a região, mas, principalmente, atualizaram a realidade social do norte de Goiás, uma cobertura, como demonstrada, que remota aos

¹⁵ Confira esses dados no Anexo 2 – *Temáticas do Jornalismo Opinativo por Formato*.

primeiros jornais regionais, todos criados e mantidos no município sede de Porto Nacional.

Este relato da história, aqui recomposta, é feito a partir de algumas das categorias narrativas que revelam a lógica das ações, os personagens principais e suas relações com os fatos noticiados, em qual enredo se integram e quais tramas o permeiam. Para isto, cada texto selecionado tem suas características de narrativas descritas em quadro e analisadas em seguida.

Quadro 2 - Cenário sanitário.

Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 01 25/01/1953	Título	Médicos para o Norte
	Autor	Eloy de Faria Melo
	Personagens	José Peixoto da Silveira; Serviço Itinerante de Saúde;
	Palavras-Chave	Medicina; médicos; Norte de Goiás
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Comparação; antítese; metáfora
	Sentimentos	Empatia com a situação de escassez; Preconceito
	Enredo	Escassez de profissionais e serviços médicos no norte goiano
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Saúde
	Valor	Interiorização
	Elementos de luta	Publicização dos potenciais da região nos jornais de todo o estado

Fonte: Produção Própria.

Este primeiro texto já deixa evidente no título que a narrativa não trata diretamente do separatismo da região. Amolda-se ao conteúdo jornalístico presente desde os jornais mais antigos de Porto Nacional, sede municipal do distrito onde era produzido, em que, principalmente, os goianos do Norte publicavam relatos sobre a situação local.

Essa é uma das constatações feitas pela pesquisadora Maria de Fátima Oliveira (1997) ao investigar a história de Porto Nacional em jornais locais de alcance regional. Trata-se da própria visão que os nortistas expunham sobre si e sobre a região, com queixas e clamores diante da situação de abandono,

outras vezes de pedidos de justiça aos chefes políticos, e, não raro, crítica e ironia para demonstrarem a discriminação que sobre eles recaíam pelos goianos do Sul.

Produzido por colaborador externo ao jornal, Eloy de Faria Melo, um coletor da Fazenda concursado por Goiás¹⁶, o texto recorre a comparações entre o sul e o norte de Goiás para sustentar a tese do autor de que é preciso interiorizar os médicos, como forma de superação de um dos males da região: os péssimos serviços de saúde.

Se no Sul havia opções de sobra de profissionais e estabelecimentos hospitalares, o norte ainda dependia de políticas públicas de assistências escassas e itinerantes que não solucionavam a falta de médicos para consultas e cirurgias.

Dois personagens se destacam na narrativa. O secretário estadual da saúde, José Peixoto da Silveira, e o Serviço Itinerante de Saúde, uma das políticas públicas criadas pelo político mineiro de Cristais (MG), onde nasceu dia 6 de maio de 1913, e médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, em 1938.

Após o exercício da medicina em Jaraguá (GO), para onde se mudou após a formação em medicina, Peixoto Silveira se tornou fazendeiro e prefeito (1946) da cidade e deputado estadual constituinte (1947), depois exerceu o cargo de secretário de Saúde e Assistência de Goiás por duas vezes, 1951 a 1955 e entre 1959 e 1960, na gestão do governador José Feliciano Ferreira (1959-1961).

Uma de suas principais medidas para a saúde do norte de Goiás era o Serviço Itinerante de Saúde, que o texto critica na medida em que levava médicos de forma esporádica, sem resolver a carência de profissionais e demais serviços de saúde agregados ao da medicina.

O enredo que domina o artigo, destacado nas palavras-chave detectadas na narrativa analisada – medicina e médicos no Norte de Goiás-, permeia a imprensa regional desde seu nascimento.

A exemplo dos anos 1900, quando a *Folha do Norte*, primeiro jornal de Porto Nacional completava três anos de existência, em 1901, e o médico de Francisco Ayres da Silva estreava no veículo a coluna “Miscelânea”, em que se debruça sobre a saúde regional. Seu primeiro artigo é da edição de 16 de dezembro de 1901. Quatro anos depois, em 22 de setembro de 1905, lançaria o próprio periódico, o *Norte de Goyaz*, jornal que trazia como título a

¹⁶ Informação publicada no Diário Oficial da União (DOU). Seção 1. 24 de outubro de 1955. Página 57.

identificação geográfica e ideológica com a região em que se inseria.

Em relação ao Plano de História, são usados no texto metáforas como “da água para o vinho” para indicar a distância entre as condições do norte em relação ao sul e que aparecem argumentar sobre a falta de profissionais na região, que se dava também por preconceito e ignorância do sul em virtude às reais condições do outro extremo do estado. O texto cita ainda a existência de voos comerciais regulares para ilustrar a potencialidade do norte esquecido.

A narrativa também adota uma estratégia bastante comum em textos produzidos ao longo do tempo nos periódicos nortistas, de comparação entre as duas principais regiões do estado. Em geral, os moradores do sul viam os do Norte como atrasado e inóspito, como o autor resume neste trecho:

De há muito se criou o tabu de que o Setentrião Goiano é, apenas o paraíso de índios selvagens e de perigosas onças. O desconforto por essas bandas o mais completo. Seu povo desprovido dos mais comezinhos princípios de educação social. Garantias pessoais inexistentes. Enfim, uma civilização nula. É no que acredita muita gente boa, inclusive goianos natos (Ecos do Tocantins, 1953).

Percebe-se, ainda no Plano da Estória, que o autor demonstra empatia com a situação de escassez de medicina, seja por profissionais ou por serviços na região norte. O autor narra um episódio pessoal em que sugere a um recém-formado em medicina, seu interlocutor, que se mude para a região extrema, mas é refutado com espanto e preconceito “- Você está louco? - Retrucou ele. - Onde já se viu clinicar índios e onças?...” (Ecos do Tocantins, 1953).

No Plano da Metanarrativa, identificam-se o valor, a temática e os elementos de luta. No caso específico do Texto 01, de 1953, a temática encontrada é a Saúde. A narrativa trata de tentativa de melhoria do segmento, por parte do secretário da pasta, em implantar um projeto itinerante de saúde a fim de alcançar e solucionar os problemas da população. Para tanto, usa o exemplo do que ocorre no sul goiano e como a estrutura tem funcionado. Isto fica evidente no seguinte trecho:

Aqui no Sul, desfrutamos do benefício de ótimas instituições hospitalares em quase todas as cidades. As localidades de menor densidade demográfica contam com seu médico e bem estocadas farmácias. Mesmo as vilas e povoados, em sua maioria, possuem o seu esculápio (Ecos do Tocantins, 1953).

Sobre o item valor foi possível perceber que o texto traz a questão da interiorização para a discussão. Vale destacar que o jornal era sediado em uma vila garimpeira no norte de Goiás e apresentava ter menos recursos que cidades autônomas. Ressalta-se que a emancipação aconteceu apenas em 23 de junho de 1953, cinco meses após a publicação do texto. Isso indica a preocupação do jornal em fomentar o debate sobre a necessidade da autonomia da região.

A antítese entre o cenário escasso do Norte em oposição ao rico do sul é um enredo persistente nas narrativas jornalísticas, tanto pela redundância quanto pela repetição de conteúdos ao longo dos anos. Daí a conclusão do autor de que isto talvez não deveria ser a solução, pois percebe-se uma valoração negativa desta prática, mas, sim o investimento em produção de conteúdo positivo.

Portanto, o encadeamento das ideias presentes na narrativa culmina com a sugestão de que faltava a propaganda sobre as potencialidades econômicas do lugar, sobretudo em relação ao garimpo, como forma de minimizar o preconceito e divulgar as riquezas locais.

Figura 35 - Texto do Jornal Ecos do Tocantins Edição nº 70.



Fonte: Ecos do Tocantins Ano 1953.

Quadro 3 - Prioridade aos nortistas.

Data	PLANO DE EXPANSÃO	
TEXTO 02 1º/02/1953	Título	Primeiro o Norte
	Autor	Durval Godinho
	Personagens	Associação Norte Goiana; Leopoldo Freire;
	Palavras-Chave	Associação Norte Goiana; asso- ciação civil; movimento político
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Comparação; antítese;
	Sentimentos	Apelo
	Enredo	Criação de associação supraparti- dária em defesa do norte goiano
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Valorização regional
	Valor	União
	Elementos de luta	Associativismo político e articula- ção partidária

Fonte: Produção Própria.

No ano de 1953, portanto, três anos antes do movimento separatista de 1956, o jornal Ecos do Tocantins abriu suas páginas para editoriais, artigos e matérias de cunho informativo sobre a movimentação para a criação de novos municípios.

Pium pertencia a Porto Nacional e a sede do município abrigava, desde 1891, jornais e periódicos que se sucediam no tempo e que abriam as páginas para publicações gerais de relatos sobre a situação de negligência da administração pública com sede no sul do Estado em relação ao norte.

O primeiro texto de Ecos do Tocantins nesse sentido aparece na edição de 1º de fevereiro daquele ano, assinado por Durval da Cunha Godinho, (1919-1997), professor e pesquisador que escreveu o livro A História de Porto Nacional, publicado em 1988.

O texto *“Primeiro o Norte”* compara a situação dos grandes centros com o norte goiano por meio de elementos de antítese para sustentar que a causa do abandono da região por parte dos políticos era pela falta de unidade e dos habitantes. O texto defende que a região perdia tempo em divergências, fracionando lideranças e forças e se mobilizando pela união

e esforço coletivo para mudar o cenário. Esse esforço era uma associação reunindo diversos municípios.

[...] a 'Associação Norte Goiana' corrente de força, sem tendência política partidária, cujo escopo é conclamar habitantes desta região e propiciar ao norte as possibilidades de integral aproveitamento eleitoral [...] entidade que visa congregar as figuras exponenciais do hinterland e batalhar pela satisfação dos nossos problemas [Primeiro o Norte] (Ecos do Tocantins, 1953).

O objetivo do artigo é fazer um apelo para a necessidade de união do norte e para impulsionar as articulações políticas em torno da associação de municípios do norte de Goiás. O texto prega a valorização regional e defende a organização política como forma de unir os habitantes do norte para a defesa de melhoria para a região.

No plano de estória, ao adotar a comparação e a antítese como elementos da linguagem, da narrativa se extrai o sentimento de apelo para a defesa da região norte goiana, por meio da valorização regional - a temática ressaltada na narrativa. O autor reforça como valor a união e destaca como elementos de luta o associativismo político, a articulação partidária em um enredo que ressalta a criação de uma associação suprapartidária para atuar em defesa do norte de Goiás.

O cenário regional sem estrutura rodoviária permeia o texto publicado na coluna "*Comentário Político*", um espaço editorial fixo e duradouro ao longo da existência jornal. Além desse elemento, no plano da expressão a narrativa destaca o governador de Goiás Pedro Ludovico Teixeira e o deputado Antônio José de Oliveira e tem como palavras-chave o município de Porto Nacional, o garimpo de cristal e a emancipação de municípios.

O objetivo do texto é defender um benefício de infraestrutura e criticar a morosidade na construção de uma estrada incluída no plano rodoviário três anos antes e jamais executada. O sentimento reivindicatório de melhoria para a região é demonstrado por adjetivação como "necessária" e "indispensável" e de "importância" a estrada ligando os então distritos de Pium e Chapada à sede do município.

A narrativa conduz o raciocínio do leitor do período de estagnação da administração até a conclusão de que os eleitores saberão julgar os políticos, que merecem descrédito ante a não efetivação da obra para deixar a reflexão sobre o papel da administração pública que inclui "contentar o povo, fazendo-lhe bem. Beneficiá-lo sem que se moleste".

Quadro 4 - Em defesa dos municípios.

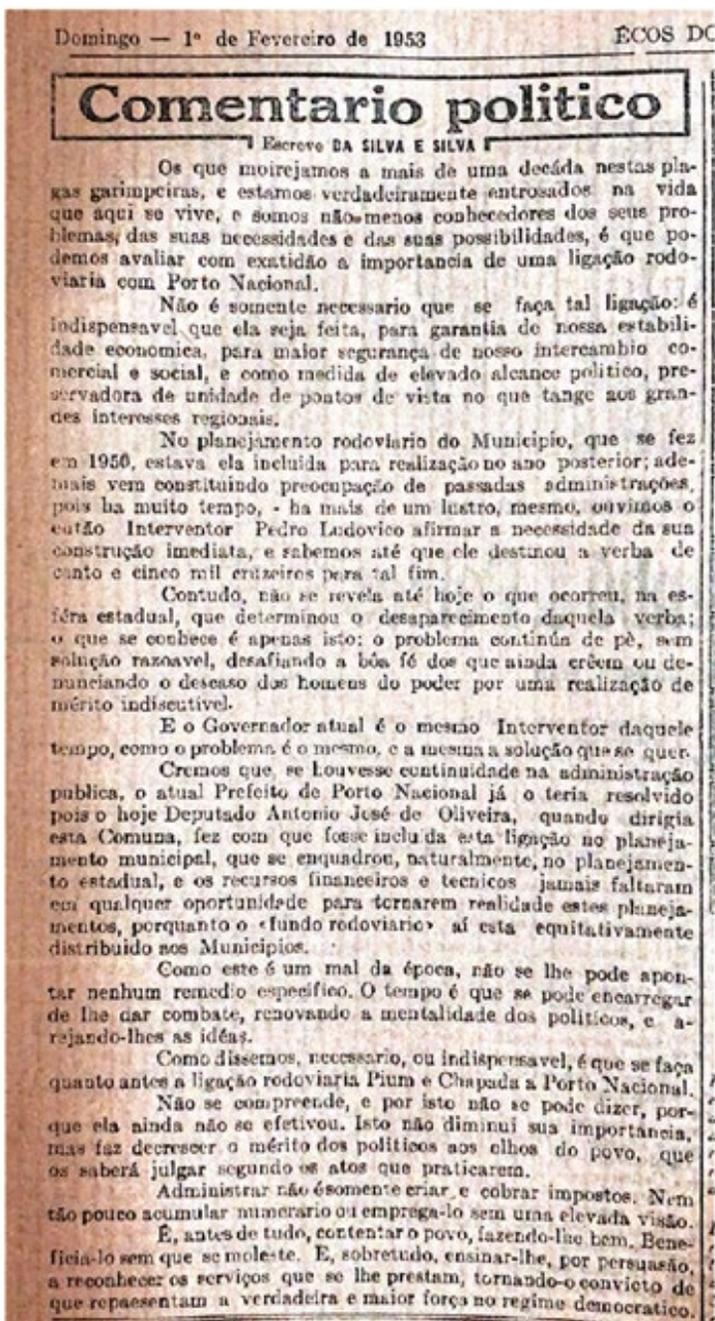
Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 03 1/02/1953	Título	Comentário Político
	Autor	Da Silva e Silva
	Personagens	Pedro Ludovico Teixeira; Deputado Antônio José de Oliveira;
	Palavras -Chave	Porto Nacional; garimpo; emancipação municipal
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Antítese
	Sentimentos	Reivindicação
	Enredo	Defesa de uma estrada intermunicipal
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Infraestrutura
	Valor	Mobilização
	Elementos de luta	Processos administrativos; cartas; imprensa

Fonte: Produção Própria.

No plano da estória, percebe-se a tentativa de sensibilização da audiência para despertar o sentimento reivindicatório de infraestrutura de transporte dos distritos garimpeiros, importante atividade econômica naquela década, para a sede, uma cidade de forte identidade cultural e social da região.

No plano da metanarrativa, o valor presente no texto é da mobilização de lideranças, e os elementos de luta são a arregimentação da população e da imprensa, para que processos administrativos, como as peças orçamentárias com recursos e planos para efetivação do modal de transporte rodoviário, deixassem de ser apenas papel e se concretizar em estradas.

Figura 36 - Reprodução de um "Comentário Político" publicado em Ecos do Tocantins Edição nº 70.



Fonte: Ecos do Tocantins.

Quadro 5 - Criação de municípios

Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 04 7/06/1953	Título	Não resta mais dúvida
	Autor	Ecos do Tocantins
	Personagens	Trajano Coelho Neto; Deputado Souza Porto; Deputado Antônio José de Oliveira;
	Palavras -Chave	Pium; Chapada; emancipação municipal
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Narração
	Sentimentos	Expectativa
	Enredo	Articulação para emancipação municipal de Pium e Cristalân- dia
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Municipalismo
	Valor	Mobilização
	Elementos de luta	Processos administrativos; cartas; imprensa

Fonte: Produção Própria.

O texto é uma narrativa que reproduz o teor da carta do diretor do jornal, Trajano Coelho Neto, ao relatar a situação da articulação política envolvendo dois deputados estaduais para a emancipação dos municípios de Pium, onde o jornal estava sediado, e de Cristalândia, município irmão.

Nota-se o empenho do diretor do jornal, Trajano Coelho Neto, em um trabalho que vai além de pautar e publicar matéria sobre a temática da emancipação. O texto mostra sua atuação prática, um ato político que sai da pauta da imprensa para a pauta legislativa, em articulação com outros personagens, como os deputados José de Souza Porto e Antônio José de Oliveira.

José de Sousa Porto era um odontólogo e funcionário Público natural de Posse (GO), onde nasceu em 11 de abril de 1905, e que chegou à presidência do Legislativo Goiano durante seus mandatos parlamentares (de 1947 a 1963). Afastou-se do mandato para exercer o cargo de secretário da

Agricultura, Indústria e Comércio, na administração de José Feliciano (1959-1961) e ficaria radicado em Pedro Afonso, na qual se tornaria prefeito de 1961 a 1965 e ali moraria até sua morte no dia 19 de abril de 1984, por acidente automobilístico.

O outro personagem é o monte alegreense Antônio José de Oliveira, ex-prefeito de Porto Nacional em duas ocasiões, primeiro nomeado (1944 a 1945) e eleito em 1947 para o cargo que renunciaria para assumir o mandato na Assembleia Legislativa goiana, onde seria reeleito para nova legislatura (1955-1959).

A defesa da criação dos municípios naquele momento, fazia parte da organização regional que antecederia o “movimento de 56”, derivado segundo Cavalcante (2003, p.63), da “Proclamação Autonomista” de 13 de maio de 1956, em Porto Nacional, como apogeu das distensões políticas regionais.

Este texto tem como elementos de linguagem a narração para criar o sentimento de expectativa sobre o enredo que inspira sua publicação: a articulação para emancipação municipal de Pium e Cristalândia. Já no plano da metarrativa, a temática é o municipalismo e carrega como valor a mobilização e propõe como elementos de luta os processos administrativos, as correspondências e a imprensa.

Naquele momento, o jornal reverberava a criação de municípios, uma etapa necessária para sedimentar a autonomia e a organização administrativa da região. O movimento pró-municípios antecedia a mobilização o pró-Tocantins. “Não resta mais nenhuma dúvida: os municípios virão!”

O quinto texto da série escolhida referente ao ano de 1953 mostra o crescimento do jornal e o leva a duplicar as edições publicadas na semana. Após dois anos de existência, o jornal também aumentou a tiragem de 3 para 3,5 mil e depois 4 mil exemplares em seu terceiro ano de publicação.

O texto destaca a sinceridade dos propósitos da redação, de defender e divulgar a região garimpeira que se transformaram em cidades legalmente criadas e revelava o escopo de continuar trabalhando “sempre para novas conquistas, maiores e mais valiosas.”

O plano de expressão da narrativa apresenta como autor o próprio editor do jornal e tem como palavras-chave a imprensa e o jornalismo e se propõe a revelar ao leitor uma situação interna do veículo.

Quadro 6 - Exercício do Jornalismo.

DATA	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 05 02/08/1953	Título	Editorial
	Autor	Ecos do Tocantins
	Personagens	Ecos do Tocantins
	Palavras-Chave	Imprensa; Jornalismo;
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Antítese; comparação
	Sentimentos	Efetividade
	Enredo	Alteração na periodicidade do jornal
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Imprensa
	Valor	Credibilidade
	Elementos de luta	Venda de jornal

Fonte: Produção Própria.

Porto Nacional detinha a tradição da imprensa escrita e, tradicionalmente, os jornais duravam pouco tempo de existência, à exceção do Norte de Goyaz, publicado de 1905 a 1985. Diante do histórico, o plano de estória da narrativa adota como elementos de linguagem a antítese e a comparação para despertar no leitor o sentimento de efetividade do veículo, sob o enredo da alteração na periodicidade do jornal, indicando crescimento, estabilidade, elevação.

No plano da metanarrativa, o jornal fortalece seu compromisso com a região ao destacar o crescimento da tiragem e reforçar sua periodicidade era uma forma de transmitir para sua audiência o valor da credibilidade e da durabilidade.

Do ponto de vista da narrativa, o jornal potencializa com este editorial o sentimento de sua efetividade enquanto veículo de publicação e duração perene, buscando reforçar o valor da credibilidade e, ao projetar prosperidade, entrelaçava seu próprio desenvolvimento ao da região que defendia, tendo como elemento de luta a venda, cada vez maior, de jornais.

Narrativas Emancipacionistas do Norte de Goiás em 1956

Quadro 7 - Repercussão do Movimento de 1956

Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 06 19/05/1956	Título	Pelo Estado do Tocantins
	Autor	Vários
	Personagens	Lísias Rodrigues; 212 personagens ¹⁷
	Palavras-Chave	Divisão territorial; criação do Tocantins; plebiscito
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Metáfora
	Sentimentos	Expectativa de organização social e certeza de sucesso do movimento separatista
	Enredo	Primeiras medidas do 'movimento de 56' para viabilizar a separação do norte goiano
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Política
	Valor	Sociedade organizada
	Elementos de luta	Representação popular e plebiscito

Fonte: Produção Própria.

Trata-se da reprodução, na íntegra, da “Carta de Porto Nacional”. O texto manifesto é assinado por um grupo de 212 pessoas que inclui políticos, profissionais liberais, fazendeiros, professoras, funcionários públicos, entre outras profissões anotadas ao lado do nome do signatário no rol que sucede o texto reproduzido.

O texto reproduz a “Proclamação Autonomista de Porto Nacional”, um documento lançado dias antes, em 13 de maio de 1956, na Câmara Municipal de Porto Nacional. Porém, difere-se do manifesto original do “Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins” (Cavalcante, 2003, p. 64) por conter um trecho com o intertítulo “Primeiros Passos”.

¹⁷ Confira lista no anexo com a transcrição dos textos analisados ao final do capítulo.

No plano da estória, os autores usam da metáfora da semente (movimento) lançada em terra fértil (norte de Goiás) em anos anteriores, para tentar sensibilizar a população de que aquele era o momento da planta se modificar e a mudança orgânica, seguindo a figura de linguagem era a criação do Estado.

Ainda no plano da estória, os autores demonstram, como sentimento, a expectativa de organização social da população nortista em forma de adesão ao separatismo. A narrativa expecta a certeza no sucesso do movimento separatista, nos trechos que acrescentam ao manifesto original uma ideia de representação popular para viabilizar a consulta pública sobre o tema.

No plano da metanarrativa, a temática é predominantemente política, reforça o valor da sociedade organizada e traz como elementos de luta a representação popular e a expressão popular por um plebiscito. A defesa e a descrição do plebiscito é a principal novidade desta narrativa publicada em *Ecos*, em relação ao texto original da “Carta de Porto” transcritas pela historiografia.

O texto sugere aos municípios interessados na criação do novo estado, o credenciamento de uma pessoa “apolítica” e “imparcial” e de “absoluta idoneidade” para que propusesse à Justiça Eleitoral o plebiscito pela emancipação do Estado. Com esta representação, os autores demonstravam certeza de que os poderes saberiam respeitar as aspirações do movimento e verificariam que não se tratava de “movimento de aventureiros”.

Para reforçar a credibilidade dos participantes as profissões de destaque para a época e para a região aparecem relacionadas ao lado do nome do signatário do texto no jornal. Destacam-se os 30 nomes identificados como comerciantes, 20 (vinte) funcionários públicos, 11 (onze) fazendeiros, 9 (nove) professores, além de mandatários, como prefeito municipal, vereadores, incluindo o presidente do Legislativo, e de posições sociais relevantes como juiz, promotor de justiça e padre.

Também se percebe a preocupação em destacar uma diversidade de ocupações dos participantes como boiadeiros, advogados, industriais, operários, construtor, estudantes, farmacêuticos, médicos, dentistas, pedreiro, ferreiro, gerente bancário e domésticas, entre outros.

Essa preocupação em qualificar os participantes do movimento separatista ressoaria ao longo daquele ano e surtiu efeito intencionado. É o que se depreende de outras publicações do jornal nesse sentido. Um dos mais extensos textos sobre a cisão regional na página de *Ecos do Tocantins*

em 1956 é a reprodução de um discurso do então deputado estadual pela então União Democrática Nacional (UDN) Francisco de Brito. O parlamentar se manifesta favorável à criação do Estado do Tocantins. Embora não esteja entre os textos selecionados para a presente análise, o discurso político está reproduzido na edição do dia 11 de agosto de 1956, e ocupa a maior extensão na capa e frações consideráveis em mais duas páginas internas.

Francisco de Brito era de Conceição do Norte, atual Conceição do Tocantins, município no sudeste do estado. Quando nasceu, em 6 de dezembro de 1904, o local era uma vila. Acabaria cedendo, em 1884, parte do território para a criação da cidade de “São José do Duro”, atual Dianópolis. A família do deputado se mudou da região após a batalha entre polícia e milícias que inspiraram o livro “O Tronco”, de Bernardo Élis. O coletor Sebastião de Brito Guimarães, que denunciou os coronéis da época, era tio de Brito - irmão do pai dele, Serafim de Brito Guimarães -, a família migrou para Buriti Alegre. Autodidata, Brito virou jornalista e escritor antes de eleger-se deputado estadual (1947 a 1959). Em seu famoso discurso, reconhecia que era apático ao movimento até decidir apoiar a separação e o seu discurso recebeu como manchete “Não é Obra de Aventureiros o Movimento Pela Emancipação do Norte Goiano.”

Além do deputado Brito, os deputados Paulo Magalhães, Antônio Carneiro Vaz e Almerinda Magalhães Arantes (Arena) também se posicionaram favoráveis ao novo Estado.

A deputada, que era professora, chegou a apresentar, no dia 9 de outubro de 1956, uma proposta de emenda ao Ato Constitucional Nº 01, para permitir a criação do Tocantins. A emenda dava ao artigo 181 da Constituição goiana uma redação que desmembrava a área de municípios acima do paralelo 13 e fixava o prazo de 120 dias para o governo realizar um plebiscito (Ecos do Tocantins, 1956). A iniciativa parlamentar também mereceu a publicação da propositura, na íntegra, distribuída em duas páginas do jornal, na edição 404, do dia 3 de novembro de 1956.

Portanto, esta narrativa tem como enredo as primeiras medidas do ‘movimento de 56’ para viabilizar a separação do norte goiano. É a primeira abertura de Ecos do Tocantins para reverberar os documentos originados da movimentação portuense.

Quadro 8 - Reverberação do Movimento de 56.

Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 07 21/07/1956	Título	Uma Ideia Grande Se Agiganta
	Autor	Pedro Souza
	Personagens	Sem personagens
	Palavras-Chave	Norte de Goiás; divisão territorial
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Comparação; antítese
	Sentimentos	Apelo
	Enredo	Reverberação do movimento separatista
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Política
	Valor	Mobilização
	Elementos de luta	Publicidade e propaganda do movimento

Fonte: Produção Própria.

Esta publicação não traz mais informações sobre o autor além da referência geográfica de tratar-se de um texto escrito a partir de São Paulo. Curiosamente, datado de 27 de julho de 1956, indicando tratar-se de um erro, pois está publicado na edição de 21 de julho de 1956. “Uma ideia grande se agiganta” é um dos primeiros textos originados fora do estado a reverberar o ideal separatista do movimento de Porto Nacional. A pesquisa não conseguiu identificar mais elementos sobre o autor do texto.

Assinado por Pedro Souza, nome que não está na relação dos signatários da Carta de Porto Nacional, não menciona nenhum outro personagem. Seu conteúdo estrutura-se na forma e teor dos que eram publicados em anos anteriores, abordando a situação de abandono, de “atrofiamento abismal” da região em comparação a outros estados e regiões do país.

O enredo destaca más condições de estradas, carestia do transporte aéreo, produção agrícola rudimentar, para comparar a situação da divisão territorial do Brasil com a estruturação em que os Estados Unidos se divide e subdivide para enaltecer o movimento de Porto Nacional, apontado, pelo autor, como a ideia grande que se agiganta, porque está “difundida por todo o território brasileiro”.

O autor defende o Estado do Tocantins como uma “necessidade imperiosa” para engrandecer o país e desafia todos os goianos a instigar os demais brasileiros pelo “progresso” e “civilização” que resultaria do novo estado. Há também o sentimento de repulsa aos políticos que podem atrapalhar o movimento separatista, aos quais o autor destina uma reprimenda. “E, aquêles que estão acostumados a viver a assegurar seus postos políticos à espensas dos votos dos leitôres do Norte, não devem pôr barreiras nem obstáculos porque é chegada a hora de seu apôio ao pôvo que tanto os apoiará”.¹⁸

O texto clama por difusão e convencimento popular para uma “vitória decisiva” do movimento separatista e brada pela união em uma luta “firme e forte” até a criação do Estado: “Basta de inércia! Basta de escravidão! Basta de covardia!”

No plano de estória, a narrativa usa a comparação e a antítese, comuns em textos daquele período, como demonstrado na presente pesquisa, para criar o sentimento apelativo sobre a necessidade de mobilização da população, para evitar que políticos evitassem a separação do estado. A exemplo desse trecho:

Por isso, os políticos não podem e não devem impedir a criação do ESTADO DO TOCANTINS porque êle é uma necessidade imperiosa para a grandêza do Brasil e, sim, concitar a tôdos os goianos, instigar a tôdos os brasileiros em pró do progresso e da civilização (Ecos do Tocantins, 1956, grifo meu).¹⁹

A mobilização como valor, e a publicidade e propaganda do movimento separatista como elementos de luta são defendidos ao longo da narrativa para convencer que o “homem pobre e humilde” do norte, uma região “cansada de sofrer opressões e humilhações das mais cruciantes” foi capaz de ter a ideia do desmembramento do sul e que havia chegado o momento de concretizar esta luta em um novo estado.

¹⁸ Trecho do artigo “Uma ideia grande se agiganta” publicado em Ecos no dia 21 de julho de 1956.

¹⁹ Trecho do artigo “Uma ideia grande se agiganta” publicado em Ecos no dia 21 de julho de 1956.

Quadro 9 - Palavra do líder.

Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 08 06/10/1956	Título	Urge estruturar o Estado do Tocantins
	Autor	Feliciano Machado Braga
	Personagens	Visconde de Taunay Teixeira de Freitas Lísias Rodrigues
	Palavras-Chave	Divisão territorial; regime federativo;
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Comparação
	Sentimentos	Convencimento
	Enredo	Subsídios e fundamentação jurídica para a defesa do movimento divisionista
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Direito
	Valor	Legalidade
	Elementos de luta	Aplicação da norma jurídica

Fonte: Produção Própria.

O oitavo texto selecionado para a análise da narrativa separatista de Goiás no jornal *Ecos do Tocantins* tem como autor aquele que é considerado o principal líder do movimento de 1956, o juiz Feliciano Machado Braga (1914 – 1972). Mineiro de Monte Alegre, era filho do Coronel José Caetano Machado e América Machado Braga e atuou como magistrado de Porto Nacional entre 1956 e 1961, após ter passado pelas comarcas de Posse, Paraúna e Nerópolis, como o próprio magistrado revelou na única entrevista conhecida dele para um jornal de alcance nacional, a *Folha de S. Paulo*²⁰.

Feliciano Machado Braga distribuía exemplares do jornal que ele editava em Porto Nacional, “*O Estado do Tocantins*”, em uma rua de Goiânia e chamou a atenção dos repórteres. Ele aceitou conceder a entrevista a Valentim Lorenzetti e Murilo Felisberto no hotel onde estava hospedado. A reportagem saiu no dia 9 de fevereiro de 1960 e traz detalhes da vida do magistrado.

²⁰ “Hobby” de juiz é dividir Estados; por isso seu filho chama-se Brasil Tocantinense. *Folha de S. Paulo*. N. 10.982. Ano XXXV. 2º Caderno. *Folha Ilustrada*. Capa. São Paulo, terça-feira, 9 de fevereiro de 1960.

Com o título “*Hobby*” de juiz é dividir Estados; por isso seu filho chama-se Brasil Tocantinense”, o texto revela que sua ideia de separação de estados era considerada “ideia de solteirão” porque ainda não havia se casado quando encabeçou o movimento de Porto Nacional. Ele se casaria com Hermione de Carvalho Machado, irmã da ex-primeira dama de Goiás, Alda de Carvalho Ferreira, viúva do ex-governador e ex-senador por Goiás, José Feliciano Ferreira.

A entrevista ao jornal paulista também revela que após sua atuação que incluía usar com papéis oficiais no Judiciário, timbrados como “Estado do Tocantins”, e o anúncio do registro de um filho como “Brasil Tocantinense Braga”, o Tribunal de Justiça de Goiás propunha sua transferência para Luziânia.

No ano da entrevista, o movimento de Porto Nacional completava quatro anos de existência e o juiz chegou a declarar acreditar que a separação do Estado do Tocantins levaria mais cinco anos para se concretizar, e só iria atuar por mais uma causa separatista: o Estado do Caiapó, no sudeste goiano.

Adepto da imprensa escrita, Feliciano Machado Braga usa nesta narrativa, como elemento de linguagem, a comparação, notadamente a confrontação normativa, como forma de difundir os fundamentos jurídicos para o movimento que encabeçava.

No plano da expressão, a fim de legitimar historicamente seus fundamentos de luta separatista, o juiz invoca personagens da história nacional que passariam ao futuro como defensores da separação goiana. Todos os citados seriam - e continuam sendo - apontados ao longo do tempo na literatura regional como autores de projetos separatistas envolvendo Goiás e Tocantins. Estão presentes na narrativa Visconde de Taunay (1843-1899), Teixeira Freitas (1890 - 1956) e Lisias Rodrigues (1896 – 1957).

O primeiro é Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1843-1899). Filho de família amiga e preceptora de D. Pedro II, tornou-se militar do império brasileiro e lutou na Guerra do Paraguai. A atuação o inspirou a escrever alguns dos livros de sua carreira de escritor a exemplo do “*Diário do Exército*” (1870), sobre a atuação brasileira na disputa com o país vizinho, e “*A Retirada da Laguna*” (1871), sobre a fuga do exército em um dos episódios famosos daquela guerra.

Em 1872, Taunay iniciou a atuação política com a nomeação para

deputado geral, da província de Goiás, na 15ª legislatura, pelo Partido Conservador. Reelegeu-se em 1875 e quatro anos depois apresentaria um projeto propondo a criação da Província do Tocantins. É a este projeto, cujo inteiro teor não localizamos, que o juiz separatista faz referência.

Outro personagem é Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890 - 1956), advogado e estatístico, baiano de São Francisco do Conde, que exerceu, entre outros cargos, o de diretor-geral de Informações, Estatísticas e Divulgação do então Ministério da Educação e Saúde Pública, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É também o idealizador e primeiro secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição na qual ocupou ainda o cargo de diretor responsável pela Revista Brasileira de Estatística. Nesta revista está publicado, em forma de artigo revisado, o discurso datado de 28 de outubro de 1932, referenciado por Feliciano, do qual não encontramos cópias.

Quanto ao artigo de Freitas, está publicado como o título “O reajustamento territorial do quadro político do Brasil”. Curiosamente, embora o discurso de Freitas seja referenciado como autor de uma proposta para a criação do Território do Tocantins, a leitura do texto original²¹ revela que na verdade, a sugestão de nova divisão territorial que criaria um território no norte de Goiás é de Segadas Viana (1906-1991). Segundo o texto, o ex-ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1951-1953) que também ocupou diversos cargos na carreira de servidor público, advogado, professor, jornalista e deputado federal (1946 – 1953), propunha a divisão do Brasil em 19 estados, dez Territórios e um Distrito Federal – o próprio Rio de Janeiro. Na proposta de Segadas Viana analisada por Freitas o “Território do Tocantins” seria a parte norte do Estado de Goiás e teria 300.000 km² e 80 mil habitantes.

O último dos personagens da narrativa é o major-brigadeiro-do-ar Lysias Augusto Rodrigues. Militar encarregado de uma expedição para mapear o país e subsidiar a criação do Correio Aéreo Nacional, na condição de fiscal do projeto, em nome dos ministérios da Guerra e também da Viação, acabou por escrever dois livros inspirados no que viu e viveu nesse período, um deles o “Roteiro do Tocantins”, de 1943. O brigadeiro acabaria inspirando a reterritorialização da região, com uma proposta também para a criação do Território do Tocantins, por meio de um anteprojeto constitucional, em 1944, um ano após o “Roteiro”.

21 Publicado na Revista Brasileira de Estatística, edição nº 29, janeiro-março de 1947, Ano VIII, das páginas 109 a 125. O artigo pode ser conferido no seguinte endereço na internet: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1947_v8_n29.pdf

Um olhar atento observará que nessa narrativa de Feliciano Machado Braga, como em todas as demais do período enquadrado nesta pesquisa, pós movimento de 56, ainda não ganhara projeção do movimento autonomista a figura do ouvidor português radicado no Brasil Joaquim Teotônio Segurado (1775 -1831), considerado um dos mais ilustres defensores da autonomia tocantinense. Esta figura histórica só ganharia relevância no resgate histórico do movimento separatista, ao longo dos séculos, em movimentos políticos e sociais futuros à década pesquisada.

A narrativa de Feliciano Machado Braga nutria-se do sentimento buscado pelo convencimento da legalidade da ação separatista e tinha como enredo um cenário em que poderia haver questionamento sobre o subsídio e a fundamentação jurídica para a defesa daquele movimento divisionista. Portanto, a temática no plano da metanarrativa era o direito, sua área de formação. Ele havia criado a Comissão de Estruturação Jurídica do Tocantins (CEJET).

Se em outros textos publicados no jornal havia a análise econômica, social, de infraestrutura e a político-administrativa, que justificasse a separação do norte goiano, na exegese presente neste texto, Feliciano Machado Braga analisa o emprego de dispositivos constitucionais com base para a revisão territorial, incluindo o caso do Tocantins. O líder separatista acrescentava a aplicação da norma jurídica como elemento de luta do movimento separatista.

Durante a existência do jornal, diversos outros textos do juiz seriam publicados até Feliciano ser transferido para Anápolis (GO), em maio de 1961. A mudança ocorreu um mês após a morte do editor do *Ecos*, Trajano Coelho Neto, no dia 13 de abril daquele ano. O juiz atuou naquela comarca até 1968 e morreu em maio de 1972, em Goiânia.

Escrito pelo médico e clínico geral Guilhebaldo Almeida de Menezes, o Texto nº 09 é uma peça que adota a publicidade das mazelas regionais como elemento de defesa da descentralização territorial e a criação do Tocantins.

O autor era um médico baiano radicado em Buriti Alegre, cidade no sul de Goiás. Também cirurgião, Menezes se mudara para o sul goiano após a formação na Faculdade de Medicina, em Salvador (BA), sua cidade natal e depois de ter atuado em relevantes hospitais de grandes centros urbanos, com o Santa Izabel, o Hospital Militar, a Maternidade Climerio de Oliveira, na Bahia, e no Hospital Miguel Couto e Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Quadro 10 - Apoio ao movimento.

Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 09 13/10/1956	Título	Criemos o Estado do Tocantins!
	Autor	Guilhebaldo A. de Menezes
	Personagens	Povo tocantinense
	Palavras-Chave	Descentralização territorial
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Comparação; antítese
	Sentimentos	Necessidade
	Enredo	Defende a descentralização territorial e melhor distribuição administrativa como ampliação de mercado e povoação
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Economia
	Valor	Prosperidade
	Elementos de luta	Publicidade

Fonte: Produção Própria.

No município goiano, clinicou, casou-se com Maria Thereza Machado de Menezes, irmã do juiz Feliciano Machado Braga, tornou-se pecuarista de gado de raça, atuou como professor e elegeu-se vereador nas eleições municipais de 1970. A cidade tinha um eleitorado de 6.653 eleitores aptos e 4.861 apareceram para votar. Guilhebaldo saiu das urnas como o vereador mais votado, com 602 votos, pela Arena. Em 2015, a lei goiana de nº 12.825, sancionada pelo governador Marconi Perillo, deu o nome do médico ao Centro de Saúde de Buriti Alegre em sua homenagem.

Quando escreveu o texto, era uma personalidade com publicações em jornais goianos e mineiros, como o Correio de Uberlândia, onde assinou uma coluna médica. No artigo publicado em *Ecós*, o médico usa a comparação de países, aplicando a antítese à área territorial e à divisão por estados existentes nos Estados Unidos e no Brasil para intensificar o contraste dos regimes federativos e da divisão político-territorial entre as nações.

Fixando-se na temática econômica, a narrativa busca despertar a necessidade da descentralização territorial e a melhor distribuição administrativa como valor de prosperidade, perceptível quando trata da

possibilidade de ampliação do mercado interno e povoação fixa no novo estado, cuja criação é vista pelo autor como “uma medida que os dias atuais exigem como uma região fecunda”.

No plano da metanarrativa, o autor demonstra transitar em assuntos como economia, a temática do exemplar analisado, e a comunicação, na medida que discute a prosperidade da região, como valor metanarrativo e publicidade como instrumento de luta de convencimento e conquista de adesões. Com esses matizes, o autor defende a descentralização territorial como medida de progresso e uma melhor distribuição administrativa como forma de ampliação do mercado interno e de povoação da parte mais despovoada do estado.

Quadro 11 - Formalização do novo estado.

Data	PLANO DE EXPRESSÃO	
TEXTO 08 06/10/1956	Título	O ESTADO DO TOCANTINS
	Autor	COMISSÃO DE PROPAGANDA
	Personagens	Visconde de Taunay Teixeira de Freitas Lisias Rodrigues Feliciano Machado Braga
	Palavras-Chave	Símbolos do Tocantins; Estruturação jurídica
	PLANO DE ESTÓRIA	
	Elementos de linguagem	Descrição; metáfora
	Sentimentos	Formalização; oficialização
	Enredo	Dotar de caráter oficial as características simbólicas, geográficas, naturais da região que seria emancipada
	PLANO DA METANARRATIVA	
	Temática	Identidade simbólica
	Valor	Institucionalização
	Elementos de luta	Criação de indicadores

Fonte: Produção Própria.

Assinado pela Comissão de Propaganda do movimento de 1956, o Texto 10 é a síntese dos indicadores demográficos, geográficos, estatísticos e simbólicos do Estado do Tocantins. Coroa os estudos identitários da comissão que buscava organizar o ente estatal a ser criado com o desmembramento do

norte de Goiás de uma forma didática e juridicamente aceitáveis.

No plano da expressão, a narrativa tem como signatária a Comissão de Propaganda do movimento, o que sugere, que, de fato, as discussões internas e na imprensa que defendia organização, associação e também uma frente de publicidade e difusão do movimento prevaleceu.

Ainda nesse plano, a narrativa reforça o vínculo histórico com personagens-chave do enredo separatista, como mencionados no tópico anterior - Visconde de Taunay, Teixeira de Freitas e Lísias Rodrigues - e Feliciano Machado Braga, alçado à condição de condutor do movimento.

No plano da estória, recorre à descrição e à metáfora para despertar o sentimento de formalidade, de oficialização, portanto de seriedade e solidificação da proposta de divisão territorial. O enredo é a dotação de caráter oficial e configurar com aparência de legalidade as características simbólicas, inclusive religiosas, geográficas e naturais da região que seria emancipada.

No plano da estória, o Texto 10 traz a metáfora do estado como uma sentinela acordada cumprindo sua obrigação perante a sociedade, na parte em que segue descrevendo o lema do estado.

Vê-se mais no centro dessa lista a palavra VÉLO, que simboliza a presença do Estado do Tocantins, olhando e cuidado diretamente dos interesses do povo, da região e os do Brasil, principalmente os da Bacia Amazônica, da qual o Estado caçula será um soldado sempre acordado (Ecos do Tocantins, 1956).²²

Como elementos de luta, a narrativa busca ainda a criação de indicadores oficiais, para fixar no imaginário local que há organização estruturadora jurídica do novo estado, como uma forma de revestir a nova unidade federativa de formalização, inclusive por trazer o resumo histórico da luta separatista, seus símbolos religiosos, como santo padroeiro, e oficiais, como a bandeira, assim descrita:

No dia 11 de junho foi criada a sua bandeira. Possui ela 23 listras verdes de brancas, com a mesma significação das côres da Bandeira Nacional. O seu número é 13, porque o manifesto pró-autonomia foi lançado no dia 13 de maio. Possui ainda uma lista vermelha no canto esquerdo para o direito, exprimindo o ardor, o calor e o entusiasmo da campanha (Ecos do Tocantins, 1956).²³

Por último, ainda no plano da metanarrativa, o que se denota é a identidade simbólica do movimento como temática e a institucionalização do

²² Excerto do texto *O Estado do Tocantins* publicado na edição de 22 de dezembro de 1956 de *Ecos*.

²³ Trecho do texto publicado na edição de 22 de dezembro de 1956, intitulado *O Estado do Tocantins*.

novo estado como valor impregnado nesta narrativa, como a dizer de forma sintética, de onde vinha, do que era composta e onde deveria chegar e, que chegaria de forma organizada, oficial, com a institucionalização até dos símbolos oficiais.

O corolário da narrativa é: a luta histórica por autonomia da região, que resgatamos dos que vieram antes de nós, começou no povo, ganhou adesões de políticos, de personalidades e está toda organizada nos aspectos da legalidade, para que deixe a transitoriedade política e se torne realidade estatal.

A sua excelência os fatos e suas leis escudeiras - a imprensa e a história - se encarregaram de registrar que a criação do Estado do Tocantins ocorreu após embates políticos por mais duas décadas e desaguaria na Assembleia Constituinte, quando o Congresso Nacional promulgou a sétima constituição brasileira.

A Constituição Cidadã consignou, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 13, que assim verbaliza: “É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989”.

Síntese da Narratividade

O conjunto dos dez textos analisados demonstram duas fases editoriais distintas do jornal que entrelaçam o jornalismo regional praticado por *Ecos do Tocantins* com os anseios políticos e sociais bem demarcados pela criação de mais municípios e de um novo Estado.

Na linhagem de jornais antecessores, todos de Porto Nacional, o *Ecos do Tocantins* abriu espaço para o cotidiano das cidades, da cultura, da economia e da sociedade, mas, principalmente, dedicou suas páginas às causas locais, especialmente a região garimpeira de cristal. Demandas por comunicação, estradas e a emancipação são assuntos que dominaram a narrativa do jornal no ano chave determinado, o de 1953.

O conjunto das narrativas deste ano aponta para a preocupação do jornal com a articulação política e partidária para promover uma mobilização popular que levasse à união regional e reivindicasse a atenção dos governantes, com o escopo de que esta congregação de esforços resultasse em melhorias gerais, notadamente de infraestrutura urbana e sanitária, para a região.

Neste conjunto há também uma sistemática de valorização da imprensa e do jornalismo que denotam o entendimento da equipe do jornal sobre a importância histórica da existência do periódico, o primeiro da zona garimpeira, em circulação por cerca de uma década, seguindo a tradição da sede do município, Porto Nacional, berço da imprensa do norte goiano.

Os planos metanarrativos ao longo do ano denotam que o jornal traz narrativas sobre saúde, valorização regional, problemas de infraestrutura e outras deficiências nos municípios, como um retrato da realidade interiorana, mas também com publicização dos potenciais da região.

Nota-se a busca por valorização regional, por união de forças políticas, econômicas e sociais para promover tanto o associativismo político quanto a articulação partidária para defesa de melhoria na infraestrutura, principalmente, mas também para engendrar processos administrativos e políticos que resultassem na emancipação das cidades e na evolução e crescimento da imprensa, defendida e praticada, ao longo das edições, como instrumento de democracia, de luta social, de crescimento econômico local e de defesa dos interesses regionais.

No conjunto seguinte de textos selecionados, no ano de 1956, a pauta emancipacionista de um novo estado a ser formado pela região norte de Goiás passa a ser uma constante na narrativa jornalística de *Ecos do Tocantins*. Nesse sentido, assemelha-se ao que a historiadora Maria do Espírito Santo atribui a jornais como *A Norma* e o *Estado do Tocantins*, ambos publicados a partir de Porto Nacional, nos quais o movimento de 1956 era reverberado.

Estes dois veículos, porém, se diferenciam de *Ecos* porque eram ligados aos idealizadores do movimento separatista, enquanto o jornal de Trajano Coelho era uma iniciativa empresarial independente.

A Norma fora fundada em 1953 por Oswaldo Ayres da Silva, que assinaria a carta manifesto de 1956. O Estado do Tocantins tinha como responsáveis o coletor federal Fabrício César Freire e seu fundador o tipógrafo e jornalista João Matos Quinaud. O jornal por eles mantido é considerado o porta-voz da luta separatista.²⁴

Ao longo dos anos, o jornal primeiramente abriu as páginas para a carta manifesto, expôs ideias de líderes políticos, de apoiadores da causa separatista e do próprio comitê oficial responsável pelo trabalho de articulação. Além disso, o jornal veiculava anúncios, pequenas peças publicitárias assinadas ou não pelo “Comitê Pró Estado Tocantins”. A exemplo

²⁴ Aparece assim citado, entre outras referências, na reportagem “Hobby” de juiz é dividir Estados; por isso seu filho chama-se Brasil Tocantinense”, na Folha de S. Paulo de 9 de fevereiro de 1960.

de um publicidades que traz os dizeres: “Tocantinenses! Em vinte anos o progresso do futuro **Estado do Tocantins** será tão grande, quando como está não poderá alcançá-lo (sic) em duzentos.”

De forma sintética, encontra-se nas narrativas do ano de 1956 um conjunto informativo de temática política, econômica e identitária associada a valores como sociedade organizada, mobilização social e prosperidade que só poderia se tornar crível e real, naquele momento histórico atizado pelo movimento de Porto Nacional, pela representação popular, pela consulta popular positiva da população, por meio de plebiscito, pela publicidade e propaganda maciça do movimento por todos os meios.

Assim, o *Ecos do Tocantins* juntou-se, do ponto de ação ideológica e comercial, aos jornais impressos por lideranças do movimento e que eram distribuídos, inclusive, de mão em mão, como mostrado anteriormente, baseado em seu interesse histórico, mas também econômico e empresarial.

O jornal encampa a pauta separatista numa ação que decorre da ligação histórica do lugar em que é produzido com a historicidade da imprensa regional, mas não apenas por essa razão. Também pelo prospecto, no âmbito econômico, da prosperidade vislumbrada por todos os entusiastas da causa, a partir da emancipação.

Este conjunto de fatores indica que seus diretores não se furtaram à trajetória regional da imprensa, mantida com muitas dificuldades, quer econômicas e estruturais, quer educacionais, como sugerem as narrativas aqui analisadas. Quem criou e produziu o *Ecos do Tocantins* detinha uma clara visão do negócio da imprensa naquele momento e olhava com esperança para o futuro econômico e social que a região teria com a criação de um novo estado.

Tanto que, fundado de forma independente o jornal manteve-se como empresa autônoma ao movimento e, embora tenha pautado o separatismo em suas edições, seguiu sob a propriedade de Trajano Coelho Neto até sua morte e deixou registrada para a história, não apenas um retrato jornalístico da sociedade, da cultura e da história, como o próprio desenrolar do movimento que buscava a separação do norte goiano em um novo estado, um ideal que só se concretizaria 27 anos depois do fim do periódico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar e realizar uma análise de narrativa e de gêneros jornalísticos de textos veiculados em *Ecos do Tocantins* equivale a investigar um dos períodos mais férteis da história em que se lutou pela emancipação política do Estado do Tocantins.

Com esta pesquisa ficou ainda mais evidente as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o norte e sul de Goiás, essa comprovação foi constatada nos textos observados a partir do método de análise de narrativa sob os planos de expressão, estória e metanarrativa conceituados por Motta, no texto em que a temática é saúde, é inegável que o norte vive uma precariedade, enquanto no sul a população dispunha de médicos, unidades de saúde, equipamentos. A constatação da escassez de investimentos em infraestrutura era senso comum entre os nortistas, faltavam pontes, estradas, escolas, profissionais capacitados, faltava quase tudo, fato que levava os filhos do norte a buscar melhorias e oportunidades no sul de Goiás.

As pesquisas no jornal também deixam notória a estreita relação entre o jornalismo e a política, seja dos agentes públicos sobre o jornal, ou pelo interesse particular dos donos de veículos, a relação jornalismo política e política jornalismo, aconteceu durante toda a vida do *Ecos do Tocantins*, seu proprietário foi político e o jornal se envolveu nitidamente com a política e os políticos pela emancipação dos municípios e depois com os movimentos políticos pela criação do Tocantins.

Ao delimitar o tema em questão, a pesquisa garimpou e trouxe à luz da ciência aspectos cotidianos e informações que pareciam ter ficado em segundo plano, propositalmente, ao longo da história, principalmente sobre riquezas naturais do território onde o jornal estava inserido. Será por que? Porque o sul não queria a autonomia. Além de perder boa parte do território, perderia riquezas ainda intocáveis a serem exploradas, por isso não se publicizava os potenciais. A pesquisa traz ainda, no desenrolar dos capítulos, informações e imagens mostrando que havia um comércio efervescente de matérias primas no norte, grandes aeronaves naquela época já faziam linhas diretas dos centros desenvolvidos para vilas no norte. Deixar migalhas para os nortistas talvez fizesse parte de uma estratégia de dominação e disputa de poder.

O norte abandonado, depois a necessidade da autonomia e criação do Tocantins são as justificativas mais relevante dos movimentos de luta Pró-Tocantins, como a CEJET (Comissão de Estudo Jurídicos do Estado do Tocantins), a CENOG (Casa do Estudante do Norte Goiano), e as campanhas encampadas pelos jornais nas décadas de 50 e 60, entre eles, o *Ecos do Tocantins*.

Vários jornais impressos foram sem sombra de dúvidas, porta vozes dos movimentos pela criação do novo estado. *Ecos do Tocantins* é um exemplo de que a comunicação através da sua narração será sempre um agente influenciador e de transformação social e política.

A imprensa e o poder subliminar de pautar debates, somado às narrativas veiculadas, iluminou pensares, motivou as mudanças de comportamentos sociais, as idiosincrasias de *Ecos do Tocantins* reverberaram de forma tão protagonista que o povo se sentiu pertencente a um lugar que estava na condição de esquecido, mas que tinha riquezas, as pessoas passaram a enxergar e ter voz pelas narrativas de *Ecos*. O povo passou a acreditar que a situação de descaso daria lugar, em algum momento, às descobertas de grandes potenciais econômicos.

O sentimento de pertencimento dos nortistas estava intrínseco com o desejo da autonomia. O referido Jornal, se destaca por ter sido um agente da comunicação, que conseguiu transformar o pequeno lugar chamado Piau e a vida de sua gente. Produzir ali, naquele fim de mundo, um jornal que se tornaria referência para Goiás, é algo que as pessoas de Piau jamais imaginariam acontecer. E é através de *Ecos do Tocantins* que o Brasil conhece o interior do Norte Goiano, os garimpos de cristal e o cotidiano do seu povo, ali não era apenas lugar de onças e índios como pensavam os preconceituosos, ali era lugar de um povo trabalhador, com sede de mais oportunidade, conhecimento e melhorias infraestruturais.

É por essa razão e com o intuito de trazer progresso à região garimpeira que Trajano Coelho Neto se destaca como um dos defensores da bandeira separatista. Ele fez coro junto a inúmeros relevantes nomes pela divisão de Goiás, como Dr. Feliciano Machado Braga, o juiz criador do jornal *O Estado do Tocantins*, e principal líder do movimento de 1956, e também, o major brigadeiro do ar, Lysias Rodrigues, militar encarregado de uma expedição para mapear o país e subsidiar a criação do Correio Aéreo Nacional, entre muitos outros.

Outro fato que fica bem claro ao analisar o jornal são as fases de

transformação de *Ecos*, que nasce em 1951 num ambiente familiar, sendo totalmente elaborado e construído em casa pelo jornalista Trajano Coelho Neto, sua esposa e filhos, até o ano de 1955. A partir de sua consolidação *Ecos do Tocantins* se torna empresarial, é transferido para um cômodo próprio, contrata-se vários funcionários, e a publicidade passa a gerar receita, contribuindo assim com modificações adotadas.

A natureza da narrativa jornalística, de acordo com esta dissertação é de que *Ecos do Tocantins* ecoou as mazelas do Norte de Goiás ao Brasil, divulgou o abandono, a escassez, o descaso dos governos, repercutiu a existência de um povo e seus sentimentos e necessidades em meio a vida no garimpo e no norte relegado à própria sorte, incutiu na mente daquela gente esquecida pelo poder público a necessidade da divisão do Norte de Goiás para que se experimentasse o desenvolvimento.

Com assassinato do jornalista, político e empresário Trajano Coelho Neto, o jornal *Ecos do Tocantins* deixa de existir. E a região garimpeira perde um empreendedor do Norte de Goiás, e o objeto de suas narrativas, o jornal *Ecos do Tocantins*.

REFERÊNCIAS

A CAUSA do Nosso Aparecimento. **Ecos do Tocantins**, Pium, 22 jul. 1951, p. 01.

ARAÚJO, Bruno Bernardo. A narrativa jornalística e a construção do real. *In: Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação (BOCC)*, 2012. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/araujobruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Imprensa e poder no Brasil pós-1930**. Em *Questão*, vol. 12, núm. 2, julho-diciembre, 2006, pp. 215-234 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465645955002>>. Acesso em: 22 mar. 2021

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
_____. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Jonas. **Entrevista concedida a Aurielly Painkow e Lailton Alves da Costa**. Pium, 31 de mai. 2002.

BARTHES, Roland 1976. Introdução à análise estrutural da narrativa. *In: Análise estrutural da narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro Borges, LIMA, Angelita Pereira de. **História da imprensa goiana**: dos velhos tempos da Colônia à modernidade. Goiânia, Revista UFG, v.5 n.5, p.68- 86, Dezembro 2008. Disponível em: <<https://www.proec.ufg.br/up/694/o/0509Dossie9.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2020

BRAGA, Aldenora Barros. **Entrevista concedida a Aurielly Painkow e Lailton Alves da Costa**. Palmas, 31 de mai. 2002

BRAGA, C. Trajano Coelho Neto. **Ecos do Tocantins**, Pium, 2. jul. 1961, p.4.

CAPELATO, Maria Helena R. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo.** Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Discurso Autonomista do Tocantins.** Goiânia: UCG, 2003.

_____. Tocantins: **O movimento separatista do Norte de Goiás, 1921-1988.** São Paulo: A. Garibaldi. Editora da UCG, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque: 1808-1964:** a História contada por jornais e jornalistas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record: 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

COELHO, Maria Teixeira. **Entrevista concedida a Aurielly Painkow e Lailton Alves da Costa.** Goiânia, 17 de dez. 2002

COLEÇÃO Folha do Norte. **Acervo Família Ayres.** Porto Nacional.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto:** a imprensa e Fernando Collor. 1, ed, São Paulo: Companhia das letras, 1999.

COSTA, Lailton Alves da. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos:** estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras. 2008. 13 f. Dissertação (Mestrado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

COSTA, Lailton Alves da; TEIXEIRA, Irenides; PAINKOW, Aurielly. Folha do norte (1891-1894) O jornal pioneiro da imprensa tocantina. *In: II Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho.* Anais eletrônicos. Florianópolis: UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontrosnacionais/2o-encontro-2004-1>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CUNHA, Gustavo Ximenes. **A atuação de seqüências do tipo narrativo em um texto jornalístico impresso**. Revista do GEL, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 202-219, 2010. Disponível em: <<https://revista-dogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/88/68>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

DAMASCENO, Lourival. **Entrevista concedida a Aurielly Painkow e Lailton Alves da Costa**. Cristalândia, 28 de jul. 2001.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal: uma releitura**. 7. ed. atual. São Paulo: Summus editorial, 2001.

DISCURSO DE POSSE. **Ecos do Tocantins**, Pium, 19 fev. 1961, p. 01.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FALS BORDA, O. (2013). La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación acción (participativa). In: N. A. Herrera Farfán & L. López Gusman (Eds.), **Compromiso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda – antologia (pp. 301-319). Buenos Aires: El Colectivo-Lanzas y Letras-Extensión Libros.

_____. (2013a) Romper el monopolio del conocimiento. In: N. A. Herrera Farfán & L. López Gusman (Eds.), **Compromiso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda – antologia (pp. 253-263). Buenos Aires: El Colectivo Lanzas.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAESBAERT, R.. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. XXXVIII. p. 135-136.

_____. **População Residentes**. 2007. Disponível em www.ibge.gov.br Acesso em abril 2021.

KUCINSK, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LIMA, Mads. **Análise de conteúdo: estudo e aplicação**. Rev Logos 1993; (1): 53-8.

LISBOA, Andrea Silva. **Brazil-Central e suas potencialidades na “Revista Informação Goyana”**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2291/1/dissertacao%20andrea%20%20historia.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

LUSTOSA, Isabel. **O texto e o traço: o surgimento da imprensa de humor no Brasil**. Revista Comunicação e Política. Vol V. n.1. janeiro-abril.1998.

MAIS Escândalos na Prefeitura. **Ecos do Tocantins**, Pium, 5 mar. 1961, p.1.

MARACAÍPE, Bartomeu. **Entrevista concedida a Lailton Alves da Costa**. Goiânia, 18 jun. 2002.

MARANHENSE BARBARAMENTE ASSASSINADO NO INTERIOR DE GOIÁS. **Ecos do Tocantins**, Pium, 14 mai. 1961, p. 04.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Marcos Fábio Belo. **Produção de sentido e efeitos de protagonismo na cobertura de um jornal local: análise de narrativas**. Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/ffb6/b97f44fecee240077e6169afe8b5b384ab0a.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MÉDICOS para o Norte. **Ecos do Tocantins**, Pium, 25 jan. 1953.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação Paradigmas Latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: vozes, 1998.

_____. **Identidade da imprensa brasileira no final do século: das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e às ancoragens culturais**. 1. ed. São Paulo: unesco/unesp, 1998.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAL, Mieke (2001). **Teoria de la narrativa** (una introducción a la narratologia). Madri: Ediciones Cátedra p. 12-17

MILHOMEM, Wolney. O preço da vida. **Ecos do Tocantins**, Pium, p. 04, 30. abr. 1961.

MOREIRA, Jairo Barbosa. **Mulheres docentes: saberes e fazeres na cidade Garimpeira, Cristalândia– TO (1980-2007)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A construção narrativa da história do presente**. Brasília: Interprogramas da Compos, 2004. Disponível em www.compos.org.br, Acesso em 10 de jun. 2021

_____. **Narratologia: teoria e análise da narrativa**. Brasília: Casa das Musas, 2005

_____. **Por que estudar narrativas?** In: MOTA, C. L. *et al.* (Orgs.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012, p. 23-32.

_____. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 2013.

_____. **Jornalismo e configuração narrativa da história do presente**. Ed. 1, 2014. E-compós. Capturado de: <<http://www.compos.org.br/e-compos>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

NOSSA Penetração. **Ecos do Tocantins**, Pium, p. 01, 25 ago. 1956.

NOSSO Lema. **Ecos do Tocantins**, Pium, p. 01, 5 ago. 1951.

O ESTADO do Tocantins. **Ecos do Tocantins**, Pium, 22 dez. 1956.

O ESTADO do Tocantins na Assembleia Goiana. **Ecos do Tocantins**, Pium, 03 nov. 1956.

O REAJUSTAMENTO Territorial do Quadro Político do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Ano VIII, n. 29, p. 109 -125, 1947. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1947_v8_n29.pdf>. Acesso em 20 jun. 2021.

PAINKOW, Aurielly Queiroz. **O jornal do Cristal**: Um eco ressoa na região garimpeira. Revista Ensaios: comunicação em revista. v. 1. n.1. Palmas: Unitins, 2002.

PAINKOW, Aurielly Queiroz; COSTA, L. A. ; MELO, J. M. .**Trajano Coelho Neto**: jornalismo como serviço público. Imprensa, São Paulo (SP), p. 54-62, 2002.

PARTIDO de Representação Social. **O Social**, Goiânia, p. 3.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil**. Comunicação e sociedade [Online], 33 | 2018, posto online no dia 29 junho 2018. Disponível em <<http://journals.openedition.org/cs/287>>. Acesso em 25 junho 2021.

PIUM-PALCO de Monstruoso Crime. **Ecos do Tocantins**, Pium, p.1, 16 abr. 1961

PREFEITO de Pium É Assassinado. **O Popular**, Goiânia, p.8, 15 abr. 1961.

PRIMEIRO o Norte. **Ecos do Tocantins**, 1 fev. 1953.

PROGRAMA. **Folha do Norte**. P.1, 3 jul. 1891.

QUEIROZ, Edmar. **Entrevista concedida a Aurielly Painkow e Lailton Alves da Costa**. Cristalândia, 30 de mai. 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Clientelismo, corrupção e publicidade**: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50. *Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, Niterói, v. 4, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. Brasiliense: São Paulo, 1995.

SANTOS, Ateneu Rego. Entrevista concedida a Aurielly Painkow e Lailton Alves da Costa. Palmas, 12 de mai. 2002

SANTOS, Ronivaldo de Oliveira. **História da loucura: o projeto do Manicômio Adauto Botelho de Goiânia**. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2020.

SARTRE, Jean Paul. **O que é literatura?**. 2. ed. São Paulo, Ática, 2004.

SCHWAB, Mariana de Castro. **Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945)**: a trajetória de Paulo Figueiredo e as Revistas *Cultura Política* e *Oeste*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2010.

SILVA, Otavio Barros. **Breve História do Tocantins e de sua Gente**: uma luta secular. Solo Editores: Araguaína, 1996.

SILVA, Pedro Matos. O meu apêlo. **Ecos do Tocantins**, Pium, p.3, 5. Ago. 1951.

_____. Pium, Alusão. **Ecos do Tocantins**, Pium, p.2, 22. jul. 1951.

_____. Pium, Terra esquecida. **Ecos do Tocantins**, Pium, p.4, 30. jul. 1951.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

UMA IDEIA GRANDE SE AGIGANTA. **Ecos do Tocantins**, Pium, 21 jul. 1956.

VIANA, Ana. Entrevista concedida a Aurielly Painkow e Lailton Alves da Costa. Pium, 31 mai. 2002.

VIANNA, Hélio. **D. Pedro I, jornalista**. Melhoramentos, São Paulo, 1967.

ANEXOS

Anexo 1 - Transcrição dos Textos
Analisados



Anexo 2 - Imagens dos Textos
Selecionados para Análise dos
Gêneros Jornalísticos 1953 e 1956



SOBRE A AUTORA



Aurielly Painkow

Mestre em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT), bacharel em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins-2002), discente do curso de Psicologia (Ceulp-Ulbra). Como pesquisadora atua principalmente nos seguintes temas: imprensa regional, história da imprensa, jornalismo autonomista. Filha do norte, da cidade de Cristalândia, Tocantins.

E-mail: auripainkow@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

acervo 15, 16, 23, 34, 129

acontecimentos 43, 44, 46, 53, 60, 69, 73, 78, 93, 109, 116, 144, 147, 155

análise 20, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 75, 86, 128, 136, 144, 155, 160, 178, 183, 187, 198, 202, 206

atividade 35, 64, 67, 97, 132, 141, 170

autonomia 8, 20, 22, 23, 34, 46, 70, 71, 75, 108, 113, 115, 116, 117, 127, 128, 159, 165, 174, 187, 192, 193, 199, 200

autonomista 20, 21, 22, 23, 72, 75, 91, 106, 108, 187

B

brasileira 22, 46, 52, 53, 54, 56, 57, 61, 66, 73, 77, 81, 185, 193, 202, 206

C

causa 22, 44, 47, 62, 75, 98, 109, 111, 114, 119, 125, 126, 144, 145, 168, 184, 196

cenário 45, 62, 64, 91, 93, 105, 165, 168, 169, 187

censura 50, 51, 55, 59, 65, 71

comunicação 22, 25, 27, 32, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 69, 81, 84, 91, 111, 117, 152, 160, 190, 194, 199, 200, 207

controle 50, 51, 65, 105

D

desenvolvimentista 20, 108, 118, 127

desenvolvimento 12, 26, 32, 46, 47, 49, 62, 64, 68, 74, 75, 78, 118, 124, 125, 129, 136, 143, 145, 148, 160, 175, 201

discurso 23, 29, 69, 70, 73, 106, 108, 119, 122, 123, 146, 147, 178, 179, 186

documental 21, 22, 23, 27, 34, 37

documentos 16, 37, 89, 180

E

economia 34, 91, 107, 124, 129, 134, 190, 194

emancipação 20, 33, 34, 41, 49, 71, 93, 94, 116, 118, 122, 123, 124, 125, 128, 165, 169, 172, 173, 178, 194, 195, 196, 198, 199

emancipacionista 20, 22, 23, 34, 91, 129, 195

G

garimpeira 8, 34, 91, 93, 95, 103, 105, 111, 115, 116, 117, 118, 125, 131, 134, 151, 152, 153, 165, 174, 194, 200, 201, 207

garimpo 15, 91, 92, 93, 94, 96, 102, 103, 115, 129, 135, 166, 169, 201

gênero 28, 29, 30, 35, 37, 39, 40, 41, 59, 75, 144, 157, 159, 160

gêneros 22, 23, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 36, 39, 42, 144, 157, 198, 203

goiano 22, 23, 49, 69, 77, 83, 84, 102, 107, 112, 125, 142, 161, 165, 167, 168, 176, 180, 184, 187, 189, 194, 197

H

história 12, 16, 20, 23, 29, 30, 31, 33, 34, 43, 46, 53, 55, 57, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 76, 77, 78, 84, 85, 89, 96, 102, 115, 119, 122, 128, 129, 148, 152, 153, 160, 161, 162, 185, 193, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 207

históricos 16, 25, 43, 44, 56, 77, 95

I

imprensa 20, 22, 23, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 88, 90, 106,

107, 108, 109, 111, 117, 118, 119, 144, 145, 153, 163, 169, 170, 172, 173, 175, 184, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 202, 203, 205, 206

impresso 58, 72, 75, 80, 85, 91, 129, 160, 204

informações 6, 11, 27, 30, 36, 43, 45, 47, 77, 112, 143, 144, 155, 180, 199

J

jornais 22, 33, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 71, 73, 75, 78, 86, 91, 106, 109, 111, 113, 134, 141, 155, 161, 162, 167, 175, 189, 193, 195, 196, 199, 203

jornal 16, 20, 21, 22, 23, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 103, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 165, 167, 169, 172, 174, 175, 178, 180, 183, 184, 187, 188, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207

jornalismo 12, 20, 22, 23, 30, 35, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 82, 84, 86, 87, 88, 129, 134, 136, 147, 153, 154, 156, 157, 175, 193, 194, 198, 205, 207, 208

jornalista 12, 14, 16, 22, 43, 47, 48, 49, 61, 63, 68, 73, 74, 75, 114, 115, 118, 122, 126, 127, 129, 130, 134, 146, 149, 150, 151, 152, 179, 186, 195, 201, 209

jornalistas 13, 14, 44, 45, 46, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 78, 83, 88, 109, 133, 148, 203

jornalística 20, 26, 33, 35, 46, 63, 64, 69, 70, 133, 144, 160, 195, 201, 202

jornalístico 28, 31, 32, 43, 46, 63, 69, 70, 73, 134, 152, 162, 197, 204

jornalísticos 22, 23, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 144, 198, 203, 206

L

leitores 50, 63, 74, 75, 86, 119, 128, 139, 146

local 22, 23, 30, 82, 84, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 106, 107, 108, 109, 115, 116, 129, 130, 137, 139, 143, 150, 151, 162, 179, 192, 195, 206

luta 20, 22, 31, 44, 62, 78, 94, 109, 111, 112, 116, 118, 122, 129, 145, 147,

161, 165, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 182, 183, 185,
188, 190, 192, 193, 195, 199, 208

M

movimento 21, 22, 23, 33, 41, 71, 75, 93, 106, 109, 111, 112, 143, 159,
160, 167, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188,
191, 192, 195, 196, 197, 201, 203

N

nacional 23, 30, 49, 57, 71, 78, 80, 84, 90, 107, 110, 115, 117, 130, 143,
155, 183, 185

narrativa 16, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 64, 67, 68, 69, 70, 73,
74, 75, 91, 106, 119, 121, 144, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170,
172, 175, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194,
195, 198, 201, 202, 206, 207

necessidade 22, 24, 74, 79, 85, 91, 108, 109, 111, 116, 126, 128, 147,
165, 168, 181, 182, 189, 199, 201

norte 11, 12, 21, 22, 23, 35, 41, 63, 69, 74, 78, 83, 84, 85, 89, 96, 98, 102,
106, 116, 117, 127, 142, 153, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 176,
177, 180, 182, 186, 187, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 203

P

periódicos 53, 54, 56, 57, 58, 59, 64, 71, 106, 164, 167

poder 15, 16, 44, 45, 46, 50, 51, 60, 72, 73, 76, 77, 79, 93, 115, 117, 119,
127, 138, 141, 146, 147, 148, 199, 200, 201, 202

política 20, 21, 23, 28, 33, 34, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 57, 58,
60, 62, 63, 66, 70, 71, 75, 80, 84, 87, 90, 92, 93, 102, 108, 109, 111, 116,
120, 122, 124, 128, 129, 130, 134, 142, 147, 168, 172, 177, 185, 193, 194,
196, 198, 199, 200

políticas 23, 47, 51, 53, 58, 71, 96, 103, 107, 108, 150, 162, 163, 168, 173,
194

político 20, 36, 46, 47, 48, 49, 57, 62, 63, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 90,

91, 102, 105, 106, 110, 114, 115, 119, 121, 124, 130, 151, 163, 167, 169, 172, 178, 186, 187, 189, 194, 199, 201

políticos 15, 20, 31, 32, 44, 45, 46, 47, 54, 59, 60, 62, 71, 72, 78, 81, 95, 102, 105, 106, 108, 116, 148, 159, 162, 168, 170, 176, 181, 182, 187, 193, 195, 196, 199

população 54, 89, 105, 109, 116, 129, 134, 140, 143, 145, 165, 170, 177, 182, 196, 198

R

região 15, 22, 23, 34, 41, 49, 63, 68, 71, 78, 81, 83, 84, 85, 91, 93, 95, 96, 97, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 127, 128, 131, 134, 136, 139, 142, 144, 145, 147, 151, 152, 153, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 170, 174, 175, 178, 179, 181, 182, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 207

regional 23, 30, 57, 75, 81, 84, 85, 87, 90, 103, 111, 115, 117, 129, 143, 144, 155, 160, 162, 163, 167, 168, 169, 173, 178, 185, 193, 194, 196, 197

relações 45, 53, 57, 63, 64, 71, 96, 161

S

separação 21, 35, 41, 57, 71, 94, 176, 179, 180, 182, 184, 185, 187, 197

separatista 22, 33, 41, 85, 106, 107, 109, 111, 114, 160, 167, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 191, 192, 195, 196, 200, 203

T

território 20, 85, 92, 93, 95, 107, 179, 181, 186, 199

V

veículo 20, 37, 39, 45, 47, 55, 69, 75, 79, 81, 90, 91, 112, 117, 129, 134, 144, 157, 160, 163, 175

ÉCOS DO TOCANTINS

Diretor: TRAJANO COELHO NETO

ANO I | | (GOLAZ) P. M. 30 DE DEZEMBRO DE 1951 | | NÚMERO 23

Nosso Diretor

1951-1952



Trajano Coelho Neto

Definiu, no dia 28 de setembro, na que tem sido agitada, a data aniversária de nascimento brilhante sempre que possamos e traçar Diretor, senhor, e que lhe empresta qualidades Trajano Coelho Neto.

Dependente de uma das maiores realidades, através familiar do Maranhão. Foi candidato a Deputado Estadual para Goiás em 1942, derrotado nas últimas eleições, através e fizeram depois e deve significativa votação, que não, entre Estados, - impellido pelo voto no EP, lugar entre todos espírito de aventura não nos mesmos entregados por todos as condições.

Em aqui chegando aqui é por modificação da legenda que participou em a Pátria e para com a terra, representantes do povo que o trabalho e a saúde.

Iniciou atividades políticas em que o que recebeu (1950) em 1947, neste Município, tendo, a Não aceita a indicação de deputado de campanhas injustas, como tem pelo P.S.D., com o que se tem sido movidas pelo P.S.P., agronomia, o compromisso de muitos, consequente teria sido em um trabalho de alguns, desde quando, pois aqui, o trabalho brilhante através, através-criar insistentes que se deu-se a seus sistemas com e-ritos por a serga e desordem inconstante de cada uma delas.

ESTAMOS VIVENDO AS HORAS CRUCIAIS DE 1951. OS NÚMEROS CLANDESTINOS DE SUA LUTABILIDADE MONITORADA JÁ SE COMPLETAM POR CAUSA DE QUINHENTOS ANOS DO ANO DO 1952.

PARA TRAJANO COELHO NETO EM PASSADO JÁ VIVIDO, DE LUTAR, DE ENCONTRAR, DE REALIZAÇÃO, SEM LUTA, DE PRIMEIRO, DE REALIZAÇÃO DE VANTAGENS, INDEVIDAS À CONSTITUIÇÃO, LUTA NA DEMONSTRANDO PARA A FRENTE E O PODERIO INDEVIDO DO FUTURO QUE NOS ENTRA DE MARCHAS INDEVIDAS.

1951 - O ANO QUE SE ENTRA 1952 - O ANO QUE VAI SAIR 1951 - O ANO QUE SE ENTRA 1952 - O ANO QUE VAI SAIR

Na última campanha eleitoral, uma das, OUTRA ÉSTA É COMEÇA... E UM RESULTADO ENCANTANTE DE LANÇAMOS REALIZADO, QUE SE MUITO P.R.P. - SERVIÇO DE "PILÃO" DE TUDO, EM ATUALIDADE, CRIANDO E DIRIGINDO, INDEVIDAS À VONTADE E MARCHAS INDEVIDAS QUE ENTRA.

Na batalha política, que foi a realidade de quem se tem, história política do Povo Nacional, assim com toda a responsabilidade, desde os trabalhos da -Junta Administrativa e T.R.E., em que foram julgados de direito de recursos de grande importância.

Normalizada a situação política em que todos os homens da terra do Estado, em princípios de 1951, com a renovação dos órgãos de administração pública, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta.

Normalizada a situação política em que todos os homens da terra do Estado, em princípios de 1951, com a renovação dos órgãos de administração pública, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta.

Normalizada a situação política em que todos os homens da terra do Estado, em princípios de 1951, com a renovação dos órgãos de administração pública, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta.

Normalizada a situação política em que todos os homens da terra do Estado, em princípios de 1951, com a renovação dos órgãos de administração pública, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta.

Normalizada a situação política em que todos os homens da terra do Estado, em princípios de 1951, com a renovação dos órgãos de administração pública, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta, a situação política que havia em 1951, depois de uma luta.



AYA EDITORA
2024

